



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGEO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TAIRINE DUARTE DE OLIVEIRA

AUTOESTRANHAMENTO E IDENTIDADE TERRITORIAL:

Onde estão os moradores do Alto de Ondina na Universidade Federal da Bahia em
Salvador?

Salvador, BA

2024

TAIRINE DUARTE DE OLIVEIRA

AUTOESTRANHAMENTO E IDENTIDADE TERRITORIAL:

Onde estão os moradores do Alto de Ondina na Universidade Federal da Bahia em Salvador?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Clímaco César Siqueira Dias

Salvador, BA

2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI – UFBA.

O48 Oliveira, Tairine Duarte de.

Autoestranhamento e identidade territorial: Onde estão os moradores do Alto de Ondina na Universidade Federal da Bahia? / Tairine Duarte de Oliveira. – Salvador, 2024.

115 f.

Orientador: Prof. Dr. Clímaco César Siqueira Dias

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia – POSGEO) Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2024.

1 Identidade territorial. 2. Bairros Negros - Salvador. 3. Necropolítica. 4. Decolonialidade. 5. Geografia Decolonial. I. Dias, Clímaco César Siqueira. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU: 908(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA DE DEFESA - DISSERTAÇÃO

**AUTOESTRANHAMENTO E IDENTIDADE TERRITORIAL:
Onde estão os moradores do Alto de Ondina na Universidade Federal da
Bahia em Salvador**

TAIRINE DUARTE DE OLIVEIRA

gov.br
Documento assinado digitalmente
CLIMACO CESAR SIQUEIRA DIAS
Data: 10/12/2024 11:12:49-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Clímaco César Siqueira Dias (Orientador/Presidente)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

gov.br
Documento assinado digitalmente
CATHERINE PROST
Data: 10/12/2024 11:51:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Drª. Catherine Prost
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

gov.br
Documento assinado digitalmente
FLORA SOUSA PIDNER
Data: 10/12/2024 01:56:05-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Drª. Flora de Sousa Pidner
Instituto Federal de Alagoas (IFAL)

Aprovada em Sessão Pública de 11 de dezembro de 2024

Dedico aos que assim como eu, tem fé na educação pública e no quilombismo. Juntos somos mais, mas sozinhos já somos grandiosos. Pois bora que esse mundão é nosso!

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, agradeço ter sobrevivido à COVID-19 que assolou o mundo no momento em que iniciei essa jornada.

Agradeço ao Professor Clímaco por todo apoio, compreensão e paciência neste longo percurso. E, principalmente, por ter acreditado no meu trabalho e na minha capacidade de criação e aprendizado. Muito obrigada, professor!

Agradeço ao Professor Paulo por sempre ser solícito e gentil e às Professoras Cathi e à Flora por me guiarem e enxergarem com tanta sensibilidade esse trabalho.

Nessa estrada, nunca deixei de estar em um ambiente de estudo. Assim, agradeço aos professores do ensino básico por me instigarem, por me impulsionarem com a escrita e o pensamento crítico. Se sou o que sou e conquistei o que conquistei, é porque minha base foi sólida. Então, muitíssimo obrigada aos professores, Kássio, Ludmilla, Custódia, Raquel, Marcelo e àqueles que desacreditaram e me fizeram tomar birra da Geografia: Tiago Antunes e Maria Eulália, hoje sou Mestra!

Agradeço aos meus companheiros de estrada: Landria, Hellen, Mariana, Adriano, Talita, Ludmilla, Gabriela, Nadson, Jéssica Garcia, Liana, Indiara, Jéssica Lemos, Café e com certeza deixei passar alguém, mas eles já sabem como é minha memória. Obrigada por tanto, meus amigos.

Agradeço à minha família por nunca me abandonar e por sempre acreditar na minha capacidade de me reerguer. Atotô, meu Pai Obaluaê, obrigada por cuidar e permitir que minha mãe veja essa conquista! À ela devo a inspiração de minha gana. Obrigada, Índia por me inspirar a sempre buscar aprender mais e mais, e obrigada Frederico, por me acolher quando precisei. À meu pai, por ser um exemplo de profissional.

Agradeço a todas as entidades que sempre estiveram comigo, me protegendo e colocando em meus caminhos, pessoas que me fizeram acreditar na potencialidade da intelectualidade negra. **LAROYÊ!**

RESUMO

O sistema necropolítico brasileiro escancara as multífaces da desigualdade fazendo emergir a necessidade da prática decolonial, porém é preciso desenvolver o pensamento não-branco na esfera do ensino e da aprendizagem para que entendamos nossa identidade territorial enquanto latinos afrodiáspóricos e originários em terras pindorâmicas, ou seja, identidade não-brancocêntrica. A questão é como fazer da educação uma prática libertadora capaz de transgredir o fundamentalismo colonial de ensino.

A performance branca pseudointelectual em suas atividades academicistas silencia culturas e corpos, restringindo a interação, acesso e permanência nesses espaços, causando autoestranhamento e limitando o ser/estar, dando continuidade à hegemônica monocultura.

A naturalização do distanciamento popular que os espaços públicos de ensino superior insistem em manter é propulsor da inquietação, raiz da pesquisa, que se dispõe a analisar e compreender as realidades e a estruturação socioespacial, sua dimensão espacial integrada à UFBA e mapear a capacidade de alcance quanto às formas de acesso à universidade, sendo o Alto de Ondina em Salvador/BA, o lugar pesquisado.

36 moradores do Alto de Ondina foram entrevistados entre 2022 e 2023. O saber ouvir é guia para o desenvolvimento dessa análise territorial, por isso é utilizada a cartografia de ação social junto ao Alto de Ondina, que aqui é compreendido e defendido como bairro negro.

A educação se tornou um capital cognitivo sustentado pelo conhecimento, intelecto e valores monoculturais. Mediante esse fato, busca-se entranhar à realidade do espaço que a universidade pertence e despertar a decolonização do pensamento para fortalecer formas de resistência à necropolítica e auxiliar a população no processo de desmistificação da presença popular em órgãos públicos de ensino para que, assim, haja possibilidade de identificação territorial, quebra do autoestranhamento e interação socioespacial.

Foram utilizadas a Metodologia Afrodescendente em Pesquisa, do professor

Henrique Cunha Junior e a Interseccionalidade, da doutora Carla Akotirene, ambos guiados pelo desenvolvimento do pensamento e prática decolonial.

Palavras-chave: *Identidade territorial; Autoestranhamento; Ocupação; Bairros Negros; Necropolítica; Decolonialidade; Geografia Decolonial.*

ABSTRACT

The Brazilian necropolitical system lays bare the multifaceted nature of inequality, underscoring the necessity of decolonial practices. However, it is essential to develop non-white-centred thinking within the realms of teaching and learning to understand our territorial identity as Afro-diasporic and Indigenous Latinos in Pindorama lands—that is, a non-Eurocentric identity. The challenge lies in how to make education a liberating practice capable of transgressing the colonial fundamentalism inherent in traditional teaching.

The pseudo-intellectual white performance in academic activities silences cultures and bodies, restricting interaction, access, and retention in these spaces. This perpetuates self-alienation and limits individuals' ability to be and belong, thereby sustaining the hegemonic monoculture.

The normalisation of popular detachment that public higher education institutions persist in maintaining fuels the unrest that forms the basis of this research. It seeks to analyse and comprehend socio-spatial realities and structures, focusing on their spatial dimension integrated with UFBA (Federal University of Bahia), while mapping accessibility and entry pathways to the university. The neighbourhood of Alto de Ondina in Salvador, Bahia, was chosen as the research site.

Between 2022 and 2023, 36 residents of Alto de Ondina were interviewed. Active listening serves as the foundation for developing this territorial analysis. Therefore, a social action cartography approach was applied, understanding and defending Alto de Ondina as a Black neighbourhood.

Education has become cognitive capital sustained by monocultural knowledge, intellect, and values. In response to this reality, the study aims to immerse itself in the space to which the university belongs and awaken the decolonisation of thought, thereby strengthening forms of resistance against necropolitics. The objective is to assist the local population in demystifying their presence in public education institutions, enabling territorial identification, overcoming self-estrangement, and fostering socio-spatial interaction.

The Afro-descendant Research Methodology by Professor Henrique Cunha Junior and the concept of Intersectionality by Dr Carla Akotirene were utilised, both guided by the development of decolonial thought and practice.

Keywords: *Territorial identity; Self-estrangement; Occupation; Black neighbourhoods; Necropolitics; Decoloniality; Decolonial geography.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Gato de energia no Alto de Ondina, Salvador/BA (2022)

Figura 2. Gato de energia na Rua do Corte Grande, Salvador/BA (2022)

Figura 3. Vista parcial do Alto de Ondina - Orla, Salvador/BA (2022)

Figura 4. Vista parcial do Alto de Ondina, Salvador/BA (2022)

Mapa 1. Alto de Ondina, 1976, Salvador/BA (2022)

Mapa 2. Limites do Alto de Ondina, Salvador/BA (2022)

Mapa 3. Localização de Serviços UFBA - Campus Ondina e adjacências. Salvador/BA (2022)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Perfil dos entrevistados

Gráfico 2. Melhorias desejadas no Alto de Ondina

Gráfico 3. Território pertencente do Alto de Ondina

Gráfico 4. Relação socioespacial dos moradores do Alto de Ondina para com o acesso à UFBA

SUMÁRIO

1. Levando a senzala na alma, eu subi a favela	6
1.1. Salvador	6
1.2. Ocupação territorial	11
2. Metodologia	24
3. Decolonizando o espaço: o Alto de Ondina é um bairro negro	36
3.1. Decolonização de saberes	36
3.2. Sociorracialização do território: o bairro negro Alto de Ondina	43
4. Necropolítica e território	61
5. Autoestranhamento e identidade territorial	74
5.1. Onde estão os moradores do Alto de Ondina na UFBA?	74
5.2. Por uma geografia inclusiva	94
Conclusão	96
Referências Bibliográficas	100

1. LEVANDO A SENZALA NA ALMA, EU SUBI A FAVELA

*No dia 14 de maio, eu saí por aí
Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir
Levando a senzala na alma, subi a favela
Pensando em um dia descer, mas eu nunca descí
Zanzei zonzó em todas as zonas da grande agonia
Um dia com fome, no outro sem o que comer
Sem nome, sem identidade, sem fotografia
O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver
No dia 14 de maio, ninguém me deu bola
Eu tive que ser bom de bola pra sobreviver
Nenhuma lição, não havia lugar na escola
Pensaram que poderiam me fazer perder
Mas minha alma resiste, o meu corpo é de luta
Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu
A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa
Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou eu*

(LAZZO. 1981)

1.1 Salvador

Para dar início a leitura, sugiro respirar fundo, fechar os olhos e imaginar Salvador alguns séculos atrás. Visualize sua configuração territorial, suas áreas preservadas. E agora faça seu mergulho literário.

Antes da invasão portuguesa, a região que hoje conhecemos como Salvador era habitada principalmente pelos povos indígenas Tupinambá, que pertenciam ao tronco linguístico Tupi. Os Tupinambá chamavam a região de "Kirimurê" ou "Grande Mar Interior", referindo-se à Baía de Todos-os-Santos, que é a maior baía do Brasil e a segunda maior do mundo. A denominação "Kirimurê" denota a importância da baía na vida e cultura desses povos.

Os Tupinambá eram um dos principais grupos que ocupavam a região. Além deles, outros povos como os Tupiniquim também estavam presentes no litoral baiano, embora mais ao sul. Esses grupos viviam em aldeias organizadas em torno de estruturas sociais baseadas em famílias extensas e lideranças comunitárias. As práticas culturais incluíam o manejo da terra para a agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão, etc.), caça, pesca e coleta, além de uma rica tradição oral e práticas rituais ligadas à natureza e ao cosmos.

Embora os dados precisos sobre a população indígena na região antes da chegada dos portugueses sejam escassos, estima-se que, na época do primeiro contato com os europeus, a população indígena no Brasil variava entre 2 e 6 milhões de pessoas. Na área que compreende a atual Salvador e arredores, poderiam haver algumas dezenas de milhares de indígenas, considerando-se as densidades populacionais típicas das aldeias Tupinambá, que podiam abrigar entre 400 a 2.000 pessoas.

Segundo a reportagem de Midlej (2021), entre os séculos XIV e XVI, os povos tupinambás e falantes da língua tupi habitavam parte do que hoje é Salvador. Litorâneos, adentravam a mata em busca de recursos, mas habitavam majoritariamente áreas com fluxo hídrico. As autoras Carla Etchevarne e Vanda Fernandes buscam integrar as áreas de história, arqueologia e antropologia para entender as complexas dinâmicas das populações indígenas e suas interações com os colonizadores. Em suas pesquisas, explicam que

A dinâmica das populações indígenas pré-coloniais também incluía intensa movimentação dentro de um território e entre ambientes diferentes da sua área de habitação permanente, em que provavelmente eram usados os cursos de água, rios e riachos, como corredores de passagens. (ETCHEVARNE; FERNANDES, 2011, p. 32)

A invasão portuguesa, iniciada oficialmente em 1500, trouxe mudanças drásticas para os povos originários. A fundação de Salvador em 1549 por Tomé de Sousa representou um ponto de ruptura com a organização indígena tradicional, impondo novas estruturas de poder, religião e economia. Segundo Milton Santos (2002), a colonização europeia no Brasil não apenas destruiu as formas de organização territorial indígena, mas também impôs um novo modelo de espacialidade, baseado na exploração intensiva dos recursos e na concentração do poder nas mãos da elite colonizadora. Dessa forma, a colonização reconfigurou o espaço brasileiro em função dos interesses mercantis europeus, destruindo as formas tradicionais de uso do território e subjugando as populações indígenas.

Os Tupinambá foram progressivamente deslocados, mortos em conflitos ou pela introdução de doenças europeias, além de forçados ao trabalho escravo, o que dizimou grande parte da população indígena na região. Esse processo de colonização também introduziu uma lógica de segregação socioespacial que ainda hoje é visível na desigualdade urbana e na marginalização das populações descendentes desses povos.

Após a invasão e parcial extermínio dos povos indígenas da região, a introdução do escambo alterou a dinâmica territorial para o transporte e comercialização do pau brasil, como diversos outros recursos e materiais. Caminhos se abriram, estradas se formaram e, conseqüentemente, habitações rodeavam tais áreas. Porém, por volta de 1532, o plantio de cana de açúcar e a busca por domínio dos povos indígenas resultante na escravização, radicalizou ainda mais a dinâmica territorial, principalmente pela criação de gado, plantio da cana, roubo e expulsão das terras habitadas pelos nativos, suas moradias emergentes e a instalação dos colonos. Desde os tempos coloniais, o Nordeste brasileiro foi uma região marcada por sistemas econômicos baseados em exploração, como a monocultura da cana-de-açúcar e, mais tarde, a produção de algodão. Esses modelos econômicos geraram desigualdades e concentração de riqueza nas mãos de poucos.

A implantação dos engenhos de açúcar, sobretudo a partir do século XVI, deu origem a um processo de territorialização que estruturou o espaço do Nordeste em grandes propriedades fundiárias, os latifúndios, que passaram a dominar a paisagem rural. Esses latifúndios, controlados por uma elite econômica, resultaram na concentração de terras e no deslocamento forçado das populações indígenas e, mais tarde, dos africanos escravizados.

Segundo Milton Santos (1996), a ocupação territorial no Brasil colonial foi marcada pela superposição de duas realidades: a do mercado europeu, que impunha uma lógica espacial voltada para a exportação, e a das populações locais, que eram forçadas a se adaptar ou a serem eliminadas. Isso gerou uma segregação socioespacial que é visível até hoje.

Dados estatísticos indicam que, no auge da produção açucareira, no século XVII, o Brasil era responsável por cerca de 50% do açúcar consumido na Europa, o que evidenciava o papel central da economia colonial no comércio atlântico. Essa economia, entretanto, estava assentada em uma estrutura profundamente desigual. Em 1872, o primeiro censo populacional do Brasil estimava que cerca de 15% da população do Nordeste vivia em condições de extrema pobreza, situação exacerbada pela concentração de terras e pela exclusão social.

Além disso, a expansão da pecuária, especialmente no sertão nordestino, foi uma resposta à necessidade de abastecimento das áreas produtoras de açúcar. As fazendas de gado estabeleceram-se em áreas interioranas, ampliando o processo de desmatamento e degradação ambiental, contribuindo para a desertificação de vastas áreas. Estudos recentes indicam que cerca de 46% do território do semiárido nordestino apresenta algum grau de desertificação, processo que se intensificou ao longo dos séculos devido à combinação de práticas agropecuárias inadequadas, desmatamento e condições climáticas adversas (INSA, 2022).

Este modelo agropecuário também reforçou as desigualdades regionais, com pequenas propriedades sendo gradualmente absorvidas por grandes latifúndios. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a concentração de terras no Nordeste é alarmante: cerca de 70% das propriedades rurais pertencem a apenas 20% dos proprietários, evidenciando a desigualdade fundiária crônica da região (IBGE, 2006). Essa concentração de terras está diretamente relacionada à exclusão social e à pobreza rural, que historicamente atingiram grande parte da população nordestina.

O Censo Agropecuário de 2017, divulgado pelo IBGE, traz atualizações significativas sobre a concentração fundiária e a situação da agricultura no Nordeste. Cerca de 70% das propriedades rurais permanecem concentradas nas mãos de apenas 20% dos proprietários, reafirmando a histórica desigualdade fundiária da região. Adicionalmente, o Censo revelou que 60% a 80% dos estabelecimentos agropecuários em muitos municípios nordestinos são de agricultura familiar, porém a área média dessas propriedades é de apenas 14 hectares, contrastando com os 92,9 hectares das propriedades não familiares. Esse cenário reflete dificuldades estruturais enfrentadas pelos agricultores familiares, como acesso limitado a crédito, assistência técnica e infraestrutura hídrica.

O impacto dessa concentração agrava desigualdades socioeconômicas. Muitos agricultores familiares do semiárido possuem baixa renda e enfrentam condições ambientais desafiadoras. Apesar disso, políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) têm fomentado o segmento, movendo mais de R\$32 bilhões em 2017, contribuindo para a permanência de agricultores no campo e dinamizando economias locais. Contudo, especialistas destacam a necessidade de políticas integradas que fortaleçam a base produtiva e promovam a redistribuição de terras como forma de mitigar essas desigualdades

O modelo econômico implantado no período colonial deixou marcas profundas na organização espacial e social do Nordeste, onde a concentração de riqueza e poder

continua a perpetuar desigualdades. Em 2010, por exemplo, o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, era de 0,54 no Nordeste, o mais alto entre as regiões brasileiras, refletindo a continuidade das disparidades sociais iniciadas na colonização (IBGE, 2010).

O sociólogo Jessé Souza (2021) discute o legado da escravidão e suas repercussões sociais e espaciais e traz que processo de ocupação do Brasil

(...) tem início no século XV, com a exploração dos Portugueses. No século XVI, os portugueses estabeleceram a agricultura na costa do país no intuito de se proteger da invasão francesa. Para isso, as terras, antes pertencentes aos povos indígenas, foram delimitadas em capitanias, setores lineares com muitas léguas de extensões e cedidas pela Coroa de Portugal aos donatários (PRADO JÚNIOR, 2004). Esses deveriam cultivar a cana de açúcar, artigo de alto consumo na Europa, e colonizar o país. Assim, os portugueses receberam as capitanias para plantar açúcar.

Para trabalhar nas lavouras foram trazidos os Africanos/ as Africanas, na condição de escravos/as. Já os povos indígenas, que não foram dizimados pela Coroa, foram se refugiar em terras não atrativas às atividades econômicas.

No final do século XVIII, sob a pressão da Inglaterra, ocorre a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, proibindo e reprimindo o tráfico de escravos. Com o escasseamento da mão de obra e a demanda nos cultivos de café, imigrantes europeus são atraídos ao Brasil com a promessa de doação de terras e de trabalho assalariado. No mesmo ano da Lei Eusébio de Queiroz, 1850, é criada a Lei de Terras, a qual converte as terras em mercadoria e determina o despejo, a multa e a prisão, em casos de ocupação ilegal (BRASIL, 1850).

Nos limites das cidades e vilas, através do alvará de 1808, foi criado o imposto Décima Urbana. O imposto, que mais tarde se torna o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), consistia na cobrança anual de 10% dos rendimentos líquidos dos prédios urbanos localizados em todo o Brasil (BRASIL, 2016).

Em 1888, trinta anos após a Lei de Terras, é assinada a Lei Áurea, assim os negros antes escravizados agora estavam libertos. Porém, não tinham emprego, dinheiro e logo não podiam ter acesso às terras. São eles que vão morar nas áreas não ocupadas, próximas às cidades, em áreas consideradas impróprias, "ilegais", nas áreas de riscos que já existiam naquela época e perduram até hoje. (SOUZA, 2021, p. 27-28)

Segundo a FUNAI (2023), atualmente, há uma tentativa de resgate e preservação das culturas indígenas na região de Salvador, embora a maioria dos descendentes desses povos tenha sido deslocada, assimilada ou exterminada durante os séculos de colonização. Apenas 0,6% da população brasileira se identifica como indígena, segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE.

Esse breve resgate histórico é para visualizar que a primeira ocupação irregular se deu por parte dos invasores europeus e não por parte dos povos perseguidos.

1.2 Ocupação

As ocupações são compreendidas neste trabalho como estratégias de sobrevivência para grupos marginalizados que buscam meios habitacionais diante da escassez de opções formais e acessíveis.

A ocupação refere-se à distribuição da população em diferentes áreas e regiões, envolvendo a análise de onde as pessoas vivem, como as áreas urbanas e rurais estão distribuídas, quais são as densidades populacionais e quais são os fatores que influenciam a escolha de locais de habitação. As áreas urbanas, por exemplo, frequentemente enfrentam problemas de alta densidade populacional e falta de infraestrutura adequada, o que leva muitos habitantes a buscar moradia em áreas não formalizadas. De acordo com o Censo (2022), aproximadamente 8,07% da população urbana brasileira reside em periferias, refletindo a pressão sobre o espaço urbano e a carência de opções habitacionais adequadas.

Em muitas cidades brasileiras, a ocupação se estabelece em áreas propensas a desastres naturais, como encostas de morros e margens de rios, refletindo a falta de alternativas habitacionais seguras e planejadas. Estudos mostram que cerca de 30% das favelas no Brasil estão localizadas em áreas de risco, como encostas e áreas de inundação, evidenciando os desafios enfrentados por essas comunidades em termos de segurança e qualidade de vida (MARTINS, 2020).

As ocupações territoriais não apenas moldam a paisagem urbana, mas também exercem pressão sobre os recursos naturais e a infraestrutura urbana. A ausência de planejamento e regulamentação contribui para a degradação ambiental e para a sobrecarga dos serviços públicos, como abastecimento de água e coleta de lixo. De acordo com a ONU-Habitat (2021), a falta de infraestrutura adequada resulta em condições de vida precárias e aumento da vulnerabilidade a desastres e doenças.

Considero, portanto, a utilização do espaço preenchido pela população para moradia partindo da compreensão de como a ocupação se desenvolve, como as cidades crescem, como as atividades econômicas são organizadas em diferentes áreas, bem como o significado aos lugares e regiões e as características culturais distintas de diferentes lugares.

As ocupações territoriais mudaram ao longo do tempo devido a fatores sociais, econômicos, políticos e culturais e isso envolve investigar a história da ocupação de áreas, bem como as tendências atuais e futuras. Também inclui o estudo da adaptação humana às condições naturais, a influência do ambiente na forma como as sociedades se desenvolvem e como as ações humanas podem impactar o meio ambiente.

Dito isso, o termo ocupação irregular sempre foi um incômodo pessoal por partir de uma perspectiva que marginaliza seus atores sociais, fazendo-os retornar ao sentimento de invisibilidade e apagamento.

Essa política não ocorreu por acaso, antes, faz parte de uma cultura estrutural racista. De forma que o racismo é um fator considerável ao tratar as áreas de riscos no Brasil. Isso não significa que o racismo estrutural seja um fenômeno determinístico e inalterável que possa ser utilizado para justificar as opressões, mas reconhecê-lo é um passo importante na busca por justiça social. O racismo está enraizado nas instituições oficiais, esses organismos utilizam de seus aparelhos para reproduzi-lo e mantê-lo (ALMEIDA, 2019).

Neste sentido, afirma-se que Salvador é fruto do processo de urbanização, somado à tensão entre interesses e projetos, e sendo metrópole, é uma cidade complexa, segundo *María Laura Silveira e Sérgio Martins (2008)*. O poder político e econômico quem detém são os sucessores dos colonos e a rede de proteção brancocêntrica, porém numa perspectiva plural da Geografia decolonial, as ruas e os becos de Salvador foram desenhadas pelas fugas e pelos conhecimentos indígenas e erguida através da força e dos conhecimentos dos povos afrodiaspóricos e negros. Frisando que até os povos Mouros vindos de Portugal são diaspóricos de África. Para *Milton Santos (1999)*, “ a memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro”.

Salvador é uma cidade afrodiaspórica no território pindorâmico.

E esse é o esboço da sociedade brasileira.

Falta-nos uma explicação honesta da sociedade brasileira como base na nossa contradição principal que é a estrutura de oposição de interesses entre a população negra conhecedora e explorada e população branca pouco realizadora e exploradora. Na mesma seara do contraditório, está a formação social brasileira. É a contradição social entre africanos e europeus que forma o Brasil. Africanos exerceram os trabalhos e criaram a cultura e os europeus executaram desumano processo de dominação e acumularam os benefícios da produção. (BIÉ; CUNHA JR., 2019, p. 8)

Compreendendo que “as cidades são reinventadas a partir da reutilização das formas do passado (...) caracterizando a fragmentação do tecido socioespacial e a formação de encaves territoriais como formas sofisticadas de autosegregação” (Serpa, 2008), na produção do espaço urbano de Salvador, emergiram centenas de ditas ‘ocupações’, que seriam habitações irregulares instaladas em território privado ou público por parte da população de ancestralidade africana. Algumas delas se desenvolveram enquanto bairro; outras se tornaram territórios de favelização não reconhecidos enquanto bairro, mas sim enquanto comunidade pertencente a um bairro majoritariamente negro com baixa infraestrutura.

Carlos Alberto Fláquer (2012) em *Territórios Negros: A Geografia da Favelização e da Resistência Cultural* ressalta que as ocupações e a favelização “surgem como respostas diretas à marginalização e exclusão sistemática dos grupos negros das áreas formalmente urbanizadas e planejadas” (FLÁQUER, 2012, p. 78). Ele argumenta que essas áreas, apesar de suas condições precárias, são também locais de resistência cultural e reafirmação identitária, onde as comunidades negras reconstróem suas próprias formas de organização social e cultural.

Geraldo Dantas (2016) complementa essa visão ao discutir como “as políticas urbanas e a segregação espacial têm historicamente perpetuado a desigualdade racial, criando barreiras para o acesso a recursos e serviços essenciais” (DANTAS, 2016, p. 102). Destaca-se que a segregação espacial em Salvador, como em outras cidades brasileiras, não é apenas um reflexo da desigualdade econômica, mas também de uma estrutura de racismo institucional que limita o acesso a recursos e serviços para a população negra.

Na obra *Geografia da Resistência: Espaços Negros e Práticas Urbanas de Reafirmação*, Dioneia Costa (2018) oferece uma visão complementar, enfatizando que “a ocupação de espaços não formalizados se torna uma forma de resistência e afirmação cultural para as comunidades negras, permitindo a criação de espaços de pertencimento e visibilidade” (COSTA, 2018, p. 56). Costa explica que “em Salvador, as ocupações irregulares se manifestam em áreas historicamente marginalizadas, refletindo a luta das comunidades negras por reconhecimento e acesso a condições básicas de vida” (COSTA, 2018, p. 64). Assim, explora como essas comunidades, apesar das adversidades, conseguem criar espaços de pertencimento e visibilidade, mesmo diante da falta de infraestrutura adequada.

A ocupação da área de estudo se deu entre os anos 1960-1970, conforme os relatos. Durante as décadas de 1960 e 1970, Salvador experimentou um rápido crescimento

urbano. A população da cidade saltou de aproximadamente 655 735 em 1960 para cerca de 1.007.195 em 1970 (IBGE, Censo Demográfico 1970), com crescimento de 4,7% ao ano e 53,6% no período. Esse crescimento foi impulsionado por migrações internas e pela expansão das atividades econômicas. Enquanto áreas mais privilegiadas tinham melhor acesso à água potável, saneamento, eletricidade e outros serviços, as áreas mais periféricas e favelas muitas vezes enfrentavam carências nesses aspectos. Esses aspectos moldaram a dinâmica da cidade e influenciaram a vida de seus habitantes, especialmente aqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados.

As ocupações ocorrentes durante o processo de favelização também pode ter impactos na redução da arborização e vegetação nas áreas urbanas. A formação muitas vezes está associada a desigualdades históricas, segregação racial e falta de investimento em infraestrutura, o que pode afetar a preservação de espaços verdes.

O bairro de Ondina, situado ao longo da orla marítima, passou por um significativo processo de urbanização e valorização a partir dos anos 1960. Durante este período, Ondina começou a ser transformada em uma área predominantemente residencial e comercial. Fláquer (2012) observa que “a urbanização em Ondina refletiu um padrão de crescimento que priorizava a valorização imobiliária e o desenvolvimento turístico, mas que também deixou áreas periféricas com menos infraestrutura” (FLÁQUER, 2012, p. 65).

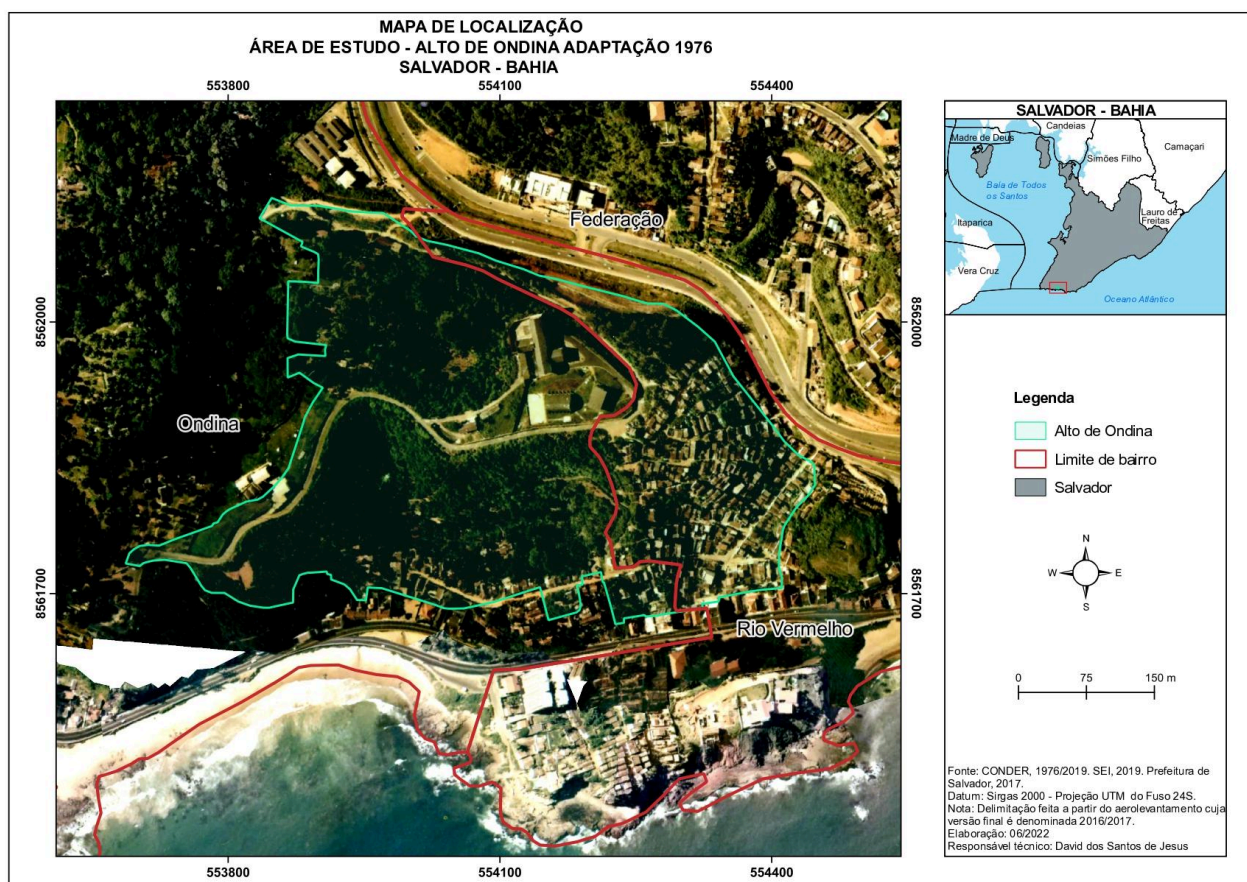
No final da década de 1970, Ondina já mostrava sinais claros de crescimento vertical, com a construção de novos edifícios e a valorização de suas áreas centrais. No entanto, áreas adjacentes começaram a ser preenchidas por populações de baixa renda, resultando em um desenvolvimento desigual e em problemas de infraestrutura nas zonas periféricas.

Já o bairro do Rio Vermelho também experimentou um crescimento considerável durante as décadas de 1960 e 1970, consolidando-se como uma área culturalmente vibrante e boêmia. Dantas (2016) descreve que “o Rio Vermelho foi um exemplo de como o crescimento urbano pode promover a valorização de certas áreas, enquanto a expansão para as periferias frequentemente resultava em ocupações irregulares e em deficiências de infraestrutura” (DANTAS, 2016, p. 112). O crescimento populacional e a urbanização do Rio Vermelho durante esse período contrastam com as condições das áreas periféricas, que frequentemente enfrentavam problemas significativos relacionados à infraestrutura, incluindo falta de saneamento e serviços básicos.

O Alto de Ondina é um exemplo representativo das dinâmicas de urbanização e ocupação em Salvador. Situado em uma área elevada de Ondina e pertencente também ao Rio Vermelho, o Alto foi formado durante o processo de crescimento urbano dos anos 1960

e 1970. Dioneia Costa (2018) observa que “o Alto de Ondina exemplifica como a expansão urbana pode levar ao preenchimento de áreas periféricas por populações de baixa renda, que buscam acesso a áreas urbanas mais valorizadas, mas frequentemente enfrentam a falta de infraestrutura” (COSTA, 2018, p. 73). A ocupação do Alto de Ondina se deu em áreas que antes eram menos valorizadas, refletindo a busca por habitação acessível em um contexto de rápida urbanização e desigualdade socioeconômica. Esse processo também resultou em desafios relacionados à falta de planejamento e infraestrutura adequada, evidenciando a complexa interação entre crescimento urbano e condições de vida das comunidades residentes.

O mapa abaixo (MAPA 1) nos mostra como se iniciou o processo de favelização do Alto de Ondina, sendo esta imagem do ano de 1976. Podemos notar que era uma área majoritariamente verde e com poucas habitações. Elas se concentravam mais para a área pertencente ao bairro Rio Vermelho e, assim, preservaram ambientalmente a área pertencente à Ondina.



MAPA 1. Alto de Ondina, 1976, Salvador/BA (2022)

As prioridades imediatas da população que passa pelo processo de favelização costumam ser o acesso a moradia, água potável, saneamento básico e outras necessidades essenciais. 6 dos entrevistados descreveram o início do Alto de Ondina como no “pé do Rio Vermelho”, se referindo às encostas que desembocam na rua Vila Matos, onde tiveram as primeiras habitações. As referências enquanto “morro” e/ou “favela” foram unânimes, sendo mencionadas ao menos uma vez por todos os entrevistados.

De acordo com a pesquisa realizada por Marins (1998), a década de 1970 viu um crescimento significativo das áreas de favelização em Salvador, com um aumento de 30% na população vivendo em condições de favela em relação à década anterior. Segundo o IBGE, em 1970, aproximadamente 50% das residências nas áreas periféricas de Salvador não tinham acesso a água encanada e 70% não tinham rede de esgoto (IBGE, Censo Demográfico 1970).

O entrevistado nº 36 vive no Alto há 45 anos e relatou que: “O bairro foi construído no braço dos próprios moradores. Sem ajuda de nada, cada um com sua moeda e pegando firme. A gente que colocou tudo aqui. Trouxe água, trouxe luz. Por isso que eles nem vem mexer nos gatos. Se não fizeram por nós antes, vai mexer agora que a gente pegou pra fazer e fez? Até água. Até água a gente teve que implorar, mas depois paramos e vimos que eles não fariam a rede aqui pra gente. Isso eu to falando de 45 anos atrás. Eu cheguei e era mato tudo ali em cima. A água foi o seguinte: como ninguém vinha colocar água, o pessoal juntou dinheiro, cada um deu um pouco, compramos os canos, as coisas que precisavam e chamamos a Embasa. Eles instalaram e disseram que não iam ligar porque não queriam se responsabilizar pela nossa área aqui, né? A gente mesmo ligou e eles vieram uns dois meses depois pra começar a cobrar conta. Brincadeira, né?”

A falta de investimento nessas áreas frequentemente afetadas por essa desigualdade estrutural leva os moradores a buscarem alternativas para atender às suas necessidades, incluindo ligações ilegais de energia e de abastecimento de água e são formas de acesso clandestino a recursos essenciais, como a água, análogas às questões de pobreza, desigualdade e falta de acesso a serviços básicos.

Uma prática comum no bairro é a utilização de *gatos*, como citado anteriormente, sendo um termo coloquial que se refere a pessoas ou dispositivos que se conectam ilegalmente a fontes de eletricidade para obter energia e/ou se conectar ilegalmente à rede de abastecimento de água sem pagar pelo serviço. Essa prática envolve a manipulação ou violação das redes elétricas para obter eletricidade de forma não autorizada e conexões não autorizadas que podem ser perigosas para a infraestrutura de abastecimento de água e também podem ter implicações legais. Silvia Santos (2020), ressalta que “as práticas

informais, como a utilização de gatos, surgem como respostas à ausência de infraestrutura adequada e ao abandono das áreas periféricas pelos órgãos públicos. Essas práticas refletem uma adaptação forçada a um ambiente urbano desigual" (SANTOS, S., 2020, p. 120). É comum em áreas onde o acesso à eletricidade é limitado ou caro, levando algumas pessoas a recorrerem a meios ilegais para obter energia sendo comum em favelas, comunidades e/ou periferias - denominações múltiplas utilizadas para caracterizar espaços com infraestrutura precária e serviços públicos limitados, incluindo eletricidade.

O “gato” de conexão ilegal a serviços básicos tornou-se um meio necessário para a sobrevivência, especialmente em comunidades que não recebiam suporte adequado dos serviços públicos. O IBGE relatou que, em 2010, aproximadamente 15% das residências em áreas de favela e ocupações irregulares tinham acesso ilegal a eletricidade (IBGE, 2010). Esse dado sublinha a persistência do problema e a necessidade de soluções improvisadas para suprir a falta de serviços formais.

As imagens abaixo (FIGURA 1 e 2) são fotografias tiradas de *gatos* de energia presentes no Alto de Ondina.

FIGURA 1. Gato de energia no Alto de Ondina, Salvador/BA - Arquivo Pessoal (2022)



FIGURA 2. Gato de energia na Rua do Corte Grande, Salvador/BA - Arquivo Pessoal (2022)



A teoria da marginalização urbana, discutida por Mara Lúcia (2018), explica que a falta de infraestrutura e o abandono das áreas periféricas por parte dos governos locais levam as comunidades a buscar soluções informais. Lúcia afirma que "a marginalização espacial é um reflexo direto da desigualdade econômica e da exclusão social, levando comunidades a desenvolver estratégias improvisadas para suprir suas necessidades básicas" (LÚCIA, 2018, p. 45). Essa teoria se aplica diretamente à prática dos "gatos", evidenciando como a exclusão leva à criação de soluções alternativas.

Além disso, Joana Almeida (2021) explora como a estrutura socioeconômica e o racismo institucionalizado afetam a infraestrutura nas áreas periféricas. Almeida observa que "as estruturas socioeconômicas históricas e o racismo institucionalizado contribuem para a falta de infraestrutura em áreas habitadas por populações de baixa renda, forçando-as a recorrer a práticas informais para garantir acesso a serviços essenciais" (ALMEIDA, 2021, p. 80). Por sua vez, o líder indígena e ambientalista Ailton Krenak, aponta que "o controle e a falta de acesso aos recursos essenciais são uma forma de violência contra as populações marginalizadas, que frequentemente são forçadas a buscar soluções alternativas para suas necessidades básicas" (KRENAK, 2019, p. 102).

O professor Andreilino Campos, em sua obra "Do quilombo à favela: A produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro (2005) traz que o negro só tem direito ao espaço, se o mesmo for marginalizado.

[...] quilombos foram transmutados em favelas; quilombolas, em favelados. Da mesma forma, os quilombolas e sua organização social devem ser considerados movimentos de resistência ao Império, e as favelas (enquanto estrutura espacial) e os favelados devem ser considerados movimentos de resistência às políticas públicas provisórias do Estado republicano. (CAMPOS, 2008, p. 83)

Dentro do contexto carioca, a ocupação do alto dos morros e das encostas durante o quilombismo foi por estratégia de proteção, pois os brancos que se apropriaram de terras, não subiam, já na parte baixa da cidade, os negros eram marginalizados sob forte repressão, principalmente ao tentar preencher populacionalmente territórios em desuso. Assim, as cidades vão se espacializando de acordo com a cor e a expansão da urbanização e da infraestrutura também, permitindo aumento de habitações em áreas de risco e ausência de serviços básicos, contribuindo para o crescimento do grau de vulnerabilidade. Para Tânia Souza (2021),

Veyret (2007) destaca (...) que o risco pode ser analisado como um sistema que articula práticas de gestão, atores e espaços segundo lógicas diversas. Nesse contexto, identifica-se como atores principais os especialistas, o poder político, a sociedade civil, os meios de comunicação e cada um desses desempenha papéis específicos. A gestão dos riscos revela "as escolhas políticas e as decisões finais de organização dos territórios" (p.12). Para Sant'Anna Neto (2011), a gestão do risco ocorre no campo da ação, da informação e da prevenção. A informação é importante porque contribui para o entendimento da população e pode ser um instrumento na busca por justiça social. A vulnerabilidade, para o autor, revela o grau de suporte aos efeitos adversos ocorridos em um sistema natural ou social em função do nível de exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação (SANT'ANNA NETO, 2011). As condições de risco são maiores em porções específicas do espaço nos quais se encontram fatores que as ampliam. A distribuição espacial dos riscos naturais revela a segregação socioespacial e socioambiental de uma sociedade. Ela incorpora a fragilidade dos espaços naturais com a vulnerabilidade social. (SOUZA, 2021, p. 16)

Atualmente, a segregação espacial em Salvador se reflete em números alarmantes. De acordo com dados do IBGE, a capital baiana possui uma das maiores taxas de ocupação em áreas de risco no Brasil, com cerca de 20% da população residindo em locais sujeitos a deslizamentos e enchentes, como morros e encostas. Além disso, a falta de serviços básicos continua sendo um grande desafio: mais de 30% das residências nas áreas periféricas ainda não têm acesso regular a saneamento básico adequado, e apenas 60% da população dessas áreas tem acesso à coleta de lixo regular.

Essas condições são particularmente graves nas áreas majoritariamente habitadas por pessoas negras. O Censo Demográfico de 2022 revela que 81% da população de Salvador se autodeclara negra (pretos e pardos), e a maior parte dessa população reside nas periferias, onde o investimento em infraestrutura urbana é historicamente menor. Isso evidencia como a vulnerabilidade social e racial estão intrinsecamente ligadas à distribuição espacial e ao acesso desigual aos serviços na cidade.

Dessa forma, a histórica segregação territorial baseada na cor continua a perpetuar desigualdades, impactando diretamente a qualidade de vida das populações negras que, muitas vezes, vivem em condições precárias e com pouca ou nenhuma proteção contra desastres naturais. As políticas públicas voltadas para a urbanização dessas áreas permanecem insuficientes, contribuindo para a perpetuação das desigualdades raciais e sociais na cidade.

Para os moradores, os materiais de construção de suas habitações seguem três critérios principais:

1. baixo custo;
2. não serem tão pesados para conseguir carregar nas costas;
3. não serem tão grandes para passar pelos becos.

Para acomodar a crescente população, muitos moradores recorrem à construção vertical, com edifícios de vários andares construídos próximos uns aos outros. A verticalização das construções, com edifícios de vários andares construídos próximos uns aos outros, é uma resposta à demanda crescente por moradia, dada a limitação de espaço e recursos.

Raúl Zibechi (2018) argumenta que “a segregação espacial nas cidades latino-americanas não é apenas um reflexo das desigualdades econômicas, mas também uma manifestação das profundas desigualdades raciais e sociais. As áreas marginalizadas frequentemente enfrentam um ciclo contínuo de negligência e exploração” (ZIBECHI, 2018, p. 22). Já Aníbal Quijano (2015) complementa ao afirmar que “a estratificação territorial e a segregação urbana revelam as estruturas de poder e dominação que perpetuam a exclusão social e racial” (QUIJANO, 2015, p. 78). Isso se reflete na forma como as comunidades negras em Salvador são forçadas a construir suas habitações com materiais de baixo custo e a adotar soluções informais de construção devido à falta de investimento e suporte institucional.

Esses estudos evidenciam que as práticas habitacionais nas periferias de Salvador, como o uso de materiais de construção baratos e a construção vertical, são respostas diretas às condições adversas impostas pela desigualdade estrutural e a falta de acesso a serviços básicos. A verticalização das construções, com edifícios de vários andares construídos próximos uns aos outros, surge como uma solução à demanda crescente por moradia em áreas limitadas (GARCÍA, 2022).

O resultado pode ser visto nas imagens a seguir (FIGURA 3 e 4), fotografias de vistas parciais da área de estudo.

FIGURA 3. Vista parcial do Alto de Ondina - Orla, Salvador/BA - Arquivo Pessoal (2022)



FIGURA 4. Vista parcial do Alto de Ondina, Salvador/BA - Arquivo Pessoal (2023)



São construções com tijolos, pilares de concreto, lajes de vigotas e blocos cerâmicos e a cobertura, majoritariamente, em telhas de amianto, tendo como característica citada como um “[...] amontoado de casas que se parecem iguais, mas não são. É a gente que faz no braço com o melhor que consegue, que pode, de dinheiro mesmo porque se dinheiro não fosse problema, minha casa mesmo ia ter gesso, porta de vidro, mas tenho ar condicionado. Sem ele, eu não fico. É gato mesmo, então tem no meu quarto e de meus filhos”, como pontuado pela entrevistada nº 31.

Milton Santos (1999) nos traz que “a presença do pobre aumenta e enriquece a diversidade socioespacial que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios, quanto pelas formas de trabalho e de vida”, daí podemos refletir sobre como a cidade se comporta mediante sua formação socioespacial e também compreendê-la como “um grande sistema, produto de superposição de subsistemas diversos de cooperação, que criam outros tantos sistemas de solidariedade”. Paralelo a essa reflexão, Campos (2005) nos traz que a cultura é produzida no movimento, que é aquilo que se faz; já o espaço é produzido permanentemente, concluindo assim que, o território carrega a identidade social, refletindo no espaço e em sua produção, contrapondo a colonialidade urbana de técnicas eurocêntricas tida como padrão de urbanização brasileira.

O padrão de urbanização brasileiro imprimiu nas metrópoles e cidades conceitos e formas de concebê-las baseado na coletânea técnica utópica europeia. Formalizou-se o conceito de padrão

periférico que engloba loteamento ilegal, a autoconstrução e os distantes conjuntos habitacionais desprovidos de equipamentos urbanos e de espaços públicos. Padronizou a ideia de cidade como um espaço dual, dividido entre área informal, sem tecnologia, planejamento e investimentos públicos significativos e área formal concentradora dos investimentos públicos, lugar de planejamento e de aplicação das tecnologias. Os bairros e lugares onde se concentram as populações negras recebem designações tais como, cidades clandestinas, cidades irregulares, cidades informais e cidades periféricas. Lugares à margem do pensamento e da prática de urbanização, portanto fora do desenho urbano e sem investimentos proporcionais à densidade da população, sem um reconhecimento da importância da forma urbana das populações negras. (CUNHA JR., 2019, p. 25-26)

Mediante a leitura de que a prática da urbanização é pautada pela polaridade sistêmico-estrutural seletiva do planejamento e da irregularidade, pode-se concluir que a concepção da categorização e divisão de bairros também estão inclusos nessa leitura. Sendo assim, é possível afirmar que nem toda localidade pode ser e/ou é lida enquanto bairro nas múltiplas perspectivas e vivências de uma população. O exemplo a ser dado é o lugar pesquisado que se encontra entre os bairros soteropolitanos Rio Vermelho e Ondina, conhecido como Alto de Ondina.

2. METODOLOGIA

*Vou te contar uma história real
Um a um morrendo desde os navios de Cabral
Nós temos nomes, não somos números
Pra me manter viva, preciso re-existir
Dizem que não sou de verdade
Que não deveria nem estar aqui
O lugar onde vivo me apaga e me incrimina
Me cala e me torna invisível*
(KAÊ GUAJAJARA. 2020)

Para o desenvolvimento do projeto é crucial que se olhe para além de uma vulnerabilidade específica, assim como a percepção de que, mesmo vulneráveis, são pessoas majoritariamente negras que ocupam diversos espaços na sociedade que vão além da vulnerabilidade econômica. Serão utilizadas a Metodologia Afrodescendente em Pesquisa, do professor Henrique Cunha Junior e a Interseccionalidade, da doutora em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Carla Akotirene com seu livro *O que é Interseccionalidade*, ambos guiados pelo desenvolvimento do pensamento e prática decolonial.

Uma particularidade que acredito ser necessária apontar para que os leitores aqui compreendam o intuito deste trabalho é por eu, Tairine, ver a Educação como refúgio e propulsor frente às mazelas sociais.

Saí de casa após passar em Bacharelado em Humanidades na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Foi uma saída libertadora de uma filha que teve uma criação rigorosa ditada pelo machismo e conservadorismo típico do interior de Minas Gerais. Ali já foi meu primeiro passo acreditando fielmente na Educação Pública como uma oportunidade pra fazer as coisas darem certo.

Em 2017, fui vítima de estupro quando estudava na UFVJM, em Diamantina, Minas Gerais. Denunciei e tive que arcar com as consequências, assim fui ameaçada de morte e decidi buscar meios para não desacreditar. Minha vida não poderia acabar ali. Não foi a primeira violência, não foi a segunda, mas espero ter sido a última.

Fui orientada pela detetive responsável pelo caso, Dra. Kiria Orlandi, a sair da cidade, mas não queria abandonar os estudos, muito menos voltar para casa. Tive o apoio dela, da professora Josélia Lima, a qual tive a honra de escrever um artigo sobre o tema posteriormente e me auxiliou no processo de mobilidade acadêmica. Fica aqui meu agradecimento e minha gratidão a elas, a landria, Hellen e Gabriela que também me ajudaram a me manter de pé.

Dessa forma, mesmo fora do período de matrícula, a UFBA reuniu o Conselho e aprovaram minha matrícula. A partir dali, iniciei minha jornada em Salvador. Em *Arquitetura Silenciosa da Violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências* (2021), pude narrar minha trajetória juntamente com outras mulheres.

Pelos estudos, tive fé que minha vida podia melhorar. Lutei contra a depressão, luto contra a ansiedade e aos fantasmas do pânico e das visões dos agressores [...] Hoje vivo uma vida sem total liberdade e ainda com traumas, mas buscando ressignificar e acreditar sempre no poder da educação e na luta por igualdade, dignidade, liberdade e justiça. (Lima, J. B. Q., Souza, F. F. de, do Nascimento, K. C., & Oliveira, T. D., 2021, p. 199).

Sou uma mulher negra LGBT e minha história não é única. Este trabalho é uma ferramenta pra chamar a universidade pública, mobilizar corpo docente, administrativo, reitorias e afins a fim de fazer com que a favela enxergue a UFBA como de todos. Não romantizo a Educação, porém aqui não é negada sua gigantesca capacidade de transformação social.

Utilizo a Interseccionalidade por perceber como a Educação é um direcionamento para a melhoria da qualidade de vida de tantas pessoas que se encontram em vulnerabilidade social por políticas públicas discriminatórias e pelos olhos da sociedade.

A Metodologia Afrodescendente é guiada pelas vias de conhecimento não-branco e para tal, é necessário pesquisas referenciais não hegemônicas tendo povos não-brancos como fonte ativa de conhecimento, relacionando suas origens, posturas e formas científicas enquanto epistemologia e práxis. É uma abordagem que visa decolonizar e democratizar o processo de pesquisa, garantindo que as perspectivas, experiências e conhecimentos das comunidades afrodescendentes sejam respeitados, valorizados e incorporados de maneira genuína e significativa.

Para desenvolver a pesquisa também foi aplicada Interseccionalidade, pois congrega classe, raça e gênero como mecanismo teórico-metodológico substancial para análises que revelem os processamentos interativos decorrentes das relações de poder em interações individuais, práticas coletivas e em estruturas culturais e institucionais. Nesse sentido, utilizar as lentes do método interseccional figura como um diferencial muito potente para a reflexão que irá se dar ao longo dessa pesquisa, visto que ao lançarmos um olhar para as localidades populares devemos levar em conta as diversas camadas identitárias e sociais que dialogam com o espaço geográfico, bem como o espaço subjetivo entre as relações estudantis.

A Interseccionalidade como metodologia de pesquisa e a Metodologia Afrodescendente de pesquisa foram selecionadas por suas abordagens inclusivas, sensíveis às identidades e comprometidas em compreender as complexidades das experiências das comunidades afrodescendentes e de outras minorias. Ambas as abordagens visam superar as limitações das metodologias tradicionais, que muitas vezes ignoram ou marginalizam determinadas identidades e perspectivas. Assim, se complementam nos seguintes aspectos:

1. **Consideração das Identidades Múltiplas:** Ambas reconhecem a importância de considerar as múltiplas identidades e dimensões que moldam as experiências individuais e coletivas. Enquanto a Interseccionalidade abrange um espectro mais amplo de identidades, a Metodologia Afrodescendente concentra-se especificamente nas experiências das comunidades afrodescendentes.
2. **Reconhecimento das Relações de Poder:** Ambas as abordagens reconhecem as relações de poder que moldam as experiências das pessoas.

A Interseccionalidade destaca como diferentes identidades podem interagir e criar sistemas complexos de opressão, enquanto a Metodologia Afrodescendente se concentra nas formas específicas de opressão e discriminação enfrentadas pelas comunidades afrodescendentes.

3. **Inclusão de Vozes Marginalizadas:** Tanto a Interseccionalidade quanto a Metodologia Afrodescendente buscam ampliar as vozes e perspectivas de grupos marginalizados, garantindo que suas experiências sejam reconhecidas e valorizadas. Essa inclusão é central em ambas as abordagens.
4. **Decolonização do Conhecimento:** Ambas buscam decolonizar o conhecimento e desafiar os padrões eurocêntricos dominantes nas pesquisas. Elas se esforçam para criar espaço para saberes e narrativas não ocidentais e não hegemônicos.
5. **Sensibilidade Cultural:** Ambas as abordagens valorizam a sensibilidade cultural e ética ao conduzir pesquisas. Isso inclui respeitar os protocolos culturais, obter consentimento informado e garantir que as vozes das comunidades afrodescendentes e de outras minorias sejam tratadas com respeito.
6. **Potencial de Transformação Social:** Tanto a Interseccionalidade como metodologia de pesquisa quanto a Metodologia Afrodescendente têm o potencial de contribuir para a transformação social, promovendo uma compreensão mais profunda das desigualdades e injustiças e fornecendo informações que podem informar políticas mais justas e inclusivas.

Desse modo, a forma organizacional será através:

- da busca por modelos e/ou pensamentos decoloniais abordado por sujeitos sociais, sejam eles autores intelectuais ou não-acadêmicos;
- compreensão de bairros negros;
- da interpretação acerca do reflexo necropolítico;
- apreensão da estruturação socioespacial da localidade e sua dimensão espacial integrada à UFBA;

Tais formas são norteadas por: i) entrevista aberta e questionário com a população residente; ii) registros fotográficos; iii) mapa da localidade; iv) cartografia da ação social, prática da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2012) que se “trata das trajetórias das bases populares, das rotas de lutas e manifestações, das trajetórias de trabalho no cotidiano, das manifestações culturais, das normas sociais ocultas não estatais” (CARVALHO; RIBEIRO; SCHIPPER; SILVA; PERUCCI, 2012, p. 24) utilizada para análise de território usado por centrar-se na coleta de dados que capturem as práticas, significados e percepções das pessoas em relação ao espaço geográfico.

O conceito de território usado serviu como âncora para a realização da pesquisa por ser uma abordagem que enfatiza a interação das pessoas com o espaço e como elas dão significado e usam o território de maneira prática e cotidiana. Parte da seleção do tema que relaciona o uso e significado do espaço geográfico por parte das pessoas até a realização de entrevistas para coletar dados sobre como as pessoas interagem e usam o território em questão.

A construção da entrevista foi se modificando ao decorrer da pesquisa devido a demanda advinda das respostas do questionário. Alguns entrevistados conduziam as respostas para âmbitos que somente eles conseguiriam me guiar pela vivência, então houve a necessidade de reparar algumas perguntas e inserir outras para compreendermos melhor a relação socioespacial que eles têm para com a localidades estudadas, Alto de Ondina e UFBA.

O questionário a seguir é o modelo final e o gráfico (GRÁFICO 1) subsequente representa o perfil dos entrevistados.

AUTOESTRANHAMENTO E IDENTIDADE TERRITORIAL:

Onde estão os moradores do Alto de Ondina na Universidade Federal da Bahia?

Tairine Duarte de Oliveira – POSGEO/UFBA

ENTREVISTA

IDADE:

SEXO:

ORIENTAÇÃO SEXUAL:

RAÇA/COR:

ENDEREÇO:

PROFISSÃO:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

- 1) Desde quando você mora no Alto de Ondina?
- 2) Conhece alguém que acompanhou a ocupação da localidade?
- 3) Você acha que o Alto de Ondina pertence mais à Ondina ou ao Rio Vermelho?
- 4) Para você, onde começa e até onde vai o Alto de Ondina? Inclui a Vila Matos?
- 5) Você vê o Alto de Ondina como um bairro?
- 6) Consegue identificar sua casa no mapa do Google?
- 7) Você acha interessante mapear os becos do Alto de Ondina?
- 8) Qual lugar você tem como referência no Alto de Ondina?

- 9) Quem/o quê/onde você tem como referência para indicar a alguém que venha conhecer o Alto de Ondina?
- 10) Quais serviços/empreendimentos faltam no Alto de Ondina?
- 11) Quais serviços/empreendimentos/ensino do Alto de Ondina deveria ser ampliado para mais pessoas e lugares?
- 12) O que você acha que precisa ser melhorado no Alto de Ondina, se fosse denunciado, noticiado e/ou publicado alguma mídia e/ou pesquisa universitária?
- 13) Você conhece os serviços oferecidos para a população pela UFBA?
- 14) Onde costuma fazer exames de sangue?
- 15) Você conhece alguém ou tem interesse em adentrar uma universidade pública?
- 16) Você conhece alguém ou tem interesse em fazer cursinho pré-vestibular?
- 17) Onde você se vacinou contra a COVID-19?
- 18) Seu banco sendo Banco do Brasil, onde é sua agência?
- 19) Seus trajetos perpassam a Avenida Milton Santos (antiga Av. Adhemar de Barros)?
- 20) Se sim, você corta caminho por dentro da UFBA?
- 21) Você se identifica com a UFBA?
- 22) O que você acha que falta para que você se sinta mais próximo da UFBA, agora que conhece um pouco mais?

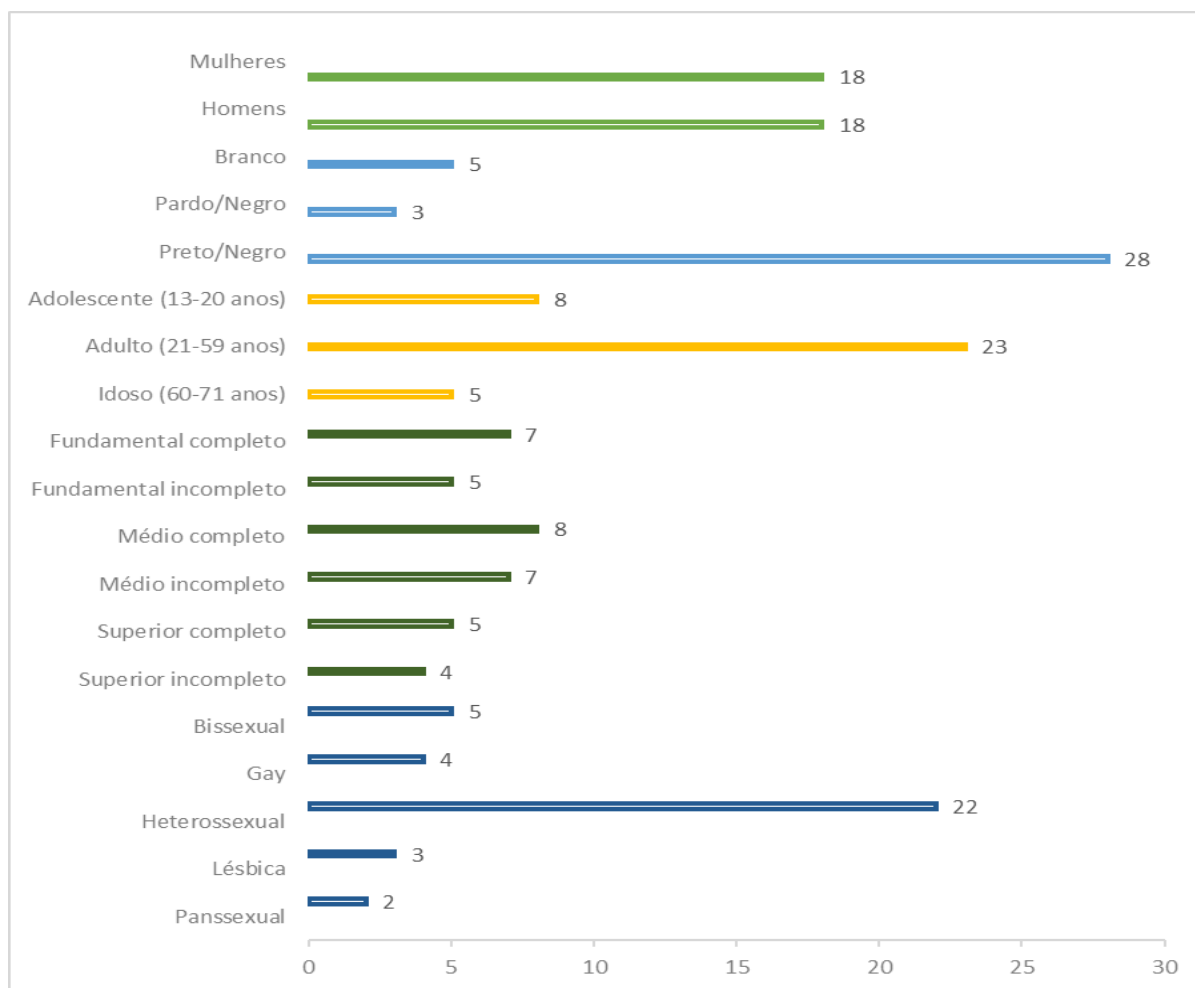


GRÁFICO 1. Perfil dos entrevistados

As pessoas entrevistadas não têm seus nomes citados, pois é de costume local aderirem aos apelidos para preservarem a própria identidade. Além de apresentarem essa demanda durante as entrevistas, um fato pessoal que ocorreu logo que me mudei para o Alto de Ondina foi me cumprimentarem e perguntarem como podiam me chamar. Respondi que pelo meu nome mesmo, devolvendo a pergunta a quem fez, me disseram que não se dá nomes porque não confiam nem na Justiça nem na Polícia Militar, citando casos de intimação, cobranças indevidas e operações policiais. Assim, a depender da rua ou do beco, sou conhecida como Tai, como Mineirinha e como Rasta. Logo, por ser opção da maioria, nenhum nome será apresentado, sendo identificados por números de 1 a 36.

Os dados coletados são para entendermos quem são as vozes, como se veem, como se permitem serem vistos e como vêem o lugar de onde são, ou seja, para analisarmos a identidade territorial dos moradores do Alto de Ondina.

Para isso, vamos esmiuçar o que é ser negro no Brasil.

Sueli Carneiro, em seu livro *"Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil"*, discute as complexidades das categorias raciais, especialmente no que diz respeito à identidade negra. Para ela "a categoria 'negro', na perspectiva política do movimento negro, é a que unifica pretos e pardos, rejeitando as classificações que pretendem fragmentar a identidade negra e diluir a consciência racial" (CARNEIRO, 2011, p. 45). Já Lélia Gonzalez, em *"Por um Feminismo Afro-Latino-Americano"*, reflete sobre a identidade negra e a construção das categorias raciais no Brasil:

"O termo 'pardo' surge como uma tentativa de apagamento da negritude, uma estratégia de embranquecimento que visa a diminuir a população negra, dividindo-a entre 'pretos' e 'pardos'. Entretanto, o movimento negro ressignificou essa divisão, adotando 'negro' como uma identidade política que abarca todos aqueles que sofrem com o racismo" (GONZALEZ, 2020, p. 88).

Dessa forma, no Brasil, as categorias "preto" e "pardo" são usadas para descrever a cor da pele das pessoas, mas têm significados mais profundos. "Preto" se refere a pessoas de pele escura que se identificam como parte da comunidade negra. "Pardo" é uma categoria mais complexa, que inclui pessoas de pele mais clara, muitas vezes com ascendência mista de africanos, indígenas e europeus. Entretanto, no movimento antirracista, o termo "negro" é frequentemente usado para unir tanto pretos quanto pardos em uma luta comum contra o racismo, reconhecendo as experiências compartilhadas de discriminação e resistência.

Por mais básica que seja a pergunta sobre "Você se considera branco, pardo ou preto?", já é o suficiente para enxergar o reflexo da autoidentificação, tendo casos como o da entrevistada nº 17, 19 anos e concluinte do Ensino Médio, que aproveitou a pergunta para tirar dúvida da diferença entre negro, pardo e preto e sobre cotas. Ela é uma mulher negra de pele parda que tinha receio de tentar cota e ser barrada por não ter adquirido consciência corporal racial, que é a leitura física do seu próprio corpo, mas que agora já compreendeu e esboçou um sorriso de alívio por ampliar suas possibilidades de crescimento acadêmico-profissional. No fim desta entrevista em específico, a nº 17 disse "Quem sabe ano que vem sou eu te

entrevistando então hein, *cêra?*”, injetando em si, o conhecimento de que a UFBA é um espaço possível para se estar, como bem diz bell hooks (2017) sobre o entusiasmo da população negra no ensino superior: “Entrar numa sala de aula de faculdade munida da vontade de partilhar o desejo de estimular o entusiasmo era um ato de transgressão” (p. 17, 2017). hooks reafirma ainda que tal entusiasmo é gerado pelo esforço coletivo, sendo assim, partindo do entendimento do papel social de uma universidade pública, cabe à instituição enquanto coletivo de ensino, pesquisa e extensão, estimular esse entusiasmo, principalmente aos arredores de sua localização para moradores locais.

Com base neste questionário e seguindo a metodologia Afrodescendente em Pesquisa, foi concluído que não será feito mapeamento da localidade, incluindo os becos e vielas do Alto de Ondina, proposta apresentada no pré-projeto. O motivo é medo de repressão policial, visto que tal pesquisa estará disponível no site público do Repositório da UFBA, com possibilidade de acesso para casos de operação contra tráfico de drogas.

A cartografia da ação social partiu da percepção socioespacial dos moradores sobre os limites do Alto de Ondina. Esse tipo de cartografia pode ser utilizado para entender melhor as relações entre as comunidades e o espaço em que vivem, incluindo aspectos como mobilidade, acesso a serviços e interações sociais. No contexto do medo de repressão policial em periferias, a cartografia da ação social pode ter várias implicações e a negativa do mapeamento da localidade com nomenclatura e identificação das ruas e dos becos pode ser considerado um mapeamento do medo e do desconforto dos moradores. Serve também como análise de desigualdades espaciais por destacar a experiência do medo de repressão policial, sendo possível identificar se certos grupos ou áreas são mais afetados do que outros, permitindo uma análise mais profunda das dinâmicas sociais e dos fatores que contribuem para essas desigualdades.

Mesmo a Ladeira do Zoológico não contendo habitações da sociedade civil, somente a Casa do Governador, os moradores a inserem por ser o acesso principal para quem percorre a Avenida Milton Santos, ou que esteja indo em direção à Barra.

O conceito de "território usado", desenvolvido por Milton Santos, se refere ao espaço em que as pessoas vivem e interagem diariamente. Não é apenas um pedaço de terra, mas um lugar onde ocorrem as relações sociais, políticas e econômicas que moldam a vida de uma comunidade. É um território que ganha significado a partir das práticas e experiências das pessoas que o habitam, tornando-se, assim, um espaço de apropriação coletiva. Mediante a isso, temos na presente pesquisa, 6 pontos relevantes para sua construção e interpretação dos dados:

1. **Mapeamento Participativo:** Inclui técnicas de mapeamento participativo, onde os próprios moradores desenham mapas ou indicam locais importantes em relação ao território. Isso pôde ajudar a capturar as percepções subjetivas e a importância atribuída a diferentes áreas.
2. **Análise Qualitativa:** Utiliza métodos qualitativos de análise para explorar as narrativas, histórias e significados que os moradores atribuem aos lugares. Analisa também os dados coletados para identificar padrões de uso, conexões emocionais e as relações entre os locais.
3. **Conexão com Teorias:** Conexão dos resultados da pesquisa com teorias relevantes que abordam o uso do espaço e as relações entre as pessoas e o ambiente, tais como a decolonialidade, bairros negros e necropolítica. A conexão envolve teorias sobre lugar, identidade e pertencimento.
4. **Contextualização Histórica:** Considera a história do território Alto de Ondina e como isso influencia o uso atual, explorando como mudanças passadas no uso e na ocupação territorial afetaram a configuração atual do espaço.
5. **Comparação e Contraste:** Compara e contrasta diferentes grupos ou comunidades, Alto de Ondina e UFBA, dentro do mesmo território para destacar diferentes formas de uso e significado do espaço, enriquecendo a compreensão da diversidade de experiências.
6. **Recomendações e Implicações:** Com base nos resultados, desenvolve recomendações práticas e implicações políticas para melhorar o uso e a gestão do território. Considera como as percepções e necessidades das pessoas podem ser melhor incorporadas em decisões de planejamento e políticas públicas.

Assim, essa abordagem fornece estalos valiosos sobre a interação humana com o ambiente e contribui para uma compreensão mais profunda da dinâmica do território em estudo.

3. DECOLONIZANDO O ESPAÇO: ALTO DE ONDINA É UM BAIRRO NEGRO

*"Se o branco vem de fora e o negro é daqui
Se o branco vem de fora e o negro é daqui
O que é que o negro tem que fazer para ser feliz?
É um lugar, é um lugar, é um lugar, é um lugar
É um lugar para se viver, para se viver, para se viver"*
(GIL, Gilberto. 1975)

3.1 Decolonização de saberes

Para bell hooks (2007), a educação está numa crise grave que “não podemos enfrentar se os pensadores críticos e os críticos sociais progressistas agirem como se o ensino não fosse um objeto digno da sua consideração” (p. 23).

É sabido que as universidades têm um papel fundamental para que a leitura e interpretação da formação territorial brasileira seja condizente com a realidade da pluralidade de corpos e suas estruturas sociais, culturais e geográficas. Porém, por ser um ambiente que prolifera conhecimento brancocêntrico, descartando demais vivências, é naturalizado o racismo e, conseqüentemente, é negada a contribuição e a produção dos povos não-brancos. Direcionando assim, o questionamento: onde estão os ensinamentos e pesquisas fidedignos à nossa formação enquanto população brasileira não-brancocêntrica?

Devido às teorias urbanísticas não levarem em conta a existência desses lugares fora das ideias do campo universitário, as populações negras ficam fora de todos os benefícios pensados de maneira formal para as políticas públicas de reforma urbana e melhoria de vida nas cidades brasileiras. Ficamos de fora como cidadãs e cidadãos negros e negras, mesmo que entremos como anônimos na tarja de pobres ou povo, mas não entramos como somos e queremos ser, como população negra. Dessa forma, de uma ‘maneira técnica’ o conjunto do pensamento acadêmico se desresponsabiliza com o segmento negro da população. (CUNHA JR., 2019, p. 22)

Em 2018, durante uma entrevista ao Instituto Geledés, a filósofa e feminista negra Djamila Ribeiro foi questionada se o brasileiro conhece o Brasil e respondeu que não conhecemos nem refletimos criticamente sobre, pois passamos pelo

processo de embraquecimento que “instituiu uma visão eurocêntrica de mundo e de conhecimento” (RIBEIRO, 2018).

Por que não temos noção da dimensão das diferenças territoriais que estamos inseridos no Brasil? Como essa visão afeta as relações das políticas governamentais e do Estado para com as populações em condições de vulnerabilidade socioeconômica que são dependentes de iniciativas públicas para ascenderem?

Ainda na entrevista, Djamilia Ribeiro é indagada sobre a existência do incômodo social causado pela ascensão de intelectuais negros e sua resposta foi afirmativa, dizendo que as ações afirmativas criaram lugares na sociedade racista que vivemos e que “a partir do momento em que se disputa poder, a gente começa a perceber o quanto vai incomodar certos setores que estão querendo só a manutenção dos lugares e não a transformação.” (RIBEIRO, 2018).

Tais ações afirmativas se destacaram com o Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2011, e se mantiveram estáveis até, aproximadamente o ano de 2015, início do segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, pouco tempo antes de sofrer um golpe por seu vice, Michel Temer, golpe este nomeado por alguns e reconhecido pela direita e extrema-direita brasileira como impeachment. Com o governo lulista, diversos programas sociais foram criados, como por exemplo o Bolsa Família e o ProUni.

Dados do Ministério da Educação mostram que o número de alunos de baixa renda nas universidades públicas aumentou significativamente durante este período, com um crescimento de 35% no número de estudantes beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) entre 2004 e 2014 (MEC, 2015).

Em 2024, no segundo semestre, o programa ofertou 243.850 bolsas de estudo, sendo 170.319 integrais e 73.531 parciais, distribuídas por 901 instituições privadas e 367 cursos. Os estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Amazonas lideraram o número de bolsas ofertadas (MEC, 2024). Embora tenha sido responsável por ampliar o acesso à educação superior, especialmente para estudantes de baixa renda, o ProUni apresenta limitações significativas que merecem crítica. Primeiro, a maior parte das bolsas é destinada a instituições

privadas, promovendo, em muitos casos, o fortalecimento financeiro do setor privado, em detrimento do investimento mais robusto nas universidades públicas. Dados recentes mostram que, enquanto o programa atinge um público vulnerável economicamente, sua estrutura beneficia diretamente conglomerados educacionais privados, cuja qualidade de ensino é frequentemente inferior à das universidades públicas (INEP, 2024).

Além disso, a expansão do programa por meio de medidas como a Lei nº 14.350/2022, que permitiu a participação de estudantes da rede privada de ensino, levantou questionamentos sobre sua capacidade de alcançar as populações mais vulneráveis. Essas mudanças não resolveram a questão central: a dependência de bolsas privadas reduz a capacidade do Estado de enfrentar as desigualdades estruturais de forma mais equitativa.

A análise crítica do ProUni revela que sua implementação reforça a lógica neoliberal, onde o Estado delega ao setor privado a responsabilidade por áreas fundamentais como a educação. Como sugeriu bell hooks (2017), a verdadeira educação libertadora exige a construção de um espaço onde todos possam participar ativamente da produção e da apropriação do conhecimento. No entanto, a mediação privada do ensino superior impõe barreiras adicionais, incluindo mensalidades exorbitantes para estudantes não contemplados pelas bolsas, acesso restrito a cursos de maior prestígio e dificuldades na adaptação ao mercado de trabalho.

Em um contexto marcado pela profunda desigualdade social e racial, políticas como o ProUni devem ser constantemente revisitadas e reavaliadas. No entanto, mesmo com essas políticas, a desigualdade persistiu, evidenciada pela continuidade das disparidades no acesso à educação superior e a persistente exclusão social. A educação se tornou um dos principais focos, sendo criados programas de acesso e permanência estudantil para as pessoas em condições de vulnerabilidade adentrarem às universidades públicas, porém a criação de programas educacionais não é sinônimo de equidade nem garantia de pagamento de dívida histórica do Estado para com determinadas populações.

Para Renato Emerson dos Santos (2017), coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), raça é um conceito de “pertinência social em projetos de poder que sustenta sua permanência, a despeito de ter ou não lastro em saberes científicos” (SANTOS, R., p. 60) sendo o racismo, um sistema de poder e regulador de comportamentos, tratamentos e relações.

O tratamento proposital das academias ilustra o racismo e seus mecanismos de configuração. Qual o papel da universidade frente a isso? Afinal, seguindo o pensamento freiriano, “a educação só pode ser libertadora quando todos tomam posse do conhecimento como se este fosse uma plantação em que todos temos que trabalhar” (hooks, 2017, p. 26).

Em uma entrevista concedida ao Jornal do Brasil em 1996, na qual discutia sua visão sobre a academia e a linguagem acadêmica, o professor Milton Santos propõe que se abandonem os jargões e se busque uma forma mais acessível de comunicar a realidade: “Eu acredito que a gente deveria abandonar a linguagem da faculdade, o “facultes”, o “universitês” e, se possível, tentar representar a realidade, os fatos como um enredo”. (SANTOS, M. 1996)

Como essa crença de Milton Santos pode ser colocada em prática?

Através de pensamentos e ações de aproximação, de busca por equidade, justiça, liberdade e respeito ao que é diferente do padrão do norte ocidental brancocêntrico colonialista que atua como dominante perante à sociedade brasileira, pois nossa realidade é moldada por meio de um olhar imperialista que nos atravessa, nos privando do direito à outras formas de viver, afinal é um sistema imposto. Enquanto brasileiros, “trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam as condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças tais condições lhe imporiam” (HOLANDA, 1995).

A perspectiva de Milton Santos, ao propor uma linguagem que represente a realidade e os fatos, é essencial para reformular políticas educacionais que verdadeiramente enfrentem as desigualdades históricas. Assim, não basta apenas inserir jovens negros, indígenas e periféricos no ensino superior; é necessário

garantir que tenham acesso a uma educação de qualidade, libertadora e alinhada à transformação social.

Já se perguntou por quê que sociedades diferentes da nossa são chamadas de “alternativas” e nós somos a “sociedade padrão”?

Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Ailton Krenak (2019) pontua que

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história. (KRENAK, 2019, p. 9)

A busca aqui é pela liberdade desse padrão estabelecido por um sistema que determina onde você nascerá, crescerá e como deverá morrer. Onde não se tem dignidade à vida pra maioria e se tem impunidade pra minoria. Muitos chamariam movimentos contra esse sistema de contracultura, como se tratasse de unidade cultural, mas creio ser movimentos de policultura, afinal nos é determinado viver uma monocultura, sendo ela, colonial. A policultura é desenvolvida a partir da decolonialidade, sendo este “(...) momentos, ações, eventos de resistência política e epistêmica” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL; MALDONADO TORRES, 2019, p. 9).

Quando essa resistência política e epistêmica molda estruturas espaciais, a Geografia pode ser o caminho para a aplicabilidade da decolonialidade enquanto projeto acadêmico-político, pois a mesma é capaz de “esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar estratégias para transformar a realidade” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL; MALDONADO TORRES, 2019, p. 10)

A colonização portuguesa ainda faz a Educação brasileira de refém ao ter consolidado a base numa perspectiva que anula o povo brasileiro e divide o campo dos saberes entre os que servem à figura do capital e dos interesses do Estado e aos que mantêm o status quo da burguesia, perpetuando gerações de pseudointelectuais. O professor Mateus Servilha, ilustra o papel da Geografia na

colonialidade do saber e aponta o efeito disso na compreensão de sentido de território e lugares sociais:

As Sociedades de Geografia ao longo do século XIX e começo do XX constroem um saber geográfico (ainda não considerado a “geografia científica”) formado pelo conhecimento de tudo que se referia a povos e territórios dos diferentes cantos do mundo produzidos a partir da reunião de viajantes, naturalistas, militares e cientistas de várias procedências acadêmicas em busca de inventariar informações sobre territórios de interesse dos Estados europeus (MOREIRA, 2009).

[...] Sociedades, saberes e espaços são produzidos, entre outras formas, a partir de expansões e/ou integrações territoriais. Os mesmos saberes que propiciaram a formação do conhecimento geográfico sistematizado como científico, propiciaram a centralização político, cultural e econômico mundial no continente europeu. A ideia de colonialismo permeou toda a formação do mundo chamado moderno, a partir de relações internacionais que definiram lugares sociais a grupos e espaços que emergiram a partir de determinados novos papéis a cumprir. (SERVILHA, 2017, p. 328-329)

O impacto dessa centralização ainda é visível nas disparidades atuais. Por exemplo, dados de 2021 indicam que 32% da população negra no Brasil vive em situação de extrema pobreza, enquanto apenas 8% da população branca enfrenta a mesma condição (IPEA, 2021). Essa desigualdade é reflexo direto de uma estrutura histórica de colonialidade que continua a influenciar a formação e o entendimento dos territórios e das populações.

Sociólogo pertencente à corrente descolonial, o portorriquenho Ramón Grosfoguel (2007) argumenta que “a epistemologia eurocêntrica se caracteriza não apenas por privilegiar um padrão de pensamento ocidental, mas também por estudar o “outro” como objeto e não como sujeito que produz conhecimentos”. A racionalidade defendida pelo iluminismo e difundida em escala global é embasada pela objetividade do conhecimento científico e atravessa a esfera da Ciência “para descrever e avaliar o aperfeiçoamento moral dos povos” (ANDRADE, 2017, p. 292), sendo assim, responsável pela construção de rótulos culturais determinantes para o atual sistema pois encobre, “ao mesmo tempo, a geopolítica e a corpo-política do conhecimento, a partir das quais pensam os pensadores e intelectuais acadêmicos brancos” (GROSFOGUEL, 2007, p. 32) e o resultado disso é refletido na estrutura da formação educacional brasileira.

Ao refletir sobre a ‘Universidade’ e a história do Ensino Superior no Brasil é primordial ter a convicção de que todo processo histórico perpassa pela filosofia ocidental eurocêntrica, que essa filosofia moldou estratégias políticas e que o Iluminismo – protagonista da centralidade intelectual burguesa - “substancializa uma compreensão da razão que outorga para si o direito de avaliar e legitimar a autoimagem dos povos em conformidade com uma visão eurocêntrica de mundo” (ANDRADE, 2017, p. 292).

Ou seja, “uma das principais razões por que não sofremos uma revolução de valores é que a cultura de dominação necessariamente promove os vícios da mentira e da negação” (hooks, 2017, p. 44).

Djamila Ribeiro (2018) e Renato Emerson dos Santos (2017) apontam que essas condições são frutos de um racismo estrutural que molda o acesso desigual ao território e aos recursos. Ribeiro (2018) destaca que “as ações afirmativas criaram lugares na sociedade racista que vivemos e, ao disputar poder, começa-se a perceber o quanto isso incomoda setores que desejam apenas a manutenção dos lugares e não a transformação”, já Renato Santos (2017) argumenta que a raça é um conceito de “pertinência social em projetos de poder” que sustenta a desigualdade (SANTOS, R. p. 60). A necessidade de sociorracialização do território se torna evidente na análise das desigualdades espaciais e na urgência de uma reforma que promova uma distribuição mais equitativa dos recursos e da infraestrutura, como preconizado por Milton Santos ao sugerir a representação da realidade além da linguagem acadêmica convencional (SANTOS, M. 1999).

A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para a reforma da base universitária brasileira, que permanece branca, elitista, heteronormativa, eurocentrada e territorialmente excludente. A reforma necessária deve reconhecer a importância da diversidade socioespacial e promover uma maior inclusão, rompendo com a tradição de centralização intelectual e territorial que limita a capacidade da universidade de refletir e transformar a realidade social brasileira.

3.2 Sociorracialização do território: o bairro negro Alto de Ondina

O conceito de bairro aqui utilizado é ancorado na teoria de Bairros Negros desenvolvida pelos professores Henrique Cunha Jr. e Estanislau Ferreira Bié, partindo da inquietação quanto a existência de uma teoria que seja fiel à nossa formação social e constituição política enquanto povos plurais que somos, trazendo interpretação divergente a dos invasores. Uma teoria decolonial.

O texto deste artigo é escrito a partir de constantes conversas com pessoas que tratam do tema da produção da desigualdade sobre a população negra e tiveram inquietações sobre bairros considerados pelos técnicos, arquitetos e engenheiros, como parte da cidade feita sem conhecimentos científicos, construídos pelos usuários, denominados autoconstrução ou espaços de construção informal (GROSTEIN, 2001), que têm como oposto a cidade formal, aquela que existe nas formalidades da lei e das formações universitárias. (CUNHA JR., 2019, p. 20)

Bairros negros é um termo que se refere a áreas urbanas onde a população é predominantemente composta por pessoas negras ou afrodescendentes. Esses bairros muitas vezes têm uma rica herança cultural e histórica relacionada às experiências das comunidades negras, incluindo aspectos como a luta por direitos civis, expressões culturais únicas e identidades compartilhadas e frequentemente surgem em contextos de segregação racial ou desigualdade socioeconômica, onde as comunidades negras historicamente enfrentaram obstáculos no acesso à educação, emprego e moradia em áreas mais amplas. À medida que as populações negras se organizaram e criaram redes de apoio, muitas vezes se formaram bairros onde a cultura, a história e a identidade negras são enfatizadas.

Em sua tese de doutorado, o professor Clímaco Dias (2018) apresenta o conceito de bairros populares como um termo que “unifica todas as denominações de cunho regional do Brasil, como favela, vila, mocambo, avenida, invasão, ou até aquelas que buscam encontrar denominações diferenciadas para localidades internas ao bairro popular” e aponta que eles têm “uma frágil presença do Estado, mas isso não o impede de ser considerado um bairro na plenitude do conceito”. Os bairros populares em Salvador são abordados como espaços de resistência e solidariedade, inserindo-os em um contexto mais amplo de transformações socioespaciais vinculadas ao Carnaval.

Dessa forma, Dias (2018) discute os bairros populares como locais que emergiram historicamente de formas de ocupação não planejadas e à falta de acesso a terra e habitação digna para a população de baixa renda, porém tal conceito se diferencia de bairros negros por referir-se a áreas urbanas com uma significativa presença da população negra, geralmente como resultado de processos históricos de segregação racial e desigualdades sociais.

A diferença está na abordagem específica: enquanto os bairros negros enfatizam a identidade racial e cultural associada à diáspora africana, Clímaco Dias (2018) aborda a resistência no contexto de exclusões socioeconômicas mais gerais, sem focar exclusivamente na dimensão racial. No entanto, as duas perspectivas se intersectam, já que grande parte das populações desses bairros populares em Salvador são negras, reforçando as conexões entre questões raciais e urbanas. Ambos os conceitos refletem a disputa pelo direito à cidade, mas com nuances distintas de análise.

Sendo assim, os bairros negros focam na presença e na experiência da população negra em áreas urbanas, destacando os aspectos culturais, históricos e sociais associados a essa população. São territórios urbanos historicamente habitados por comunidades negras em decorrência de processos como segregação racial, exclusão social e luta por espaços de pertencimento cultural e político.

Além disso, bairros negros podem ser centros de atividades culturais e comunitárias, abrigando celebrações, eventos culturais, organizações de base e locais de reunião importantes para a comunidade negra. Essas áreas podem ser vitais para a preservação e celebração da história e da cultura negra, bem como para o fortalecimento das identidades das pessoas que vivem lá.

No entanto, é importante ressaltar que a existência de bairros negros não deve ser vista apenas em termos de segregação racial, mas também como um reflexo das lutas, resiliência e expressões culturais das comunidades negras ao longo do tempo. Esses bairros podem desempenhar um papel significativo no empoderamento e no apoio mútuo das pessoas que vivem neles.

Quem vos fala sou eu, Tairine. Morei em Salvador entre 2017 e 2024. Durante os 3 primeiros, eu morei numa favela pertencente à Federação, um bairro

negro próximo à UFBA. Pra chegar na minha antiga casa, era entrar num beco, descer cerca de 8 minutos só de escada, passar por um poço, entrar num prédio ainda em construção, subir dois lances de escada e pronto. Esse poço, inclusive, é utilizado pela população. As famílias lavam roupa durante a semana e as crianças brincavam aos finais de semana enquanto quase todos tomavam suas cervejas e resenhavam. E claro, eles fazem a limpeza do poço e utilizam quando a água acaba. Sempre juntos. Tinha os barracos, as discussões, as violências e o tráfico de drogas, mas tinha também a união entre o cuidado com crianças, idosos e mulheres, tinha enfeite durante a Copa do Mundo, São João e Natal e tinha sempre alguém disposto a ajudar a carregar coisas pra mudança. Muitas escadas e muita inacessibilidade. Mudanças e construções aconteciam com a ajuda de pessoas aleatórias e vizinhança disposta.

Saí de lá durante o Carnaval de 2018. Saí fugida por ter sido ameaçada pelo vizinho do prédio, um traficante. Eu ouvi um estrondo na minha porta e quando abri, a esposa em resguardo estava no chão com sua bebê, com sangue no corpo e chorando. Obviamente eu intervi, a ajudei e discuti com ele. Quando entrei, fiquei pensando se chamava ou não a Polícia, mas olhei pra janela e tinha muita criança brincando, correndo e o movimento do tráfico durante o Carnaval é bem intenso. Pensei bastante e não chamei. O medo de uma possível chacina com direito a manchete e injustiça era maior. Mais tarde, o cara bateu na minha porta. Me ameaçou de morte. Eu estava maquiada e com bikini pra viver o Carnaval. Peguei o básico e saí de lá. Me abriguei na residência universitária nº 5 da UFBA e graças a um amigo, fui acolhida. Deixo aqui meu sincero agradecimento ao meu amigo Nadson. Depois, fui com uma trupe pegar minhas coisas e fazer minha mudança. Fiquei na residência nº 5 por alguns meses até ser aprovada na seleção e ter conseguido vaga na residência nº 3. Por onde passei, passei por diversas violências durante minha vida, mas tive também o acolhimento, principalmente de pessoas negras e LGBTTs.

Uma das coisas por mim observada durante os 3 anos que morei no Alto de Ondina e que foi bendita durante as entrevistas realizadas, foi a palavra “nós”. No cotidiano do Alto, sempre esteve presente o coletivo. Ocupação, água, energia... como diria o rapper Emicida em *Nóiz*: “É nóiz que corre no caminho do bem/Nóiz

que disse é nóiz/Quando não virava um vintém/Nóiz e nesse nóiz/Não existe um porém/Nóiz e se não for nóiz/Não vai ser ninguém”.

Trouxe esse relato pessoal pra que vejam a relação da realidade de solidariedade e violências que se fazem presentes. Essas são ilustrações reais do aquilombamento moderno.

O termo aquilombamento deriva historicamente dos quilombos, espaços criados por pessoas negras fugidas da escravidão, mas foi conceituado academicamente por Clóvis Moura na obra *Rebeliões da Senzala* (1981). Moura analisou os quilombos como estruturas sociais, políticas e culturais que resistiram à opressão escravocrata e estabeleceram formas autônomas de organização coletiva. Mais recentemente, autores como Abdias do Nascimento (1980) e Sueli Carneiro (2005) expandiram o termo para o contexto contemporâneo, destacando o aquilombamento como uma estratégia de sobrevivência e resistência em meio à urbanização e ao racismo estrutural. Sueli Carneiro aponta que o aquilombamento moderno se manifesta tanto em práticas culturais quanto em articulações políticas e territoriais, especialmente em cidades como Salvador, com suas expressivas comunidades negras.

Em Salvador, o aquilombamento contemporâneo está enraizado nos bairros negros, que simbolizam resistência e preservação cultural. A Liberdade, o Curuzu, Ondina e partes do Rio Vermelho exemplificam essa conexão. A Liberdade, com 80% da população autodeclarada negra ou parda, é considerada o maior reduto negro fora da África, sendo palco de manifestações como o bloco afro Ilê Ayê. O Rio Vermelho, apesar de sofrer com processos de gentrificação, ainda mantém pontos de resistência cultural e social liderados por comunidades negras locais, como os pescadores de tradição afrodescendente e os terreiros de candomblé na região. Em Ondina, os espaços culturais conectados à UFBA (como o Circuito Barra-Ondina durante o Carnaval) reforçam a presença negra na disputa por territórios urbanos culturalmente simbólicos.

No bairro da Liberdade, estimativas do IBGE (2022) apontam que 70% das famílias têm mulheres negras como chefes de família, enfrentando renda média inferior a dois salários mínimos. Em entrevistas realizadas pela geógrafa Mariana Moraes (2020), uma moradora do Curuzu relatou: “Aqui, a gente vive como em um

quilombo, todo mundo se apoia; nossa luta é pra ninguém ser despejado.” Essa fala reflete a importância da solidariedade e da organização comunitária nesses territórios. No próprio Curuzu, o berço do Ilê Ayê na música *Que Bloco É Esse?*, de Paulinho Camafeu, evoca o orgulho do aquilombamento urbano: “Eu sou negão / Tenho orgulho de ser do Ilê Ayê.” Esse hino conecta diretamente o conceito de resistência cultural aos bairros negros de Salvador, reforçando o papel da música na preservação da identidade coletiva.

Marcia Oliver (2019) ao discutir sobre como a urbanização informal e a segregação espacial impactam a qualidade de vida e o acesso aos recursos urbanos nas áreas predominantemente negras, aponta que “os bairros negros frequentemente funcionam como espaços de resistência e resiliência, onde a cultura negra é preservada e celebrada, apesar das condições adversas impostas pela segregação urbana” (OLIVER, 2019, p. 112).

A psicóloga e ativista brasileira Lélia Gonzalez faz uma análise crítica sobre o impacto psicológico da segregação racial e espacial e afirma que “a marginalização espacial não apenas reflete a desigualdade econômica, mas também perpetua a violência simbólica contra as comunidades negras, afetando profundamente sua saúde mental e coletiva” (GONZALEZ, 1984, p. 54). Gonzalez, em sua obra *Peço a Palavra* (1984), traz uma leitura da marginalização racial e espacial:

“A segregação espacial não é apenas um reflexo das desigualdades econômicas, mas uma expressão concreta da marginalização social das populações negras. Ela cria e reforça espaços de exclusão que são profundamente enraizados nas estruturas de poder e nas práticas discriminatórias. Os bairros onde predominam as populações negras frequentemente são negligenciados em termos de investimento em infraestrutura e serviços, o que resulta em condições de vida precárias e uma sensação de desamparo. No entanto, essas áreas também funcionam como centros de resistência cultural e social, onde as comunidades negras preservam e promovem suas identidades e tradições” (GONZALEZ, 1984, p. 72-74).

Não seria o estudo de bairros negros, uma atenção dada em como a população se identifica? A metodologia afrodescendente em pesquisa é justamente

isso. Parte da escuta ativa sobre as vivências somado ao conhecimento teórico academicista decolonial.

Podemos afirmar que o conceito de bairros negros reflete do pensamento decolonial por estar ligado à forma como ambos abordam questões de poder, identidade, colonialismo e resistência. O pensamento decolonial é um movimento intelectual que busca desconstruir as estruturas de poder coloniais e neocoloniais que continuam a influenciar as sociedades contemporâneas. Os bairros negros, por sua vez, muitas vezes surgem como espaços de resistência e expressão cultural em resposta às injustiças históricas, incluindo a colonização e a escravidão.

Em contextos urbanos, os bairros negros frequentemente emergem como núcleos de resistência cultural e identitária. Localizados em áreas marginalizadas, esses bairros não apenas confrontam estereótipos e representações dominantes, mas também atuam como espaços de afirmação e revitalização cultural. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2023 revelam que aproximadamente 60% da população negra reside em áreas periféricas das grandes cidades, o que destaca a necessidade de uma análise crítica desses espaços enquanto focos de resistência e reconfiguração cultural. Os dados também apontam que a renda média das famílias negras é cerca de 40% menor do que a das famílias brancas, refletindo disparidades estruturais que esses bairros enfrentam.

No campo da decolonização, a recuperação e celebração das culturas e identidades marginalizadas é fundamental. Os bairros negros, frequentemente descritos como espaços de vitalidade cultural, desempenham um papel crucial na afirmação de tradições e práticas culturais. Essas áreas oferecem um espaço para que as comunidades negras reafirmem sua identidade e resistam à homogeneização cultural imposta durante o colonialismo. Estudos recentes indicam que “em áreas predominantemente negras, há um aumento significativo na realização de eventos culturais e festividades tradicionais (SILVA, 2023)” em comparação com bairros de maior diversidade étnica, evidenciando a importância desses espaços na preservação cultural.

De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 2022, os bairros negros têm mostrado uma resiliência notável, com 25% mais chances de apresentar iniciativas locais de resistência contra projetos de gentrificação que

ameaçam a integridade cultural e social dessas comunidades. Essa resistência não só preserva identidades culturais, mas também promove um engajamento ativo em questões políticas e sociais.

Em *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade* (2017), bell hooks traz uma entrevista em que é questionada sobre o elo entre o processo de decolonização e a insistência de Paulo Freire - responsável pela ajuda no desenvolvimento de uma linguagem identitária de resistência em suas obras - no processo de conscientização, responde que

pelo fato de as forças colonizadoras serem tão poderosas neste patriarcado capitalista de supremacia branca, parece que os negros sempre têm que renovar um compromisso com um processo político descolonizador que deve ser fundamental para a nossa vida, mas não é. (hooks, 2017, p. 67)

A práxis da conscientização já está sendo difundida desde que os primeiros acadêmicos não-brancos resolveram abordar problemas, soluções e vivências nos espaços de ensino. A geografia social desses bairros não é apenas um espaço físico, mas também um espaço de resistência e de construção identitária. Sueli Carneiro (2011) argumenta que a educação deve reconhecer e valorizar as identidades culturais das comunidades negras, promovendo uma pedagogia que desafie as normas raciais e culturais dominantes. A educação desempenha um papel crucial na conscientização e na afirmação cultural, conforme enfatizado por Paulo Freire, cujas ideias sobre a conscientização e a educação como práticas de libertação influenciam profundamente o contexto educacional desses bairros. No entanto, a educação nesses contextos não se limita à instrução formal; ela se entrelaça com práticas culturais e políticas de resistência.

Guacira Lopes Louro (2004), em *Gênero e Diversidade na Escola: O Papel da Educação na Formação da Identidade* vê a educação como um espaço de construção e afirmação identitária para populações marginalizadas. Louro destaca que a educação pode ser uma ferramenta de resistência e afirmação da identidade cultural, especialmente em contextos de marginalização social.

Em muitos casos, a designação de um bairro como "negro" não é uma criação formal, mas sim uma maneira de descrever uma área onde a população afrodescendente tem uma presença significativa. A ênfase não está na criação do

termo em si, mas sim nas experiências históricas, sociais e culturais das comunidades negras que vivem nesses bairros e nas lutas que enfrentaram ao longo da história.

Em contextos onde há segregação racial, desigualdade e injustiça, os bairros negros muitas vezes surgem como uma resposta à necessidade de comunidades marginalizadas de se reunirem, se apoiarem e preservarem sua cultura e identidade em face dos desafios. Portanto, o termo bairros negros é mais uma descrição observacional das realidades sociais e demográficas do que uma invenção específica.

A ideia de monocultura, monoconhecimento e unilateralidade racional é um imperialismo científico, como ilustra o professor Henrique Cunha Jr. ao descrever a urbanização e desenvolvimento de bairros:

O desenho urbano, entendido como o desenvolvimento e consolidação de como é efetivamente estabelecida a cidade moderna, é mediado e executado por urbanistas, num campo de consensos e conflitos de interesses sociais, políticos, culturais e econômicos, no entanto pautado e submetido ao conhecimento científico. Além dos urbanistas, participam desse desenho urbano e das discussões de arquitetos, engenheiros, geógrafos, sociólogos, sanitaristas, ambientalistas e juristas. Constitui uma área de pensamento pautada pela interdisciplinaridade, apesar de ser orientada por um número reduzido de eixos sobre as concepções de cidade e sobre a formação dos profissionais enquanto urbanistas ou outros dedicados ao planejamento e desenho do espaço urbano. No pensamento urbanístico a concepção de cidade é orientada pela história das cidades no ocidente. [...] Ou seja, a maior variedade de formas de urbanismo e arquitetônicas que estão presentes nas histórias asiáticas e africanas (HORNUG, 1992) ficam fora dos currículos e da história das cidades e do urbanismo. (CUNHA JR., 2020, p. 22-23)

Nos resta, proliferar os trabalhos intelectuais que expõem a problemática monocultural brancocêntrica e valorizar tudo que já foi construído, permitindo criar conceitos que enxerguem e falem sobre as realidades plurais, seja no campo biológico, como no estudo de cor/raça, seja no campo da saúde como no estudo das propensões de distúrbios e transtornos, seja no campo das exatas e humanas com o conceito de bairro negro, que advém da racionalidade de que

se o tratamento dispensado a determinada área depende do grupo social que ali habita, podemos então inferir que a desigualdade

social produzida sobre a população tem um componente especial urbano sintetizado no Bairro Negro. (CUNHA JR., 2020, p. 23)

Um dado curioso que fortalece o conceito de bairros negros e como Alto de Ondina pode ser lido enquanto, é que dos 4 moradores brancos adultos entrevistados, nenhum nasceu no Alto de Ondina. Todos chegaram nas décadas de 1990 e 2010, apresentando em suas falas a “dificuldade financeira”, o “aperto” responsabilizando diretamente os governos federais de suas respectivas épocas, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Michel Temer. Durante o governo FHC (1995-2002) e o governo Temer (2016-2018), o Brasil experimentou reformas neoliberais que impactaram significativamente a economia e a vida social das populações urbanas. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) relatou que durante o período de implementação de políticas neoliberais, o índice de desemprego no Brasil aumentou de 7,2% em 2014 para 13,7% em 2017, refletindo um período de crise econômica e maior pressão sobre as populações mais vulneráveis (DIEESE, 2018).

O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços –democracia de mercado e neoliberalismo– são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado. Se essa convivência conhece uma regulação exterior, esta se combina com formas nacionais e locais de regulação. O conflito entre essas normas deve, hoje, ser um dado fundamental de análise geográfica. Antes do enfraquecimento atual do Estado Territorial, a escala da técnica e a escala da política se confundiam. Hoje essas duas escalas se distinguem e se distanciam. Por isso mesmo, as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território. (SANTOS, 2005, p. 259)

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 1995 e 2015, observou-se um aumento de 20% na gentrificação em áreas urbanas periféricas de grandes cidades brasileiras, incluindo Salvador (IPEA, 2019).

A sociorracialização do espaço nos permite enxergar o deslocamento da população branca para o bairro negro durante governos de políticas liberais e neoliberais de economia e responsáveis pelo aumento no índice de desemprego, o que Renato Santos (2017) compreende como reflexo da experiência de dominação e exploração responsáveis pelas “trajetórias desiguais de indivíduos e grupos nos diferentes contextos do capitalismo”. Isso nos permite enxergar como as identidades

e percepções de raça podem variar e que a migração de pessoas brancas para bairros negros não é necessariamente um fenômeno homogêneo, mas influenciado por uma série de fatores individuais.

A colonialidade é a própria base para a constituição e a afirmação histórica do sistema capitalista, pois, segundo Grosfoguel (2010), o capitalismo se constitui e afirma no mundo através de um conjunto de relações de dominação e exploração, hierarquias sociais que pluralizam as experiências ordenando o primado de suas relações: (i) uma hierarquia de classe; (ii) uma divisão internacional do trabalho entre centro e periferia; (iii) um sistema interestatal de organizações político-militares; (iv) uma hierarquia étnico-racial global que privilegia os europeus frente aos não europeus; (v) uma hierarquia sexual que coloca os homens acima das mulheres e o patriarcado europeu sobre outras formas de relação homem-mulher; (vi) uma hierarquia sexual que desqualifica homossexuais frente a heterossexuais; (vii) uma hierarquia espiritual que coloca cristãos acima de não cristãos; (viii) uma hierarquia epistêmica que coloca a cosmologia e o conhecimento ocidentais sobre os não ocidentais; e (ix) uma hierarquia linguística que privilegia as línguas europeias – e, também, a comunicação e a produção de conhecimento e teorias a partir delas, enquanto as outras produzem folclore ou cultura. (SANTOS, R. 2017, p. 60)

Enquanto os moradores brancos chegam ao bairro por sofrer as consequências econômicas do governo federal, os negros “nascidos e criados” - como se autointitulam alguns dos entrevistados - neste espaço construído por corpos historicamente marginalizados da centralidade, de áreas mais planas, ou seja, dos olhos brancos. A sociorracialização do espaço desempenha um papel fundamental na maneira como o território é usado e percebido. Isso pode ocorrer tanto devido a políticas explícitas quanto a dinâmicas sociais informais.

Para o professor Milton Santos (2005),

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, M. 2005, p. 255)

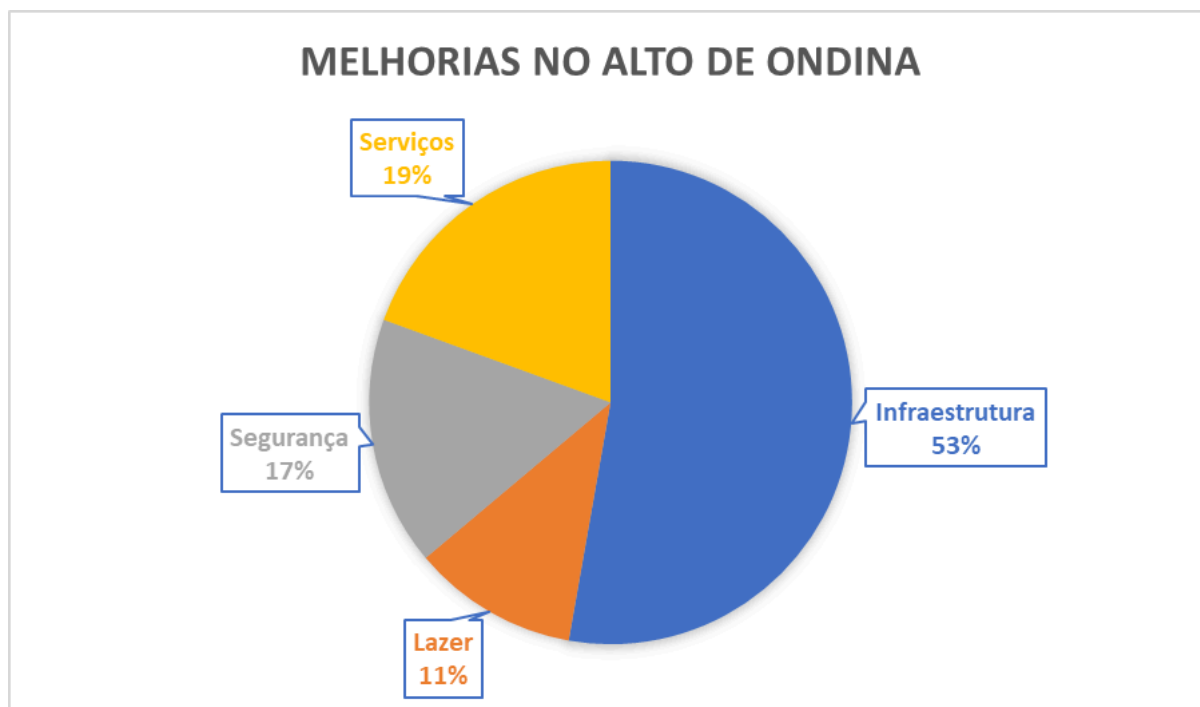
Essa revisão histórica do uso do território pode ser refletida nas respostas da pergunta nº 12 do questionário: “O que você acha que precisa ser melhorado no Alto de Ondina, se fosse denunciado, noticiado e/ou publicado alguma mídia e/ou pesquisa universitária?”, sendo a mais mencionada, a infraestrutura e as condições

básicas de habitação como energia que chegue a todos e ruas principais asfaltadas, por exemplo.

Um estudo realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2021 sobre a qualidade de vida em bairros periféricos de Belo Horizonte mostra que 60% dos residentes em áreas de alta densidade populacional e baixo índice socioeconômico percebem a infraestrutura local como inadequada. Esses dados são consistentes com as respostas obtidas na pesquisa sobre a necessidade de melhorias em infraestrutura e condições básicas de habitação no Alto de Ondina (UFMG, 2021). A Fundação João Pinheiro (FJP) realizou uma pesquisa em 2023 sobre a qualidade de vida em Salvador, a qual aponta que 65% dos residentes em áreas de alta densidade populacional e baixo índice socioeconômico percebem a infraestrutura local como inadequada. Isso inclui bairros como o Alto de Ondina, onde as principais preocupações dos moradores incluem a falta de pavimentação adequada e a melhoria nas condições básicas de habitação, conforme identificado nas respostas dos estudos (FJP, 2023).

Conforme podemos observar abaixo (GRÁFICO 2), os 36 entrevistados, 19 responderam infraestrutura (53%), 7 citaram serviços como farmácia e mais comércios (19%), 6 responderam que temem pela segurança (17%) e 4 pontuaram a necessidade de implementar atividades de lazer e esporte, tais como dança, aulas de percussão e capoeira (11%).

GRÁFICO 2. Melhorias desejadas no Alto de Ondina

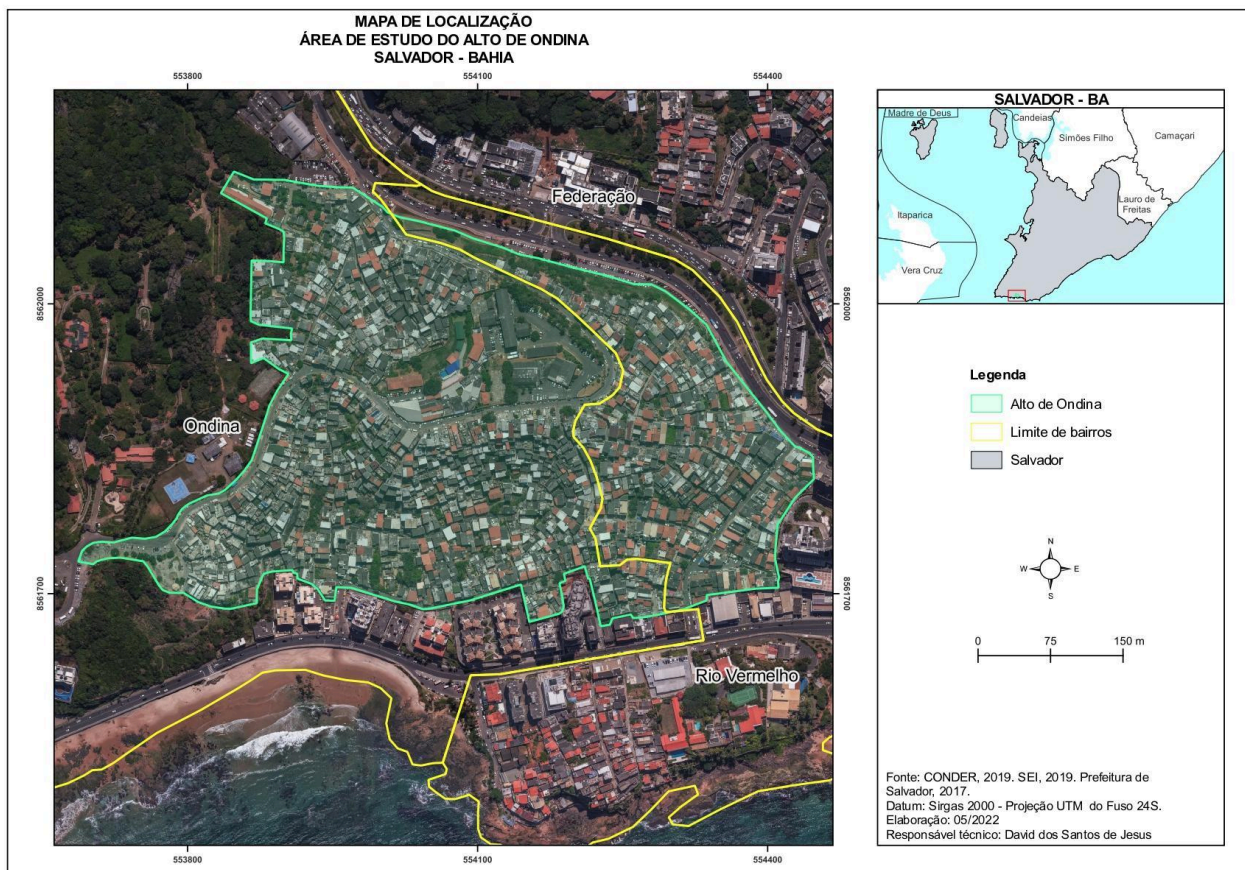


A conceituação de território como forma e de bairros negros enquanto recorte espacial sociorracializado não sustenta o Alto de Ondina enquanto bairro se não olharmos para ele como território usado, afinal “[...] o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, M. 2005). É a vida e suas dinâmicas que constituem e fortalecem o território usado, bem como as ações que resultam no surgimento e desenvolvimento dos bairros negros.

Ao mesmo tempo em que os bairros negros podem ser espaços de força e resiliência frente às dinâmicas de poder, desigualdades estruturais e contextos específicos, eles também podem enfrentar desafios e vulnerabilidades. A falta de infraestrutura adequada, acesso a serviços de qualidade e investimento público pode impactar negativamente o território usado.

Podemos observar e compreender abaixo (MAPA 2), o Alto de Ondina se encontra entre os bairros Rio Vermelho e Ondina. O mapa foi feito a partir das questões 3 e 4, sendo elas respectivamente: “Você acha que o Alto de Ondina pertence mais à Ondina ou ao Rio Vermelho?” e “Para você, onde começa e até onde vai o Alto de Ondina? Inclui a Vila Matos?”. Os entrevistados responderam

verbalmente e logo em seguida, era solicitado que apontassem no mapa da área de estudo para localizarem e delimitarem conforme suas percepções e vivências socioespaciais.



MAPA 2. Limites do Alto de Ondina, Salvador/BA (2022)

Barcelos (2017) traz a importância dessa escuta ativa na percepção e descrição cartográfica ao dizer que

(...) os mapas artesanais, mapas mentais, mapas falados, mapas comunitários, contramapas, enfim, as novas cartografias sociais, vêm revelando as hierarquias e redes de poder, de dominação, práticas hegemônicas, territorialidades em tensão, mas também fortalecem/produzem a criação, organização de grupos/movimentos de resistência. São estes novos mapas, estas novas estéticas de representar o espaço, as alternativas ao mundo cognitivo cartográfico colonial que nos deformou e nos retirou no mapa, ou seja, são estes mapas sociais que nos ajudam a desnaturalizar o desenvolvimento e vocalizar redes de resistência, de solidariedade, de denúncia, de articulações entre povos. (BARCELOS, 2017, p. 269)

Para os moradores do Alto, o morro, a comunidade, a favela Alto de Ondina é um bairro. A pergunta que envolve a Vila Matos partiu dos próprios entrevistados, pois é uma rua do Rio Vermelho que faz ligação com a parte alta do bairro negro. O que separaria o Alto de Ondina da rua Vila Matos é a variação de altimetria, resultando em escadarias longas, por vezes construídas e reparadas pelos próprios moradores de seus respectivos becos e vielas que cruzam tal rua e suas encostas.

Salvador é conhecida por sua topografia irregular, com áreas de alta e baixa altimetria que influenciam a distribuição populacional. Historicamente, as áreas de menor altimetria, próximas ao litoral, foram ocupadas pela elite colonial, enquanto as áreas de maior altimetria, caracterizadas por encostas íngremes, passaram a ser preenchidas por populações periféricas e de baixa renda. Angela Figueiredo (2021) destaca que a cidade apresenta uma "geografia do racismo", onde as populações negras são predominantemente localizadas em áreas de maior vulnerabilidade geológica, como encostas e terrenos íngremes. Esses locais, devido à sua altimetria, estão mais sujeitos a deslizamentos e outros desastres naturais, exacerbando as desigualdades sociais.

Para o professor Henrique Cunha Jr (2006),

As histórias social, política, econômica e cultural brasileira criaram espaços geográficos de desigualdade onde se concentram populações de origem de africanos escravizados no Brasil. Estas áreas são conseqüências da segregação espacial urbana construída e constituída pelas imposições históricas e sociológicas brasileiras. São de maiorias populacionais afrodescendentes. Devido às assimetrias causadas pelos processos de dominação inter-étnico brasileiros, estas áreas são de segregação espacial de populações heterogêneas, complexas, mas com um número significativo de denominadores comuns. (CUNHA JUNIOR; RAMOS, 2006, p. 2)

Para quem mora mais próximo a Ondina, mais precisamente, próximo a Ladeira do Zoológico, rua Vila Matos parece não pertencer ao bairro negro pela ideia de distanciamento visual que as escadarias longas proporcionam, por isso a questão 3 é extensiva. Para obter respostas com mais profundidade reflexiva, na busca de compreender a pluralidade e semelhança das percepções socioespaciais. O resultado aponta que por mais que as escadarias possam parecer fatores de segregação socioespacial entre os próprios moradores, a rua Vila Matos é incluída, principalmente pelo seu caráter histórico e de conhecimento dos moradores originários de que o início do bairro se deu "de baixo para cima", como 3 dos

entrevistados pontuaram. Ou seja, apesar da maioria habitante residir na parte alta do Alto de Ondina, a parte baixa é integrada e há o respeito às primeiras ditas ocupações e suas construções iniciais, pioneiras também na rede de solidariedade responsável pela expansão do bairro. Característica esta encontrada nos quilombos. O respeito à origem, à ancestralidade e ao território, agentes constituintes indispensáveis na produção desta pesquisa e do mapa da localidade estudada.

Os mapas oficiais nos mostram uma geografia repartida, na verdade, despedaçada e editada aos pedaços. Um ponto de vista apenas. Não há nada mais colonial que estas divisões, diria Eduardo Galeano, afinal, os mapas podem mentir, depende de quem os faz e os pensa. Os mapas, antes de tudo, são mapas cognitivos, expressam uma intencionalidade, um pensamento, um saber. Assim, tudo pode ser roubado: assim como a economia imperial/colonial moderna roubou a riqueza e a história europeia a memória, o espaço também foi roubado.

A cartografia colonial nos colocou pequenos, criou um imaginário deformado e uma visão artificial. Como criação humana, e portanto expressa por circunstâncias próprias, o mapa-múndi colonial afirmou a autoridade do conquistador pela representação: deixou uns "menores do que outros", "uns mais abaixo" e "outros por cima", uns deformados, dividiu e produziu conceitos. (BARCELOS, 2017, p. 261)

Quando questionados se o Alto de Ondina pertence mais ao bairro Rio Vermelho ou Ondina, houveram alguns pontos levantados importantes para refletirmos. 21 dos entrevistados pontuaram a confusão existente entre o serviço dos Correios e um pedido de corrida do Uber, por exemplo, pois para um, certas ruas pertencem ao Rio Vermelho, enquanto nos aplicativos de corrida, norteados pelo Google Maps, são ruas pertencentes à Ondina. Tal confusão reflete na ideia de que "aos olhos da sociedade, a favela é terra de ninguém, mas pra gente, foda-se os dois, Alto de Ondina é meu bairro", como defendido pelo entrevistado nº 33. A ausência de uma cartografia que desfragmente o Alto de Ondina é sentida no cotidiano não apenas dos moradores, mas também de trabalhadores de outros lugares que têm que se deslocar, como profissionais dos Correios e motoristas de aplicativo.

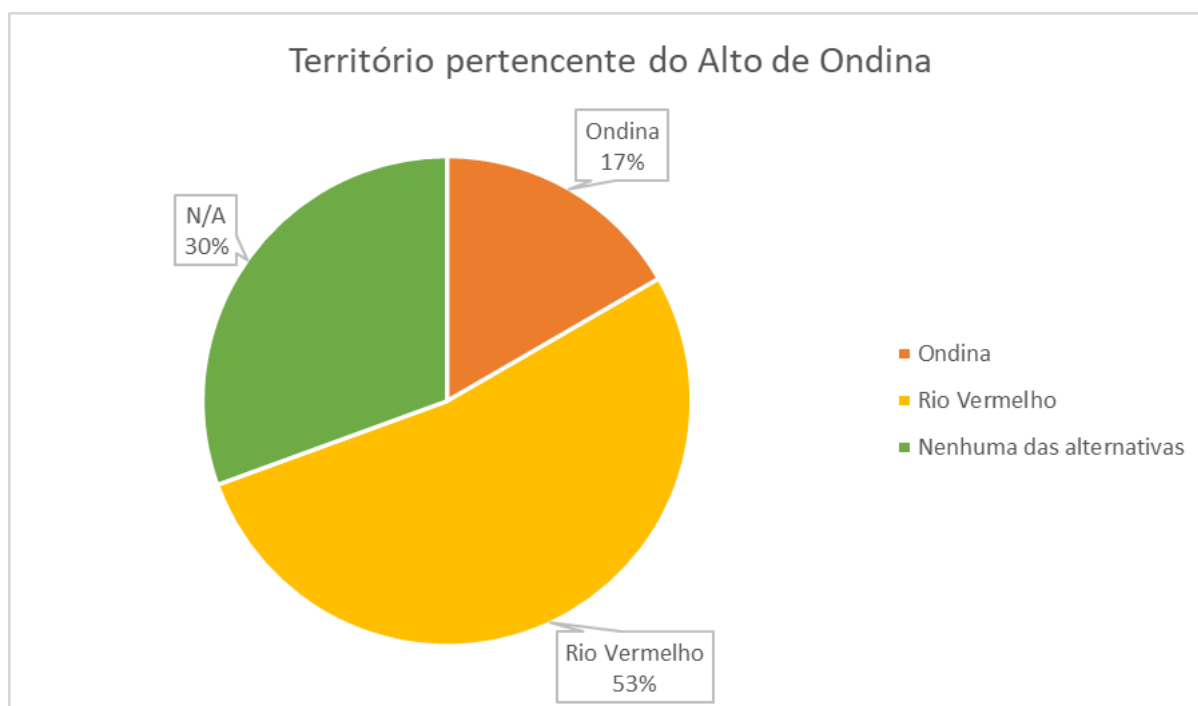
Esse desencontro de informações reflete uma falta de reconhecimento oficial da dinâmica territorial vivida pelos moradores, o que resulta em uma percepção de que "aos olhos da sociedade, a favela é terra de ninguém", conforme mencionado por um dos entrevistados. Essa discrepância também é um reflexo de como os

espaços negros e periféricos são historicamente marginalizados e invisibilizados pelos serviços oficiais e pelas grandes corporações. A identidade territorial dos moradores do Alto de Ondina é construída não apenas sobre a geografia física, mas também sobre a geografia social e simbólica, onde o pertencimento ao bairro é uma forma de resistência e afirmação contra a invisibilidade institucional.

A apropriação do espaço é uma forma de desafiar as imposições de identidade e controle territorial, que frequentemente desconsideram as particularidades das comunidades negras e periféricas.

O questionário inicial não incluía a pergunta sobre considerar ou não o Alto de Ondina um bairro para não influenciar as respostas, mas foi através das próprias entrevistas que se veio a necessidade da inclusão da pergunta, pois muitos desconsideram os dados técnicos provenientes dos serviços citados acima: Correios e mapa do Google, tendo como justificativa o desconhecimento destes serviços para com a dinâmica territorial do bairro negro.

GRÁFICO 3. Território pertencente do Alto de Ondina



O gráfico acima (GRÁFICO 3) expõe que dos 36 entrevistados, 06 consideram o Alto de Ondina pertencente à Ondina, 19 consideram pertencente ao

Rio Vermelho e 11 excluem as duas opções, defendendo o Alto como bairro. Após esse questionamento foi inserida a pergunta norteadora de resultado unânime, sobre ser ou não um bairro. As respostas percorreram caminhos semelhantes: “Pra mim tem tudo que eu preciso, então é sim.”; “O quê que você não encontra aqui? Tá certo que falta muita coisa, mas é meu bairro e acho que tinha que ser separado.”; “Rio Vermelho mesmo é só dos bar pra frente, aqui não é nada pra eles. Ondina nem se fala. Alto de Ondina é um bairro sim.”; “A pergunta deveria ser ao contrário, piveta. Por quê que essa porra não é um bairro?”.

O processo de branqueamento do território é entendido a partir de três dimensões (R. SANTOS, 2007): uma atuando diretamente no ordenamento da ocupação do território, o branqueamento da ocupação, outra criando uma imagem e/ ou apagando outra – uma geográfica imaginativa dos grupos e seus símbolos – do território, o branqueamento da imagem e, por fim, a normatização de uma cultura eurodescendente como única matriz válida em detrimento de outras, o branqueamento da cultura. Essas dimensões sintetizam a tentativa de invisibilização e reconstrução sob a lógica eurocêntrica de “territórios não brancos”, ou seja, o apagamento da presença das grafagens espaciais (R. SANTOS, 2009), das geo-grafias (PORTO-GONÇALVES, 2003) negras e indígenas do território brasileiro. (CORRÊA, 2017, p. 123)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, através do Atlas da Violência de 2023, destaca que a taxa de homicídios entre jovens negros na cidade é quase quatro vezes maior do que entre jovens brancos. Esse dado é indicativo de como a distribuição do espaço urbano impacta diretamente na segurança e na qualidade de vida dos seus habitantes. Além disso, pesquisas apontam que as áreas centrais de Salvador, que recebem maiores investimentos públicos, concentram apenas 15% da população negra, enquanto as periferias e áreas menos favorecidas, que enfrentam altos índices de violência e escassez de serviços, são majoritariamente habitadas por negros.

A cidade se torna um palco onde os corpos negros são desvalorizados, e a presença do Estado se faz sentir mais pela repressão do que pela proteção. Assim, o espaço geográfico revela-se não apenas como um dado técnico, mas como uma construção social carregada de significados, onde fatores sociopolíticos definem quem tem acesso ao direito à vida digna.

Em *A Natureza do Espaço* (1999), Milton Santos aborda a importância de uma leitura e reconhecimento da significação geográfica e o valor geográfico dos objetos, enfatizando o papel desempenhado dentro do processo social, o que nos alerta sobre o direcionamento do pensamento geográfico perante a interpretação da configuração territorial, mesmo sendo esta um dado técnico, pois é a partir daí que somos capazes de identificar os territórios usados e os bairros negros, afinal, o espaço geográfico é um dado social. Para compreender essa afirmativa é preciso aprofundar o estudo na base estrutural de um sistema político que demarca onde e quais corpos podem estar e como são lidos seus espaços.

A Necropolítica.

4. NECROPOLÍTICA E TERRITÓRIO

Pois se eles querem meu sangue

Verão o meu sangue só no fim

E se eles querem meu corpo

Só se eu estiver morto, só assim

(GIL, Gilberto, 1972)

Criado pelo teórico político camaronês Achille Mbembe (2018) o termo Necropolítica se caracteriza como sendo um sistema político que vai além do controle de massas instituído através da dominação colonial e das práticas dos Estados modernos, pois há demarcação de determinados povos em que a dominação se dá por meio do extermínio. O autor considera que a soberania alcança seu ápice por meio do poder e da capacidade de determinar “quem pode viver e quem deve morrer”, logo “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.”

Para resumir a ação e reação da soberania, Mbembe apresenta e questiona o conceito foucaultiano de biopoder: “aquele domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle”, pois tal conceito não sustenta as realidades das formas políticas contemporâneas e, pensando na perspectiva política e estrategista, não justifica julgamentos, condenações nem privilégios. Como diria Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995), “em terra onde todos são barões, não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”.

Partindo da relação entre soberania e estado de exceção, Mbembe busca responder os questionamentos apresentados exemplificando através de eventos históricos de extermínios em massa, como holocausto por se tratar de soberania em detrimento de corpos. No Brasil, temos como exemplo:

- Cabanagem (1835-1840) - revolta popular ocorrida no Pará, culminou na morte de cerca de 30 mil pessoas, representando aproximadamente 20% da população da província. O massacre reflete o racismo estrutural e a lógica necropolítica aplicada a populações

racializadas e pobres. Cunha Júnior (2002) aponta que tais eventos consolidam uma geografia da exclusão, na qual o território habitado por negros, indígenas e mestiços é violentamente controlado ou eliminado. A Cabanagem demonstra como o Estado utiliza a violência para suprimir resistências que desafiem a ordem política e econômica vigente;

- Revolta dos Malês (1835) em Salvador deixou 73 africanos muçulmanos mortos em confronto direto, além de muitos outros perseguidos e executados posteriormente. Segundo Mbembe (2019), a necropolítica manifesta-se aqui na eliminação de corpos insurgentes racializados, enquanto Cunha Júnior (2002) destaca que os bairros negros, como os habitados pelos Malês, são alvos preferenciais de repressão. A resposta do Estado ao movimento evidencia a soberania racista que controla territórios urbanos e elimina culturas que ameaçam a estrutura colonial;
- Guerra do Contestado (1912-1916) - na região Sul do Brasil, o conflito entre camponeses e o Estado resultou em 8 a 20 mil mortes, evidenciando o extermínio de comunidades em nome do progresso econômico, com terras sendo entregues a empresas estrangeiras. Clímaco Dias (2017) relaciona essa violência à mercantilização do espaço rural, que converte populações camponesas em obstáculos a serem eliminados. Sob a lógica necropolítica de Mbembe (2019), o Contestado simboliza o uso do território como instrumento de soberania, onde corpos são descartáveis em favor do capital e da expansão territorial;
- o genocídio de pacientes no Hospital Colônia de Barbacena – conhecido como holocausto brasileiro - que entre as décadas de 1930 e 1980, estima-se que mais de 60 mil pessoas tenham morrido de fome, frio ou doenças tratáveis, refletindo uma lógica de extermínio em massa sustentada pelo estado sob o pretexto de "cuidado" e "tratamento" (VENÂNCIO; REZENDE, 2013);
- o massacre no Carandiru - que em outubro de 1992, 111 detentos foram mortos por forças policiais na Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru. A operação foi desencadeada após uma

rebelião no Pavilhão 9 e, ao invés de uma intervenção para restabelecer a ordem, a ação resultou em um massacre indiscriminado, evidenciando a desumanização e o extermínio dos corpos encarcerados, sendo legitimado pela estrutura do Estado, refletindo a soberania exercida sobre vidas consideradas dispensáveis (TAVARES; ROSA, 2003);

- o genocídio contemporâneo da COVID-19 - o Brasil registrou mais de 700 mil mortes pela COVID-19 até setembro de 2023, com uma resposta governamental amplamente criticada por sua negligência e falta de planejamento. De acordo com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19, instalada em 2021, o governo federal foi acusado de "genocídio" e "crime contra a humanidade" por sua gestão da pandemia, especialmente em relação às populações indígenas e periféricas, que sofreram desproporcionalmente com a falta de acesso a cuidados de saúde adequados.

Esses eventos evidenciam a continuidade da lógica de soberania sobre corpos marginalizados e a permanência do estado de exceção como uma prática de poder no Brasil, conforme discutido por Mbembe. Para Barcelos (2017),

Constantemente, somos levados a crer na existência de mundos repartidos, de mundos divididos. Primeiro Mundo, Terceiro Mundo, Mundo Desenvolvido, Mundo Moderno, Mundo Atrasado; Mundo Masculino, Mundo Feminino, Mundo Cristão, Mundo Primitivo. Há também aqueles do Norte ou do Sul, do Local e do Global, do Hemisfério Ocidental e do Oriente e aqueles que são colocados no mapa apenas quando ganham uma Copa do Mundo. (BARCELOS, 2017, p. 262)

A racialização das mortes e do desfavorecimento de políticas que garantam dignidade humana e direito à vida é um direcionamento reflexivo crucial para entendermos que a seletividade da indignação, da solidariedade e o grau de importância para com as violências sofridas entre povos brancos e não-brancos, Mbembe até aponta o erro da crítica política contemporânea por evidenciar o extermínio dos judeus e, assim, privilegiar “as teorias normativas da democracia” (p. 9) e tornar “o conceito de razão um dos elementos mais importantes tanto do projeto de modernidade quanto do território da soberania”, o que aqui podemos aplicar para a população preta e indígena, por exemplo.

Dentro do exemplo trazido pelo próprio Mbembe sobre o extermínio dos judeus, podemos fazer uma atualização quanto a invisibilidade do sofrimento palestino no discurso ocidental pela forma como a história e a narrativa de vitimização foram racializadas e hierarquizadas. Durante e após a Segunda Guerra Mundial, o sofrimento dos judeus europeus foi amplamente reconhecido e documentado, o que levou à criação de um consenso internacional em torno da necessidade de proteger o povo judeu.

Entretanto, essa mesma narrativa contribuiu para uma desumanização implícita dos palestinos, que, na luta por suas terras e direitos, passaram a ser vistos como "inimigos" ou "terroristas". Essa desumanização é exacerbada pela seletividade da indignação, onde as mortes e o sofrimento dos palestinos são frequentemente ignorados ou justificados no contexto da "segurança" de Israel.

Judith Butler, em "Quadros de Guerra: Quando a Vida é Passível de Luto?" (2015) aponta que, ao construir uma narrativa em que o Estado de Israel é eternamente visto como vítima, a violência exercida sobre os palestinos é desconsiderada ou racionalizada como uma necessidade de segurança. Esta desumanização dos palestinos é um exemplo de como "quadros de guerra" são utilizados para legitimar o uso da força e a negação do direito à vida de outros povos (BUTLER, 2015). Em "A Questão da Palestina" (2001), Edward Said descreve como a luta palestina é frequentemente representada através de estereótipos de violência e terrorismo, o que contribui para a invisibilização de seu sofrimento e para a justificação contínua da ocupação e das políticas repressivas. Segundo ele, "o sofrimento palestino é visto como uma consequência inevitável ou até justificada das necessidades de segurança de Israel" (SAID, 2001, p. 46).

Mbembe (2003) aponta que essa seletividade é um erro da crítica política contemporânea, que privilegia a razão e as teorias democráticas, mas falha em aplicar esses mesmos princípios aos povos não-brancos, como os palestinos, negros e indígenas.

A relação entre a memória do Holocausto e a contemporânea invisibilidade do sofrimento palestino reflete uma hierarquia racial e histórica onde a indignação e a solidariedade são seletivamente aplicadas. A racialização das políticas de morte e

de soberania faz com que a violência contra os palestinos seja vista através de uma lente de "segurança" e "defesa", em vez de uma questão de direitos humanos universais.

Essa situação reflete o que Mbembe identifica como a limitação das teorias democráticas modernas, que, ao mesmo tempo em que defendem a razão e a soberania, falham em reconhecer a totalidade da humanidade dos povos não-brancos, perpetuando assim um estado de exceção para esses grupos.

A Necropolítica ao descrever a gestão do poder que visa controlar e manipular a morte e a vida das populações, muitas vezes por meio da violência e do uso excessivo da força, pode ser analisada sob a ótica da Geografia, sobretudo a Geografia Política, pois é possível revelar como as dinâmicas de poder e controle sobre os corpos e territórios impactam a forma como as pessoas habitam e interagem com o espaço. Sendo assim, está enraizada na análise das interações complexas entre poder, espaço, território e as consequências para as populações

Essa política da morte atua em todas as estruturas de poder, desde a alimentação básica até as dinâmicas territoriais. Em Salvador, os dados do Censo Demográfico de 2022 revelam que bairros historicamente periféricos e de ocupação negra, como o Subúrbio Ferroviário, têm enfrentado um crescimento populacional acompanhado de precariedade estrutural. Por exemplo, no bairro de Paripe, menos de 50% das residências têm acesso a coleta de esgoto tratada, enquanto nos bairros mais centrais, como a Barra, esse índice supera 90%. Esses dados demonstram a distribuição desigual de infraestrutura e serviços, que perpetua as condições de vulnerabilidade em áreas majoritariamente habitadas por pessoas negras.

Além disso, o Censo de 2022 aponta que o Alto de Ondina, embora tenha se desenvolvido historicamente como uma área de ocupação popular, registra atualmente um aumento na densidade demográfica, com uma média de 4 pessoas por domicílio e um índice de crescimento populacional superior à média da cidade. Esse crescimento, no entanto, não foi acompanhado por melhorias significativas na infraestrutura urbana, refletindo o abandono dessas áreas pelo poder público e a perpetuação da necropolítica no cotidiano urbano.

Esses dados reforçam como a necropolítica se manifesta de forma concreta nas dinâmicas territoriais de Salvador, evidenciando a segregação espacial e o controle sobre os corpos negros, que são relegados a áreas com menos recursos e mais riscos.

Entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, o Nordeste do Brasil enfrentou uma das piores secas do século, agravando a pobreza extrema na região. A seca de 1969-1970 teve um impacto devastador nas populações rurais, que dependiam quase exclusivamente da agricultura de subsistência. Segundo dados da Fundação Joaquim Nabuco, a seca provocou a migração de cerca de 1,5 milhão de pessoas, sendo que muitas delas se dirigiram para as capitais nordestinas, incluindo Salvador, na esperança de melhores condições de vida .

Durante a entrevista, o morador entrevistado nº 14, homem cisgétero preto/negro de 60 anos, relatou logo na primeira pergunta do questionário “que nasceu e cresceu em São Lázaro e que foi pro Alto de Ondina quando a fome assolou o Nordeste, lá no fim de 69, começo de 70, não me lembro. Sei é que a gente passava muita fome. Muita. Não era pouca não. A gente aprendia a rezar as missa de São Lázaro e tinha que aprender as coisa, as rezas dos orixás porque a gente roubava a comida dos despachos mesmo. Era galinha, farofa. Tava ali dando sopa e a gente com a barriga fazendo barulho. A cachaça nós deixávamos. Não era o que precisava. Pedia licença, fazia uma saudação, pedia desculpa e agradecia. Se é Deus tem que entender né? (Risos) Da mesma forma, já fui coroinha e roubava da igreja mesmo. Era moeda miúda. Não fazia falta. Mas chegou uma hora que apertou muito e eu fiquei sem meu pai muito cedo, muito jovem. Minha mãe já não dava conta de manter a casa e os filhos. Viemos para cá. Era uma feiura. Pobre. Cheio de terra. Sabe que lá embaixo tem uma rua que chama da Lama né? O nome não é à toa. Era de madeirite nossa casa, mas era arrumado. Minha mãe sempre fez muita questão. Viemos pra cá porque era como dava pra morar sem passar tanta fome.”

Ele é um dos 4 dos 36 entrevistados, que chegou neste período e todos trazem o mesmo relato. Se mudaram entre a infância e adolescência porque não tinham mais como morar onde estavam e passavam fome. Sendo os 4, homens negros, acima de 50 anos, criados apenas por suas mães e vivendo em precárias

condições de subsistência. A situação descrita pelo entrevistado também reflete a continuidade da exclusão social e racial que marcou a história brasileira desde o período escravocrata. A migração forçada de negros para áreas urbanas precárias como o Alto de Ondina está diretamente ligada à soberania do brancocentrismo, que perpetuou a marginalização dos corpos negros e indígenas. A falta de acesso a recursos, como alimentos, e a necessidade de recorrer a práticas como o roubo de comida dos "despachos" e das igrejas ilustram o grau extremo de vulnerabilidade vivida por essas populações.

Durante esse período, Salvador experimentou um crescimento populacional acentuado, mas sem o correspondente desenvolvimento econômico e social que pudesse absorver essa população de maneira digna. Estima-se que, na década de 1970, mais de 40% da população de Salvador vivia em condições de pobreza, com alto índice de analfabetismo e subemprego, especialmente entre a população negra e migrante. Dados do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes) indicam que as secas sucessivas no Nordeste geraram fluxos migratórios que contribuíram para o aumento da população urbana em Salvador, sem que houvesse políticas públicas eficazes para acolher esses migrantes.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, em bairros adjacentes, como a Federação e o Engenho Velho de Brotas, o acesso à educação de qualidade e à saúde pública é limitado, com menos de 40% das crianças de 0 a 6 anos matriculadas em creches e pré-escolas públicas, e um déficit significativo na cobertura de atenção básica à saúde.

Esses dados reforçam a perpetuação das condições de vulnerabilidade vividas pelas populações negras que se mudaram para áreas como o Alto de Ondina na década de 1970, muitas vezes fugindo da fome e da pobreza extrema. A marginalização dessas comunidades não se limita à falta de infraestrutura física, mas também se manifesta na exclusão social e econômica, evidenciando a continuidade de uma lógica brancocêntrica que submete corpos negros a condições de vida indignas.

A tentativa de branqueamento da população envolveu diretamente um conjunto de políticas no ordenamento territorial (nas mais diversas escalas), que possuiu como impacto o controle sobre a reprodução da vida de grupos populacionais. Nesse sentido,

expulsão, marginalização, quando não o genocídio, marcaram um processo de exclusão da população negra do acesso ao território. (CORRÊA, 2017, p. 118)

Para Mbembe, soberania “expressa predominantemente como direito de matar” (p. 16), e a política é a *diferença colocada em jogo pela violação de um tabu* e a morte como *princípio do excesso* e um risco demandado pela soberania e aponta que o poder que “se refere e apela à exceção, à emergência e noção ficcional inimigo” (p. 17) é o mesmo que produz a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional e questiona a relação entre a política e a morte para que se funcione um estado de emergência. Morte esta que se dá através da marginalização, resultando em vulnerabilidade.

A vulnerabilidade, por sua vez, é "uma noção relativa – está normalmente associada à exposição aos riscos e designa a maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares, infraestruturas ou ecossistemas sofrerem algum tipo particular de agravo" (ACSELRAD, 2006, p.2). Para o autor, vulnerabilidade não está posta nos sujeitos, é um processo que torna os sujeitos sociais vulneráveis em função de diversos fatores objetivos, como a dificuldade de participação nos processos decisórios; ou fatores subjetivos, como a tolerância a determinadas condições devido a outras condições gerais de existência.

Cabe aos estados democráticos interromper os processos decisórios que impõem riscos aos mais desprotegidos garantindo a proteção dos cidadãos. Nessa concepção, portanto, o Estado é um importante ator no processo e no enfrentamento dos riscos. (SOUZA, 2021, p. 16)

A realidade brasileira reflete o sistema de extermínio descrito por Mbembe (2018) ao apresentarmos dados do Atlas da Violência 2019 que apontam que nos últimos dez anos, o número de homicídios de negros cresceu 30% a mais do que o de não-negros nas grandes cidades. Em 2017, houve uma redução de 0,3% no homicídio de não negros enquanto o de negros cresceu 7,2%. Além da promoção do genocídio da população negra, a necropolítica atinge grupos lidos sociopoliticamente como minoria por não desfrutarem de privilégios, (sobre)vivendo em desvantagem social tais como mulheres e a população LGBTI+.

O Brasil é um dos quatro países que concentram 80% dos assassinatos de ativistas por direitos humanos registrados no mundo. Ao todo, foram registradas 312 mortes de defensores de direitos humanos no mundo em 2017, das quais 212 ocorreram nas Américas, tendo 156 ocorrido no Brasil (FLD, 2017). Em 2018, foi assassinada no Rio de Janeiro a vereadora negra, lésbica, feminista e ativista por direitos humanos Marielle Franco, havendo grande repercussão nacional e internacional do caso. (Atlas da Violência 2019, p. 65)

Essa dinâmica de violência é ainda mais evidente no contexto de Salvador. De acordo com o Atlas da Violência 2023, Salvador continua a ser uma das cidades mais violentas para a população negra no Brasil. Em 2022, mais de 90% das vítimas de homicídio na cidade eram negras, evidenciando a persistência de um padrão racializado de violência. A taxa de homicídios entre jovens negros na capital baiana é mais de cinco vezes maior do que a registrada entre jovens brancos, refletindo uma realidade de exclusão e marginalização que coloca a vida desses jovens em constante risco.

Além disso, dados do Mapa da Violência Contra a População LGBTI+ de 2022 mostram que Salvador é uma das capitais com maiores índices de violência contra pessoas LGBTI+, especialmente aquelas que se identificam como negras. O relatório aponta que, em 2022, 75% das vítimas de crimes de ódio contra a população LGBTI+ na cidade eram negras, destacando a interseção entre racismo e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

A necropolítica, portanto, se manifesta de maneira contundente em Salvador, onde as políticas de segurança pública, ou a ausência delas, resultam em uma gestão da vida e da morte que privilegia determinados corpos em detrimento de outros. Grupos vulneráveis, como a população negra, as mulheres e a comunidade LGBTI+, são sistematicamente expostos a condições de vida que perpetuam a violência, o medo e a morte prematura, reforçando a estrutura de poder que Mbembe descreve.

Diante da fragilidade social que se encontra a maior parte da população brasileira, há o questionamento quanto às formas de resistência à necropolítica e como as populações atingidas lidam com esse processo histórico de violência.

Perante à perspectiva da crítica política contemporânea, Mbembe resume a expressão máxima da soberania como “produção de normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres e iguais” sendo estes “sujeitos completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação” e apresenta a definição de política como “um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento”. A partir

disso, segundo a crítica política contemporânea, pode-se diferenciar política de guerra.

Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Território, Ações Coletivas e Justiça (NETAJ – UFF), Eduardo Barcelos discute a geopolítica de grandes projetos de desenvolvimento e conflitos territoriais seguindo o pensamento decolonial. Para ele,

A partir da América, desde o século XVI, o eurocentrismo irá se impor mundialmente como domínio da razão e da consciência, iluminada, ilustrada, de gente erudita, tornando os homens livres e iguais pela razão: o essencial é a igualdade de todos pela razão. A razão é o piso básico que distingue os homens livres e pensantes das “desigualdades acidentais” (ZEA, 2005). Mas, e os povos conquistados? E essa gente, o que são? (BARCELOS, 2017, p. 263)

A política é a prática da razão brancocêntrica e da monocultura na esfera pública. constituinte da sociedade. equivale ao exercício da liberdade, um elemento-chave para a autonomia individual”, e assim, a romantização da soberania opera “na crença de que o sujeito é o principal autor controlador do seu próprio significado.” Para Grada Kilomba (2019), o racismo é adaptável e opera com base na noção de hierarquia dos brancos e inferioridade dos demais, os não-brancos, estando assim, arraigado em todas as instâncias de funcionamento do mundo, tanto na econômica como na política, na cultural, na militar (MOORE, 2007).

Ou seja, a **Política** é uma prática socioespacial e econômica da **razão** - tida como verdade absoluta - brancocêntrica monocultural.

A formação de relações sociais fundadas nesta ideia produziu um feito inédito: a construção da diferença, da superioridade e da pureza de sangue da raça branca (cristã, masculina, científica, urbana) a partir do século XVI, especialmente pela emergência da “América”. A América é o lugar do outro, do diferente; do povo indisciplinado, do povo com cor, com hábitos selvagens e inferiores. A raça é o dispositivo de poder desta diferença, é o que classifica/diferencia um do outro. Os índios, os negros, os mestiços, mais tarde o camponês, o trabalhador, o homossexual, os povos tradicionais, os atingidos por barragem foram/são/serão as identidades sociais formadas (em formação) por esta ideia-força, por esta di-visão. E na medida em que as relações sociais que se estabeleciam/estabelecem estavam/estão configuradas por relações de dominação, tais identidades foram/são/estão ligadas às hierarquias, lugares, funções, arquiteturas de poder (QUIJANO, 2005). Assim, raça e a identidade social foram/são se estabelecendo/ estabelecidas como dispositivos de classificação social, assim como a razão classificou e dividiu os eruditos dos bestiais, e mais tarde o desenvolvimento, com sociedades avançadas, das sociedades da pobreza. (BARCELOS, 2017, p. 262-263)

Ao estudar a Geografia Política de conflitos, o geógrafo Gustavo Blum discorre acerca da necropolítica e diz que “o exercício da soberania surge, então, também como uma questão de estabelecer limites à ação territorial das pessoas.” Sendo assim, é posto à prova a necropolítica e a biopolítica - compilado de estratégias políticas e dinâmica gestora da população (ou parte dela) que busca garantia e estado de melhoria na qualidade de vida -, “que podem ser considerados a base dos projetos de poder, suas escolhas e seus impactos na ação dos agentes socioespaciais.” (BLUM, 2017)

São as formas de soberania que não lutam pela autonomia e que, ainda assim, constroem as normas do espaço político. Ao não questionar o sistema que invisibiliza vidas e mortes, retrata-se a ausência de consciência coletiva, de si e do outro.

O espaço geográfico é onde se desenrolam as relações de poder que organizam a sociedade e produzem desigualdades e a omissão diante da necropolítica revela como essas práticas sociais operam para perpetuar a desumanização de determinadas populações.

Mbembe traz princípios de Hegel para ilustrar a noção de morte humana e apresentá-la como essencialmente voluntária, sendo “resultado de riscos conscientemente assumidos pelo sujeito”, pois somos seres que pressupomos a morte, vivemos com isso e designamos a vida do espírito a partir do sustento do trabalho da morte. A partir do pensamento hegeliano, Mbembe sintetiza a política como “a morte que vive uma vida humana” e define o conhecimento absoluto e a soberania como pôr em risco a totalidade de uma vida. Da mesma forma, Rogério Haesbaert (2004) destaca a importância de reconhecer as múltiplas territorialidades que coexistem no espaço, enfatizando que “a soberania não se exerce apenas pelo controle do território físico, mas também pelo controle das subjetividades que nele se expressam” (HAESBAERT, 2004, p. 182). Essa perspectiva amplia a compreensão de soberania, mostrando como ela se imbrica na produção do conhecimento e na manutenção de estruturas de poder.

Afinal, o conceito de conhecimento absoluto é ancorado na ideia de intelectualidade na perspectiva brancocêntrica de razão e de saberes. É por meio dessa intelectualidade hegemônica que se perpetua o controle sobre o espaço e os corpos que nele habitam, refletindo uma lógica de dominação que "naturaliza as desigualdades ao projetar sobre o espaço a supremacia de uma visão de mundo única e excludente" (SANTOS, M. 2002, p. 53).

Através deste conceito de Necropolítica, podemos entender um pouco mais sobre o motivo da segregação socioespacial e desigualdade na infraestrutura não somente do lugar pesquisado, como do Brasil num todo, visto que é um sistema estrutural. A violência espacial e territorial é um dos principais componentes da necropolítica, que frequentemente envolve a imposição de violência sobre grupos marginalizados ou considerados "indesejados". Isso resulta em deslocamentos forçados, segregação espacial e apropriação de territórios.

De acordo com o relatório "World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography" do Banco Mundial, "as regiões mais isoladas e desfavorecidas frequentemente enfrentam um acesso muito mais limitado a serviços de saúde e educação, resultando em disparidades marcantes na qualidade de vida entre áreas urbanas e rurais" (Banco Mundial, 2009, p. 112). O relatório também observa que a localização geográfica e a etnia desempenham papéis cruciais na distribuição de oportunidades e recursos, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais. Já o "Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil" (PNUD, 2020), "as áreas periféricas e as comunidades de maioria negra e indígena frequentemente enfrentam deficiências significativas em termos de acesso a infraestrutura básica e serviços de saúde, comparadas às áreas mais centrais e economicamente desenvolvidas" (PNUD, 2020, p. 89). Este atlas revela que aproximadamente 30% das residências em áreas periféricas urbanas no Brasil não têm acesso adequado a serviços de saneamento básico, uma diferença significativa em relação às áreas centrais, onde a cobertura é muito mais alta.

Em suma, é importante adotarmos o papel da Geografia na compreensão de como as dinâmicas de poder, controle e violência afetam a ocupação e a interação das populações com o espaço geográfico, bem como as implicações para a justiça social e os direitos humanos.

Ao realizar um estudo que enfatiza a relação entre planejamento urbano e justiça espacial, abordando como as dinâmicas de exclusão territorial afetam a distribuição de recursos e oportunidades, Sandra Benites (2021) aponta que "a geografia do racismo não se limita ao controle dos territórios físicos, mas se estende à construção de subjetividades que legitima a exclusão e a violência contra corpos negros" (BENITES, 2021, p. 112). Esse entendimento é essencial para a análise do espaço urbano em cidades como Salvador, onde as dinâmicas de exclusão são particularmente agudas.

Em "A Produção do Espaço Urbano e a Exclusão Social: O Caso das Periferias em Cidades Brasileiras", Joselina da Silva (2014) reforça a importância de considerar a "justiça espacial" como um imperativo na luta por equidade racial e social. Para ela, "o espaço geográfico é uma arena de lutas sociais, onde se disputam não apenas territórios, mas também direitos, dignidade e vida" (SILVA, 2014, p. 89).

Adotar uma abordagem geográfica crítica, que reconheça e confronte as dinâmicas de poder e controle sobre o espaço, é fundamental para promover a justiça social e os direitos humanos. Como Benites e Silva apontam, a geografia deve ser uma ferramenta de resistência e transformação, capaz de revelar as injustiças espaciais e propor alternativas que valorizem as vidas negras e assegurem o direito a um espaço urbano mais justo e inclusivo.

5. AUTOESTRAMENTO E IDENTIDADE TERRITORIAL

Chegou a hora de falar

Vamos ser francos

Pois quando um preto fala

O branco cala ou deixa a sala

Com veludo nos tamancos

(MACALÉ, Jards. 1974)

5.1 Onde estão os moradores do Alto de Ondina na UFBA?

Para Milton Santos e María Laura Silveira (2001), territorialidade é o sentimento de pertencimento àquilo que nos pertence, prescindindo assim, à existência do Estado. Dito isso é fundamental questionarmos como os bairros negros percebem a presença da figura do Estado na educação, se vê o ensino público como acessível e mais, se há sentimento de pertencimento do lugar que se encontra tais espaços de ensino, pois a “não-identificação” com a universidade pública se apresenta como “modo de resistência à homogeneização da psicofera fundados em formas regionais de viver e de fazer convivendo com novos padrões de comportamento e de gosto típico da globalização.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 108)

Se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática da liberdade. O clamor pelo reconhecimento da diversidade cultural, por repensar os modos de conhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias, bem como a exigência concomitante de uma transformação das salas de aula, de como ensinamos e do que ensinamos, foram revoluções necessárias -que buscam devolver a vida a uma academia moribunda e corrupta. (hooks, 2017, p. 45)

Jessé Souza (2017) discute as relações de poder a partir da tríade: dominação, exploração e submissão, e assim, faz uma leitura das relações sociais, a exemplo da diferenciação das vivências enquanto corpo/território:

[...] ser mulher, negra, praticante de candomblé e baiana condiciona experiências sociais distintas das de um homem, branco, cristão e paulista – e isso vale tanto na Bahia quanto em São Paulo. Ambos, do ponto de vista das relações de classe, podem ser proletários, ocupar posições semelhantes na estrutura produtiva, mas suas experiências de dominação, controle e exploração no capitalismo (o que envolve também formas e taxas de exploração) serão distintas. Tais princípios de distinção não operam de maneira absoluta no espaço e no tempo, o que define experiências sociais complexas. Chamamos atenção aqui para dois aspectos desta complexidade, importantes para pensarmos as dimensões espaciais das relações raciais: primeiro, o fato de que a valorização/mobilização destes pertencimentos em interações sociais varia, com momentos em que eles regulam relações e outros em que eles não regulam as interações, não são mobilizados; segundo, a complexidade dos próprios sistemas classificatórios e das estruturas de “pertencimentos”, que mudam consideravelmente de contexto a contexto. (SOUZA, 2017, p. 60, 61)

Os moradores de bairros negros são conhecedores das características de suas localidades. São autores, protagonistas e agentes comunicadores que representam seus lugares e seus espaços da vida cotidiana. São canal e reflexo. Os bairros negros de Salvador, como Curuzu, Liberdade, Engenho Velho de Brotas e Alto de Ondina, são locais onde a história e a cultura afro-brasileira estão profundamente enraizadas. Esses espaços, marcados por uma rica tradição cultural e por lutas constantes contra a marginalização, representam a psicofera descrita por Milton Santos (1996).

Em *A Natureza do Espaço*, Santos (1996) apresenta o conceito psicofera como sendo “o reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido”, ou seja, pode-se pensar que a produção da subjetividade, seja ela individual ou coletiva, é iniciada pela interpessoalidade que independe da formação geoespacial que se está inserido, mas “as configurações territoriais são condições e sua significação real advém das ações realizadas sobre elas” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 248), resultando na dissociação das oportunidades ofertadas pelo Estado, garantidas por direito, da própria realidade visto que não há sequer identificação dos moradores dos bairros que se encontram nas periferias e que se tornaram populares devido à centralização de planejamento urbano.

Além disso, Yi-Fu Tuan (1974), introduziu os termos “topofilia” e “topofobia” para descrever as relações emocionais que as pessoas têm com os lugares. Topofilia refere-se ao amor, apego e afinidade emocional que as pessoas sentem

por certos lugares. É a ligação emocional que faz com que os lugares se tornem especiais e significativos para elas. É um sentimento que se manifesta nas celebrações culturais, como o Carnaval, as festas religiosas e as manifestações de rua, onde a comunidade expressa sua identidade e fortalece seus laços sociais. No Alto de Ondina, por exemplo, a tradição cultural está presente nas festividades do bairro, que integram a vida comunitária e reforçam o sentimento de pertencimento.

No entanto, a tofobia também é uma realidade nesses bairros. A aversão e o medo que podem surgir em decorrência da violência urbana, da precariedade dos serviços públicos e da discriminação racial criam uma relação ambígua com o território. Os moradores, embora sintam um profundo apego aos seus bairros, também enfrentam desafios significativos que geram desconforto e insegurança.

Essa dualidade entre tofilia e tofobia nos bairros negros de Salvador, incluindo o Alto de Ondina, exemplifica como o espaço geográfico influencia e é influenciado pelas emoções e percepções das pessoas. A cultura e o amor pelo território contrastam com as experiências de exclusão e insegurança, revelando a complexidade das relações espaciais. A ausência de políticas públicas eficazes que reconheçam e atendam essas realidades perpetua a marginalização e alienação desses espaços, dificultando a plena realização dos direitos e potencialidades dos moradores.

Autoestranhamento é um termo que pode ser entendido como o processo de se distanciar ou se afastar de si mesmo, de suas próprias emoções, pensamentos ou identidade, de modo a olhar para si de uma perspectiva mais objetiva e crítica. É uma maneira de se observar como se fosse um observador externo, permitindo uma reflexão profunda sobre quem somos, nossas experiências e nossas relações com o mundo ao nosso redor.

A psicofera de Milton Santos pode ser vista como a combinação dos elementos físicos e culturais que formam o ambiente emocional de um lugar. A tofilia e a tofobia de Yi-Fu Tuan analisam especificamente os sentimentos de apego e desconexão que as pessoas têm com os lugares, que contribuem para a construção da psicofera.

A similaridade entre os conceitos de Santos e Tuan reside na maneira como ambos autores exploram a relação entre espaço e emoção, e como essas interações moldam a identidade e a percepção do indivíduo em relação ao mundo ao seu redor. O autoestranhamento se encaixa nessa discussão, pois refere-se ao processo de olhar para si mesmo de maneira distanciada, analisando como as influências externas (como a psicosfera e as emoções ligadas aos lugares) moldam a identidade pessoal e coletiva.

No contexto de Salvador, essa psicosfera é profundamente marcada pela história de exclusão social, resistência cultural e luta cotidiana pela sobrevivência. Esse ambiente emocional e simbólico, muitas vezes, conduz os moradores a um processo de distanciamento crítico de si mesmos e de suas identidades, imposto pelas condições adversárias e pelas dinâmicas de marginalização.

Essa experiência de autoestranhamento pode ser entendida como uma resposta às pressões externas que desativam uma adaptação constante. Nos bairros negros de Salvador, como Curuzu, Liberdade, Engenho Velho de Brotas e Alto de Ondina, essas dinâmicas são particularmente evidentes. De acordo com dados levantados por organizações locais, como o Instituto de Estudos Socioeconômicos da Bahia (IESB), cerca de 60% dos moradores desses bairros relatam uma forte ligação emocional com seus territórios, o que pode ser associado à topofilia descrita por Tuan. No entanto, ao mesmo tempo, cerca de 40% dos entrevistados expressam sentimentos de insegurança e desconforto em seus bairros, o que se alinha com o conceito de topofobia.

Esses dados destacam a complexidade das experiências vividas nesses espaços e refletem a dualidade presente nas relações emocionais com o território, como descrito por Tuan e Santos. Ilustra também o autoestranhamento, pois os moradores, ao expressarem tanto apego quanto aversão aos seus bairros, revelam uma percepção crítica e distanciada de suas próprias experiências, demonstrando uma capacidade de autoanálise em relação ao espaço em que vivem.

Os moradores do Alto de Ondina, ao enfrentarem condições de marginalização e exclusão, muitas vezes passam por processos de transformação em suas percepções de si mesmos e de seu lugar no mundo.

Paralelamente, uma *identidade territorial* emerge nesse contexto como um sentimento de pertencimento profundamente enraizado no espaço geográfico do bairro negro. Esse pertencimento, no entanto, é ambíguo e complexo. Por um lado, existe a *topofobia* – o medo e a aversão a um espaço que é constantemente associado à violência, pobreza e exclusão. Por outro lado, há a *topofilia* – um forte apego ao lugar, uma ligação emocional que se manifesta na forma de resistência e na luta por dignidade e melhores condições de vida.

Milton Santos e Joselina da Silva nos ajudam a entender essa dualidade. M. Santos (2006) enfatiza que “o espaço é uma instância de controle e poder”, onde as identidades são formadas e negociadas dentro de relações de dominação e resistência. Já Joselina da Silva (2014) destaca que o espaço geográfico das favelas é uma arena de luta, onde os moradores, mesmo diante da exclusão e da violência, constroem uma identidade territorial baseada na resistência e no desejo de pertencer.

Assim, a relação entre autoestranhamento e identidade territorial reflete as condições sociais e espaciais que moldam esses territórios. A psicofera, influenciada tanto pela topofilia quanto pela topofobia, desempenha um papel crucial na formação de identidades que resistem à marginalização e que reivindicam o direito ao espaço e à cidadania.

Em resumo, esses conceitos juntos ajudam a compreender como as emoções, as percepções e as relações subjetivas moldam nossa experiência e interação com o ambiente geográfico. Eles destacam a importância das dimensões emocionais na formação da identidade de um lugar e na maneira como as pessoas se relacionam com o espaço ao seu redor.

As realidades de quem desfruta do planejamento urbano e de quem sente o impacto de sua precarização atravessam a percepção diante do que se identifica, almeja e principalmente, diante do que não se quer. Essa intersecção constitui múltiplas subjetividades e identidades e a relação do sujeito para com o lugar que se encontra reverbera nas decisões e no que é lido como emergente para a própria existência. Sendo assim,

“Ao analisarmos o processo de formação de uma identidade social de “bairro”, a partir dos processos de territorialização de manifestações culturais populares, percebemos que a constituição desta identidade se assenta na diferença e na interação. [...] A relação entre indivíduo e sociedade é de interconexão e existencialidade, sendo impossível se pensar a sociedade sem ter em mente a noção das relações entre indivíduos, pois são neles que a sociedade se expressa em suas múltiplas faces. A identidade é ambivalente e dinâmica, no instante que se realiza no indivíduo ou no social ela se desdobra, opõe, sobrepõe, e neste processo se constitui. Para um entendimento plausível de identidade é necessário se levar em consideração que em ambas dimensões - individual e coletiva - a identidade é uma realidade humana.” (SERPA, 2007, p. 132)

A dimensão de identidade coletiva dos bairros negros pode ser compreendida como “o que significa a própria exclusão do circuito capitalista explorador, típica da desterritorialização que as redes das classes sociais hegemônicas promovem no espaço dos miseráveis.” (CASTRO; CORRÊA; GOMES, 1995).

Pensando em como a necropolítica inibe a educação perante aos que deveriam ser prioridades na lista de dívida histórica, a descaracterização ao acesso à uma das maiores formas de resistência e a máscara imposta para que distancie a elite burguesa dos filhos das domésticas numa sala de aula, o ex-reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Naomar de Almeida Filho, em uma entrevista à Fundação Oswaldo Cruz (2019) diz que

“Não podemos ser ingênuos quanto ao papel da universidade pública num contexto social, como no Brasil, onde a educação é um forte fator de promoção das desigualdades e reprodutor da dominação de classes sociais. Isso se agrava na conjuntura brasileira atual, fortemente marcada por ódio e ensaios de opressão. Nesse momento adverso, o maior desafio enfrentado pela universidade pública traz uma aparente contradição: como fazê-la socialmente responsável, reafirmando a qualidade e a competência que a definem como instituição. Este desafio desdobra-se em questões cruciais. Como reforçar a competência científica e artística da universidade e, no mesmo movimento, ampliar vagas públicas em larga escala, abrindo suas portas a segmentos sociais historicamente dela excluídos. Como inculcar responsabilidade política na busca constante de autonomia e criatividade e, simultaneamente, fomentar princípios de eficiência e economicidade definidores da gestão pública. Como reafirmar nosso compromisso social e, ao fazê-lo, introduzir os valores de interdisciplinaridade e excelência acadêmica. Para de fato enfrentar a lógica mercantil, a universidade pública precisa ser criativa e eficiente, mantendo sua qualidade, mas não para os herdeiros da elite, se não, vai continuar sendo pública, mas não do povo. Para acolher a massa de excluídos e ter um papel relevante na integração social desses sujeitos, para produzir conhecimento local-regional e ter relevância nos projetos de desenvolvimento nacional, para contribuir para superar esse triste momento de barbárie cultural, desmoralização ética, retrocesso social e

desesperança política, a universidade precisa se recriar de fato como Universidade Popular.” (FILHO, 2019)

Naomar Filho, enquanto reitor da UFBA - 2002 a 2010 -, foi pioneiro na implantação do modelo de bacharelado interdisciplinar, forçando a quebra de uma estrutura sectarista e determinista fortemente sustentada pela soberania dos detentores do poder intelectual academicista: Estado e burguesia, sendo estes, os docentes doutores. Os bacharelados interdisciplinares servem para ampliar o conhecimento, incentivando os graduandos a “pensar fora da caixa”, permitindo o contato e o conhecimento de diversas áreas, além de proporcionar segurança a quem não decidiu o que seguir, a quem sabe o que quer e almeja mestrado ou pós e para aqueles que não conseguiram adentrar no curso preposto, tendo a chance de obter novo título. A inclusão desses modelos não resolve, por si só, a questão do acesso para populações oriundas de bairros negros e periféricos, que enfrentam barreiras econômicas e sociais substanciais, mas resultou em novos perfis de alunos, daí se vem as indagações: como a Universidade pública analisa a identificação dos futuros discentes diante da própria realidade de estrutura física e financeira? A democratização de acesso pode se dar através de táticas como a implantação dos bacharelados interdisciplinares, mas como isso é apresentado às minorias e à população de baixa renda, localizada em bairros negros? Há desejo dessas populações em adentrar este espaço de ensino público de nível superior? Como incentivar essa ocupação e fazer da universidade pública, uma universidade do povo?

Os dados mostram que, apesar dos avanços em alguns programas de inclusão, a presença de estudantes de bairros negros em universidades federais ainda é limitada. Um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2023, apenas 12% dos alunos de universidades federais vêm de bairros classificados como de alta vulnerabilidade social (IPEA, 2023).

Segundo o pedagogo Carlos Rodrigues, “é fundamental que as universidades não apenas ofereçam novas modalidades de cursos, mas também desenvolvam estratégias concretas para atrair e apoiar alunos de contextos socioeconômicos desfavorecidos” (RODRIGUES, 2018, p. 92). O Centro de Estudos da Metrópole (CEM) aponta que a taxa de evasão em universidades federais é significativamente mais alta entre estudantes de baixa renda, o que reflete as dificuldades enfrentadas

por esses alunos (CEM, 2022), sendo crucial criar programas de suporte que incluam desde preparatórios acadêmicos até bolsas de estudo e incentivos para garantir que os estudantes não apenas ingressem, mas permaneçam e concluam seus cursos.

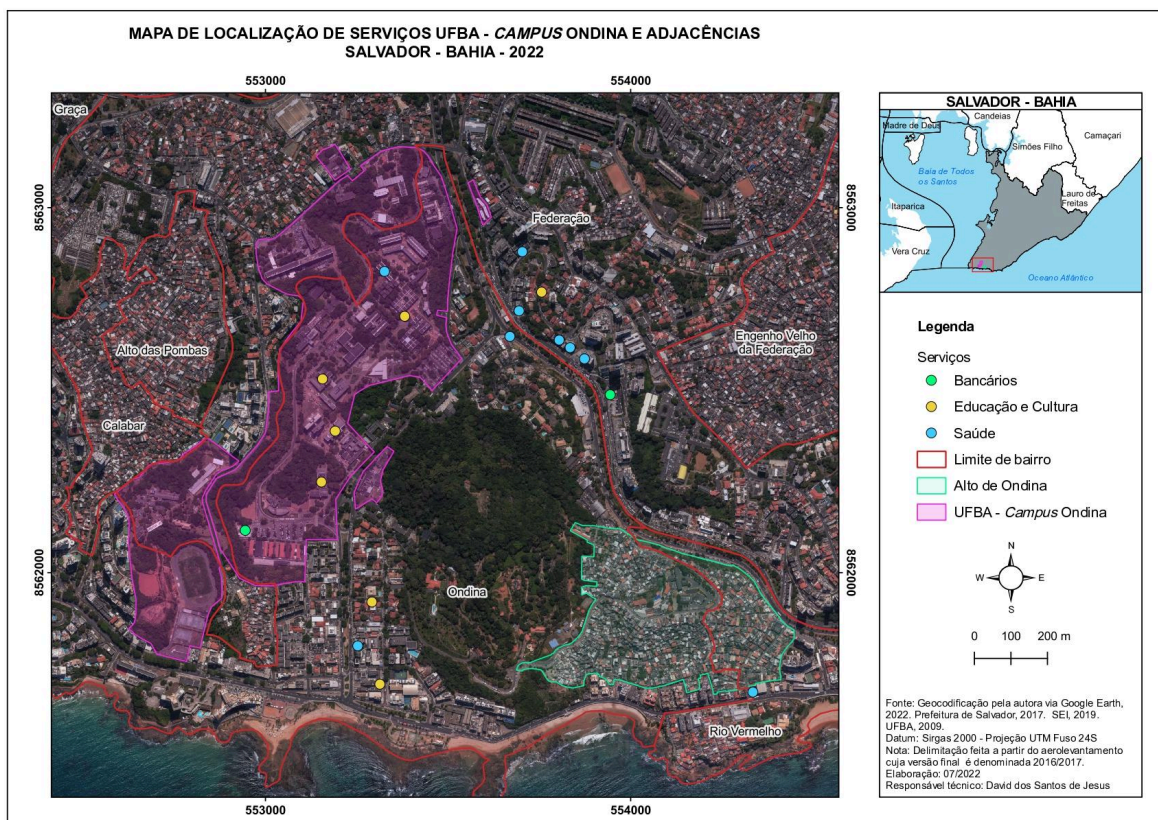
O incentivo à ocupação das minorias em condições de vulnerabilidade socioeconômica deve partir com base no sentimento de pertencimento e de identificação para com o meio através da inclusão social. Tal inclusão, se não é efetiva por parte do Estado, que seja por parte das reitorias, pois o objetivo deve ser ampliar a democratização do acesso, garantindo uma educação inclusiva, mesmo compreendendo a limitação de autonomia dos reitores, ainda há um poder de construção e decisão. Embora a autonomia das universidades seja limitada por políticas e diretrizes estabelecidas pelo governo federal, elas ainda têm margem para implementar iniciativas que visem à inclusão e democratização do acesso ao ensino superior.

As universidades federais no Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), têm autonomia administrativa, acadêmica e financeira. Essa autonomia permite que as instituições de ensino superior criem e implementem políticas próprias, desde que respeitadas as diretrizes gerais estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 1996). Algumas dessas iniciativas incluem Programas de Ação Afirmativa que podem ser ajustados conforme as necessidades e realidades locais de cada instituição, parcerias com escolas e organizações comunitárias para criar programas de preparação para o vestibular e oferecer suporte educacional a estudantes de áreas vulneráveis, além de criar e gerenciar programas de bolsas e auxílios para estudantes de baixa renda, ajudando a reduzir as barreiras financeiras ao acesso ao ensino superior.

Dos 8 adolescentes entrevistados, todos disseram ter interesse em fazer cursinho pré-vestibular e todos desconheciam o Pré-Vest, curso preparatório para o Enem, serviço disponível pela UFBA. Obviamente, durante todas as entrevistas, os participantes foram orientados sobre como ter acesso aos serviços.

No mapa (MAPA 3) abaixo, temos a localização de serviços que podem ser encontrados na UFBA e os serviços semelhantes que a população acaba aderindo por desconhecimento e desinformação, sendo estes demarcados da seguinte forma:

1. **Saúde:** realização de exames em clínicas particulares. Já na UFBA, a comunidade externa pode fazer exames no LACTFAR - Laboratório de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Farmácia que funciona desde 1978, com o objetivo de fornecer campo de práticas para os estagiários de final de curso. Podem ser realizados exames diversos, tais como de sangue, urina, fezes, testes de COVID, etc. O LACTFAR faz parte do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas - DACTOX – da Faculdade de Farmácia e é uma das unidades que compõem o Sistema Universitário de Saúde - SIUNIS da UFBA.
2. **Bancários:** bancos com atendimento ao público. Dentro do Campus de Ondina da UFBA estão situadas duas agências bancárias: Banco do Brasil e Banco Santander, próximas à entrada principal do Campus.;
3. **Educação e cultura:** cursos preparatórios, de idiomas e voltados às artes, tais como aulas de dança e teatro. Na UFBA, estes serviços podem ser encontrados no Pré-Vest - curso preparatório para o vestibular em que os docentes são alunos da graduação, no Nupel - o Núcleo Permanente de Extensão em Letras, responsável por concessão de bolsas de idiomas à comunidade externa e cursos livres realizados pela Faculdade de Dança e Escola de Teatro da UFBA voltados à comunidade externa.



MAPA 3. Localização de Serviços UFBA - Campus Ondina e adjacências. Salvador/BA (2022)

No mapa, podemos observar a distância entre os serviços, o Alto de Ondina e a UFBA, enfatizando a proximidade e a necessidade de sinalização desses serviços para a população através de um contato da própria universidade para que a população tenha conhecimento sobre o que é produzido e ofertado por uma instituição pública, sustentada com a verba que a própria sociedade paga na cobrança de dezenas de impostos.

O sentimento de pertencimento e a identificação com o meio são aspectos fundamentais para a inclusão social e a democratização do acesso à educação superior. Em *Educação Inclusiva: Desafios e Perspectivas*, Maria Clara Oliveira traz que “a inclusão efetiva exige não apenas a abertura de portas, mas também a criação de um ambiente onde os estudantes se sintam acolhidos e valorizados” (OLIVEIRA, 2019, p. 45). Isso implica que as universidades devem adotar práticas que promovam um ambiente inclusivo e representativo, além de garantir que as políticas de inclusão sejam integradas à estrutura acadêmica e administrativa.

Santos e Silveira (2001) alertam que “a expansão do meio técnico-científico-informacional é seletiva, com o reforço de algumas regiões e o enfraquecimento relativo de outras” (p. 102) e dizem ainda que “a relação entre o conhecimento do lugar com o conhecimento produzido no lugar resulta em agentes produtores de saber local” (p. 100). Dessa forma e de acordo com os entrevistados, a universidade pode: i) dialogar com as populações de bairros que rodeiam a UFBA, tais como Alto de Ondina, Alto das Pombas e São Lázaro, como pontuado por 14 entrevistados; ii) informar às populações os recursos e serviços disponíveis pelos pilares básicos - ensino, pesquisa e extensão -, sendo esta, uma demanda unânime; iii) aprender e trocar saberes com os produtores de saber local, afinal não deve haver hierarquia nem elitização de conhecimento; iv) ensinar o outro sem enxergá-lo como objeto de estudo numa perspectiva colonizadora contemporânea que catequiza e julga intelecto e socialmente quem não faz parte da relação da vida universitária; v) informar sobre as formas de acesso, sobre programas de permanência e assistência estudantil, principalmente quanto ao Pré Vest e sobre como conseguir bolsa para se manter, visto que é difícil conciliar trabalho e estudos; vii) coloquialmente, apresentar a conjuntura política atual com dados e conceitos produzidos por discentes a fim de estimular o reconhecimento do espaço de ensino público como lugar a se ocupar.

Durante uma entrevista, um adolescente de 14 anos, negro pansexual, aproveitou a pergunta nº 12: ‘O que você acha que precisa ser melhorado no Alto de Ondina, se fosse denunciado, noticiado e/ou publicado alguma mídia e/ou pesquisa universitária?’ e trouxe relato de violência e abuso sexual com ele e com outras crianças e adolescentes da rua, “(...) que as pessoas sabem quem é, mas fingem”, perguntando ao final se a UFBA poderia fazer alguma coisa para ajudar.

A UFBA como uma instituição pública e socialmente responsável, pode desempenhar um papel significativo na abordagem e enfrentamento da violência sexual na comunidade externa, como no caso do Alto de Ondina. Estudos acadêmicos podem ajudar a identificar padrões, causas e consequências da violência, bem como as melhores práticas para prevenção e intervenção. Isso inclui realização de estudos e levantamentos de dados para compreender a prevalência e características da violência sexual na região, colaborar com serviços de apoio

psicológico e social para as vítimas de violência tais como oferecer suporte psicológico através dos programas de atendimento psicológico da universidade e estabelecer parcerias com organizações que atuam na proteção e apoio a vítimas de violência.

Além disso, a universidade pode utilizar sua visibilidade para criar campanhas de mobilização e advocacia, ajudando a amplificar as vozes das vítimas e pressionar por mudanças sociais e políticas, utilizando canais de comunicação da UFBA para sensibilizar a opinião pública e chamar a atenção para a questão da violência sexual. Dessa forma, pode também desenvolver programas de treinamento para policiais, assistentes sociais e outros profissionais envolvidos na resposta a casos de violência sexual e conduzir análises e recomendações para aprimorar políticas públicas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes.

Olha só quanta coisa pode ser feita. Temos a faca e o queijo na mão. E centenas de crianças e adolescentes desamparadas. A educação não é somente estudar, é transformar a vida através de possibilidades, principalmente pra pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade. Segundo um estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade são significativamente mais propensos a sofrer abuso sexual, o que sublinha a importância de intervenções específicas para essas populações.

A UFBA, por meio de sua expertise acadêmica e responsabilidade social, pode fazer uma diferença significativa no enfrentamento e prevenção da violência sexual nas comunidades periféricas, ajudando a garantir um ambiente mais seguro e inclusivo para todos.

Eu, Tairine, entre 2018 e 2019 tive a experiência de ser monitora no projeto de extensão da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE/UFBA), Não deixe a violência passar de boa, buscando conscientizar a comunidade UFBA, corpo técnico-administrativo, docente, discente e terceirizados, sobre as diversas violências existentes e que existem meios de se denunciar tanto institucionalmente, quanto judicialmente, citando exemplos para as pessoas identificarem, com casos cotidianos. Foi uma experiência agregadora que durante as entrevistas, percebi como seria importante esse tipo de trabalho no Alto. É sobre a universidade devolver para a sociedade através de conscientização, da escuta, do acolhimento e

caminhar junto dela para que violências, principalmente as sexuais, deixem de ser tabu e vergonha para quem sofre e que seja enxergada e denunciada por quem convive.

A universidade não garante segurança, mas pode garantir o conhecimento para identificar o que se passa e saber onde recorrer. A Geografia não garante justiça, mas possibilita acesso às demandas sociais do Alto de Ondina, a partir do estudo da área de localização e trabalho de escuta-ativa. Não cabe somente às áreas da subjetividade e sociais como Psicologia e Serviço Social. É um mapeamento de demandas, sendo a segurança, uma das mais emergentes.

Esse mesmo entrevistado que trouxe esse relato pessoal de violência sexual, o adolescente de 14 anos, mencionou “saber por alto” de cursos de dança ofertados nos finais de semana pela UFBA e disse que “nunca -foi- procurar saber por vergonha e por não saber nem que roupa usar pra entrar lá”. Nas perguntas 21 e 22, ele traz que sim, se identifica com a UFBA porque “já -viu- que tem pessoas como -ele-, só que adultas”, mas que “não saberia de nada como funciona lá se eu não tivesse chamado pra conversar”; “que falta chegar na gente porque eu não sabia nem que podia sair entrando”.

Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que a percepção de exclusão e a falta de informação sobre oportunidades acadêmicas são comuns entre jovens de periferias. Dados indicam que 60% dos adolescentes de áreas periféricas sentem que não têm acesso adequado às oportunidades educacionais devido à falta de informações e ao medo de não se encaixar. Outras pesquisas, como a do Observatório da Diversidade Cultural mostram que iniciativas culturais e educativas, quando acessíveis e bem divulgadas, podem ter um impacto positivo na inclusão social e na autoestima dos jovens. Programas que envolvem a comunidade em atividades culturais, como cursos de dança e arte, ajudam a promover um sentimento de pertencimento e aumentam a confiança dos participantes em buscar mais oportunidades acadêmicas e profissionais.

O professor Gabriel Corrêa desenvolve suas pesquisas em assuntos relacionados a Relações Raciais e Geografia, especialmente no que diz respeito ao Ensino de Geografia, a Lei n. 10.639, lutas quilombolas no Brasil e o Branqueamento do Território e nos traz que

[...] o branqueamento como ideologia foi substituído e/ou perdeu a força com a emergência da teoria da democracia racial nos anos 1930. Nacionalizou-se um ideal que unificava “racialmente” a população brasileira, e ao mesmo tempo, oferecia uma explicação “harmonizante” das relações raciais no Brasil. Porém, o número de pesquisas que problematizou este tema em campos disciplinares ligados às ciências humanas, não se repetiu na geografia, que aceitou muitos dos preceitos do branqueamento, incorporando-os na sua leitura de território e população. Este fato impacta diretamente o ensino básico de geografia, principalmente nos materiais didáticos, onde a “a concepção de geografia do Brasil que se ensina” é fortemente influenciada pelas ideias do branqueamento e da democracia racial. (CORRÊA, 2017, p. 118)

Um dado alarmante que, infelizmente, não surpreende é que dos 36 entrevistados, apenas 19 sabiam que poderiam entrar e/ou já entraram na UFBA. 11 entrevistados sequer cogitaram entrar e 06 não sabiam que podem, até o momento da entrevista. As respostas eram as mais diversas: "Entrei porque tinha que fazer uma prova, mas nunca tinha pisado não. É bem grande"; "Trabalhei cortando grama pra uma empresa que presta serviços lá, aí faltou gente e tive que cobrir. Aí conheci a UFBA"; "Fui assaltada e fiz meu cartão novo lá no banco. É o que eu vou porque é caminho". Os que já acessaram, foram por necessidade de utilização de serviço ou fazer prova do setor público.

Os relatos dos que nunca entraram refletem que os moradores veem um espaço público de ensino como privado e inacessível. Para muitos, inatingível e inimaginável de se estar, tanto como transeunte, quanto como estudante. "Nunca nem pisei. Não combina comigo esses bagulho, essas pessoas. Até as roupas mesmo, imagina eu trajadão"; "Só entra quem estuda lá, né não?"; "Não. Lá só tem barão, vou fazer o quê?"; "Agora que sei que posso entrar, vou lá conhecer, mas só entraria se passasse no Enem".

A UFBA pode melhorar a comunicação sobre suas ofertas de cursos e atividades culturais para a comunidade externa, utilizando mídias locais e parcerias com organizações comunitárias, pode também realizar eventos abertos e interativos, onde jovens de periferias possam participar e se familiarizar com a

universidade, reduzindo a sensação de estranhamento e inadequação e, obviamente, pode também implementar programas específicos voltados para a inclusão de jovens de comunidades periféricas, garantindo que eles tenham acesso a informações e suporte para participar das atividades universitárias.

O processo de autoestranhamento pode levar a um questionamento mais profundo sobre a própria identidade, incluindo a identidade territorial. Indivíduos podem começar a questionar como o lugar em que vivem influencia quem são e como se encaixam na comunidade local.

O conceito de "não-lugar", originalmente desenvolvido pelo antropólogo francês Marc Augé em sua obra *"Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade"*, publicada em 1992, descreve espaços que, embora possam ser geograficamente específicos, carecem de uma identidade significativa e de uma relação pessoal ou cultural profunda com os indivíduos que os ocupam. Podendo ser repensado no contexto latino-americano e brasileiro onde há marginalização racial e espacial criando formas específicas de não-lugares. Nas periferias e favelas, esses espaços são marcados não só pela transitoriedade e ausência de vínculos emocionais, mas também pela exclusão racial e social.

No Brasil, o conceito tem sido aplicado para entender fenômenos como a desumanização dos espaços públicos, a exclusão social nas periferias urbanas, e as dinâmicas de anonimato e invisibilidade que afetam populações marginalizadas, especialmente negras e pobres.

Milton Santos (2002) aponta que as periferias das grandes cidades brasileiras podem ser entendidas como "não-lugares" na medida em que são espaços de exclusão e invisibilidade, onde a população negra e pobre é sistematicamente marginalizada. Dessa forma, diz que "as periferias urbanas são territórios onde a presença do Estado é mínima, e a população vive em condições de precariedade, tornando-se invisível para a sociedade como um todo" (SANTOS, M. 2002, p. 78).

Esses espaços não são apenas geograficamente periféricos, mas também simbolicamente excluídos do imaginário nacional. Para a socióloga Maria Rita Kehl, os moradores das periferias vivem em um "não-lugar" simbólico, onde sua identidade e cultura são desvalorizadas e negadas. Em uma perspectiva crítica e

racializada, podemos afirmar que "as periferias, onde majoritariamente residem populações negras, são espaços de não-lugares, onde a negritude é constantemente apagada e desvalorizada, tanto pelo Estado quanto pela sociedade branca" (KEHL, 2009, p. 120).

A experiência de estar em um não-lugar pode ser desumanizante, pois o espaço não oferece uma conexão pessoal ou um senso de pertencimento. O conceito de não-lugar permite uma análise crítica dos espaços urbanos contemporâneos e das mudanças nas relações sociais. A falta de identidade e de conexão com esses espaços pode refletir e reforçar desigualdades sociais e culturais, especialmente para comunidades marginalizadas.

Achille Mbembe (2018) sugere que em contextos como o brasileiro, os "não-lugares" são também espaços onde a morte social e física de corpos negros é naturalizada. Para ele, "a vida nas periferias urbanas é frequentemente marcada por uma constante ameaça à existência, onde a violência e a falta de reconhecimento transformam esses espaços em verdadeiros 'não-lugares' da sobrevivência" (MBEMBE, 2018, p. 52).

Assim, ao racializar o conceito de não-lugar e trazê-lo para a realidade latino-americana e brasileira, reconhecemos como o espaço urbano reflete e reforça as hierarquias raciais, criando territórios de exclusão onde as subjetividades negras são marginalizadas e desvalorizadas.

A educação pública pode atuar como um meio para romper com a marginalização dos espaços periféricos ao proporcionar acesso e oportunidades para aqueles que vivem em "não-lugares". No entanto, a efetividade desse papel depende de uma política institucional que não apenas amplie o acesso à universidade, mas também reconheça e valorize as identidades e experiências dos estudantes negros e periféricos. Mesmo com políticas educacionais assistencialistas, não reparatórias da base, o perfil do estudante universitário de ensino público ainda é alimentado da imagem de pessoas brancas com vida financeira estável, sendo os não-brancos, os "estranhos no ninho".

Uma das formas efetivas desse branqueamento da imagem é a manipulação das narrativas, produto de uma relação de poder. Forjam-se fatos, presenças são apagadas e outras são inseridas.

Porque se investir do poder de construir narrativas é também uma forma de deter o poder de desterritorializar outros grupos, à medida que, ao excluir o outro de processos detonadores de sua formação, este outro é posicionado à margem, fora da história do território, com suas lembranças negadas. Negar a presença é construir como não existente. Não é ignorar a presença, é excluir ou posicionar apenas em situações estratégicas, reconstruindo a identidade que determinado grupo terá do seu território, ou mesmo destruindo qualquer referência, conforme for conveniente para o grupo. As narrativas que acompanham os territórios são então conteúdos que identificam um grupo a ele, ao explicar o que faz desse território ser seu território. (CORRÊA, 2017, p. 124-125)

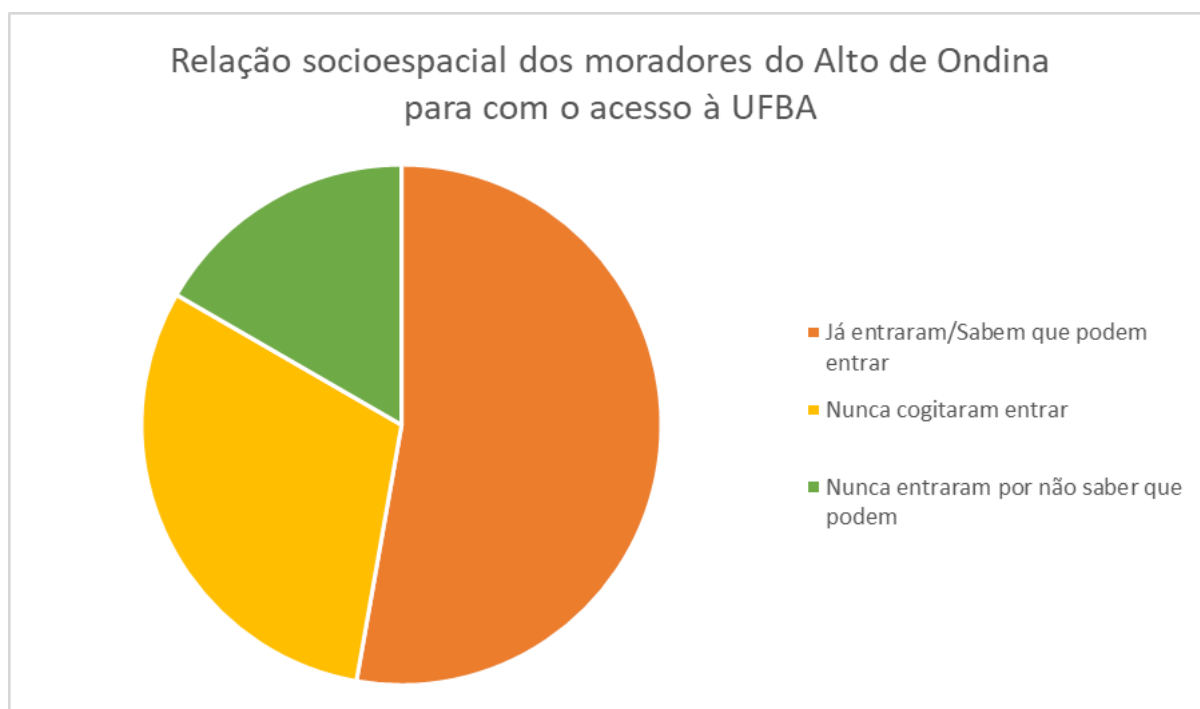
Se você não vê seus semelhantes num espaço, mesmo que próximo de onde você reside, você se sente um estranho no ninho. O autoestranhamento pode levar as pessoas a reexaminarem suas conexões e interações com a comunidade local e com o ambiente ao seu redor. Isso pode incluir uma análise crítica de como se relacionam com espaços públicos, vizinhos, grupos sociais e atividades locais.

Lélia Gonzalez sugere que a experiência de viver em um "não-lugar" está intimamente relacionada à negação da identidade e cultura negra e afirma que "os espaços habitados por populações negras frequentemente não oferecem a possibilidade de construção de uma identidade cultural reconhecida e valorizada" (GONZALEZ, 1988, p. 123). Essa perspectiva encontra eco na análise de Muniz Sodré (2017), para quem as periferias urbanas constituem territórios marcados pela precariedade estrutural e pela violência simbólica. Sodré observa que "a periferia é um território em disputa não apenas material, mas também simbólica, onde o sentido de pertencimento está condicionado pela precariedade estrutural e pela violência simbólica" (SODRÉ, 2017, p. 45).

Catherine Walsh (2018) amplia a discussão ao destacar que a organização socioespacial das cidades reflete a colonialidade do poder, perpetuando desigualdades raciais e sociais. Segundo ela, "os espaços urbanos são configurados para reforçar a segregação e marginalização das populações racializadas, negando-lhes não apenas recursos materiais, mas também o direito de existência e de voz" (WALSH, 2018, p. 92). Assim, os espaços periféricos são construídos como territórios de exclusão e alienação, reforçando a sensação de estranhamento e marginalização entre seus moradores.

Essas perspectivas convergem para demonstrar que a organização das cidades e o abandono das áreas periféricas não apenas privam as populações negras e periféricas de direitos fundamentais, mas também configuram um sistema de exclusão que mantém desigualdades estruturais enraizadas.

GRÁFICO 4. Relação socioespacial dos moradores do Alto de Ondina para com o acesso à UFBA



Conforme aponta acima (GRÁFICO 4), foi percebido que os moradores que veem a UFBA como um lugar a ser ocupado, uma possibilidade na própria vida, quase nunca acreditam serem capazes de adentrar para estudar, tampouco reconhecem serviços oferecidos à comunidade externa. Outros passam pela Avenida Milton Santos e não reparam na UFBA enquanto espaço público para todos e todas. Simplesmente não se identificam com aquele território.

No contexto dos bairros negros, como o Alto de Ondina, o conceito de não-lugar pode ser utilizado para compreender como as periferias são percebidas e vividas por seus moradores e pela sociedade em geral. Muitas vezes, essas áreas são vistas como espaços de marginalização e exclusão, semelhantes aos

não-lugares descritos por Augé. As ações da UFBA e de outras instituições podem contribuir para reverter essa percepção, promovendo uma maior inclusão e valorização cultural.

A intersecção entre autoestranhamento e identidade territorial está relacionada à maneira como os indivíduos podem se desconectar ou se distanciar de sua própria relação com o espaço geográfico em que vivem. O autoestranhamento pode influenciar a forma como as pessoas percebem, valorizam e se identificam com o ambiente em que estão inseridas e pode afetar a participação ativa na vida comunitária e nas atividades locais, como a busca por serviços prestados por um órgão de educação pública. Os moradores dos arredores que se sentem desconectados desse território podem ter menos incentivo para participar de iniciativas locais, contribuindo para um senso de isolamento ou alienação. À medida que as pessoas se tornam conscientes desse distanciamento, podem buscar maneiras de reconectar emocionalmente, revitalizando suas relações com o espaço e redescobrimo o significado de pertencer a um território específico.

Os motivos são diversos para esse autoestranhamento, mas o mais dito é sobre o não conhecimento de que aquele espaço é para todos e todas.

O branqueamento do território se apresenta enquanto estratégia da prática do poder para manutenção da colonialidade. Ele se configura enquanto um dispositivo, uma forma de exercício do poder, desta, na medida em que é consequência de ordenamentos jurídicos e simbólicos, visíveis ou não, passados ou presentes, fundamentadas em raciocínios baseados e/ou materializados no espaço, que tem como elemento ordenador a raça. Uma forma de ordenamento territorial constituído por características eurocêntricas e coloniais. (CORRÊA, 2017, p. 119)

Esse desconhecimento, esse receio e desinteresse tem raiz na Necropolítica por se tratar da expulsão e impulsionamento ao sentimento de rejeição num espaço de poder concentrado, afinal conhecimento o é e a educação é historicamente negada aos corpos não-brancos, femininos e que não performam cisheteronormatividade. Pensando que a educação não é somente uma ferramenta do Estado, mas um espaço habitado.

De acordo com o Relatório de Acompanhamento das Políticas de Inclusão e Permanência no Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC) (2022), há uma

disparidade significativa no acesso de estudantes negros às universidades federais em comparação com seus pares brancos. Em 2021, apenas 21% dos ingressantes em cursos de graduação em universidades federais eram negros, enquanto a população negra representa cerca de 56% da população brasileira (IBGE, 2021). Essa discrepância indica que, apesar das políticas de cotas, a inclusão ainda não é plenamente efetiva. Já o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2022 revela que 43% dos estudantes negros enfrentam dificuldades significativas para acessar educação de qualidade, em comparação com 28% dos estudantes brancos. Essa diferença reflete as barreiras econômicas e estruturais que afetam o acesso e a permanência dos alunos negros em instituições de ensino superior (MEC, 2022).

Ou seja, a Necropolítica está presente nas políticas de acesso às universidades federais quando grupos marginalizados são excluídos de oportunidades educacionais, seja por dificuldades financeiras, falta de recursos ou outros fatores, isso pode ser visto como uma forma de exercer controle sobre essas populações, negando-lhes acesso a uma educação de qualidade que pode melhorar suas vidas e suas perspectivas. O resultado é a perpetuação da marginalização de grupos étnicos e sociohistoricamente oprimidos levando a consequências de longo prazo para as oportunidades de emprego, mobilidade social e qualidade de vida. Essa exclusão pode perpetuar ciclos de desvantagens econômicas e sociais, impactando a vida das pessoas e suas comunidades já que prejudica as oportunidades educacionais e limita o desenvolvimento intelectual e profissional.

Diante do contexto universitário, o impacto que a desconexão emocional e o distanciamento de si mesmo podem ter sobre como as pessoas se relacionam com o ambiente geográfico em que vivem e como isso afeta sua percepção de identidade e pertencimento. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022 destaca que 80% dos jovens negros de áreas periféricas não chegam à educação superior, principalmente devido a dificuldades financeiras e falta de acesso a informações e recursos adequados.

Dessa forma, podemos compreender o motivo dos moradores não se sentirem incluídos à UFBA, bem como a atuação pífia das políticas públicas em sanar esse distanciamento físico.

5.2 Por uma Geografia Inclusiva

Toda a pesquisa foi realizada para que a população do Alto de Ondina seja enxergada pela UFBA. Para isso, foi fundamental compreender e aplicar a Geografia enquanto instrumento de transformação social. De modo geral, é importante visualizarmos o macro ao refletir que o afastamento de uma universidade federal para com uma comunidade próxima ao seu território, com moradores majoritariamente negros e de baixa renda, não é uma exclusividade da UFBA.

A Geografia pode desempenhar um papel significativo ao aproximar a população local e de baixa renda das universidades públicas, principalmente ao abordar questões de acesso, mobilidade e representatividade. Assim, foram elencadas 07 formas de praticar o que todo este trabalho aborda:

- 1) **Análise das Barreiras de Acesso:** Ao identificar e analisar as barreiras físicas, econômicas, sociais e simbólicas que dificultam o acesso dessas populações às universidades públicas. Isso inclui avaliar a disponibilidade de transporte acessível, infraestrutura educacional nas áreas circundantes e as desigualdades socioeconômicas que impactam o acesso à educação superior.
- 2) **Mapeamento da Mobilidade:** Ao mapear as rotas de deslocamento da população de baixa renda em relação às universidades públicas. Isso ajuda a entender os desafios de transporte que esses indivíduos enfrentam e identificar áreas onde melhorias na infraestrutura de transporte público podem ser necessárias.
- 3) **Identificação de Espaços de Acolhimento:** Através do mapeamento e análise das áreas próximas às universidades públicas, a geografia pode identificar espaços de acolhimento, como moradias estudantis públicas e/ou a preços acessíveis, instalações de apoio e serviços comunitários que possam facilitar a vida dos estudantes de baixa renda e os que moram nas proximidades.
- 4) **Promoção da Diversidade e Representatividade:** Ao destacar a importância da representatividade étnica, racial e socioeconômica dentro das universidades públicas. Isso envolve a análise dos espaços onde as

universidades estão localizadas e como esses espaços refletem ou não a diversidade da população circundante.

- 5) **Engajamento Comunitário:** Ao facilitar o engajamento comunitário, envolvendo a população local nas discussões sobre o acesso à educação superior. Isso pode incluir fóruns de discussão, grupos de trabalho ou pesquisas participativas que permitam que as vozes das comunidades afetadas sejam ouvidas.
- 6) **Defesa por Políticas Inclusivas:** Com base nas análises e mapeamentos, pode contribuir para a defesa de políticas inclusivas que facilitem o acesso à educação superior para a população local e de baixa renda. Isso pode envolver recomendações para melhorias no transporte, habitação estudantil, bolsas de estudo e programas de apoio.
- 7) **Monitoramento de Impacto:** A geografia também pode ser usada para monitorar o impacto das políticas e iniciativas implementadas para aproximar a população local das universidades públicas. Isso ajuda a avaliar a eficácia das intervenções e a fazer ajustes conforme necessário.

A Geografia pode contribuir significativamente para o acesso de pessoas residentes de bairros negros, de pessoas baixa renda e demais grupos minoritários em universidades federais ao mapear barreiras, identificar oportunidades, analisar dinâmicas sociais, envolver a comunidade e influenciar políticas inclusivas.

O conhecimento espacial e a abordagem crítica da Geografia podem fornecer ferramentas e insights valiosos para superar os desafios enfrentados por residentes de bairros negros e outros grupos minoritários no acesso às universidades federais. Ao considerar as dimensões espaciais e sociais envolvidas, essa abordagem pode desempenhar um papel vital na promoção da equidade educacional.

CONCLUSÃO

O título da dissertação corresponde a um ditado baiano: larguei o doce.

Afinal, onde estão os moradores do Alto de Ondina na UFBA?

Acredito e espero que você tenha chegado a uma conclusão. De qualquer forma, é obrigatório esse capítulo, então vamos lá.

Esses moradores não entram na UFBA porque não querem e essa pode ser uma interpretação tendenciosa se não tivesse tantos argumentos no decorrer desta dissertação. Ousaria dizer que quem assim afirma, não conseguiu compreender nada.

Sim, podemos dizer que não entram porque não querem, mas o motivo dessa negativa é um dos múltiplos efeitos da política da morte, da Necropolítica. Se não sou visto, não existo para esse espaço. Assim funciona a lógica racista, o pacto da branquitude e sua capacidade de manter no poder aqueles que não deveriam estar por representar somente a si próprio e aos próprios interesses. É importante para quem a presença de favelados numa universidade federal? No sistema necropolítico, fica esteticamente feio e causa um incômodo social ver tantos negros e pobres adentrando um espaço que, historicamente, é branco. É o que muitos cochicham por aí e alguns fingem não ouvir.

Faço aqui uma pausa para que os docentes e doutores entendam que a prática decolonial descrita durante todo trabalho, também deve ser aplicada nesta leitura. Nada disso fará sentido se eu não conseguir dialogar com os meus iguais e não, não me refiro aos universitários, mas sim às pessoas negras, aos de baixa renda e àqueles que não tiveram a mesma chance que eu de adentrar um espaço público de ensino para construir uma vida diferente da geração anterior à minha. Tanto é que antes de chegar nas mãos do meu orientador Clímaco Dias, senti a necessidade de enviar aos meus pais, meus irmãos e amigos que sempre estiveram comigo para verem e me dizerem se está fácil de ser compreendido, se a mensagem foi passada e se deu para absorver conhecimentos e teorias de forma simples.

O motivo de estar falando isso tudo numa conclusão é justamente para que você que me lê, compreenda que é nesse aspecto que a universidade falha e que a Necropolítica insiste: no isolamento físico, emocional e intelectual de pessoas fora do contexto acadêmico.

O recorte utilizado foi um bairro negro de Salvador. Aí está mais um conceito nada comum numa discussão universitária, a existência e o reconhecimento de bairros negros. Para a Geografia é crucial o entendimento de que existem lugares que não são demarcados e reconhecidos enquanto bairros justamente pela população que ali mora e pela forma que se deu a construção do espaço geográfico desses bairros.

Esses territórios podem incluir espaços que foram desconsiderados por planejadores urbanos ou que não possuem infraestrutura adequada, mas que são apropriados por grupos que enfrentam dificuldades para encontrar habitação em áreas mais formalmente urbanizadas.

A ocupação entre dois bairros de Salvador, Ondina e Rio Vermelho, fez emergir um bairro negro, o Alto de Ondina. Para a prefeitura de Salvador, o Alto não é um bairro, mas para os moradores sim e é nessa ótica de respeito ao que a população local diz, vive, sente e habita que foi fundamentada essa constatação.

O Alto de Ondina fica próximo da UFBA, mas seus moradores não sabem nem que podem entrar. Dentre os 36 entrevistados, apenas 19 sabiam que poderiam entrar e/ou já entraram na UFBA. 11 dos entrevistados sequer cogitaram entrar e 06 não sabiam que poderiam, até o momento da entrevista. Esse é um dado crucial para compreender que a universidade pública tem um papel fundamental na vida das pessoas. Não é somente o ensino que importa, mas também a extensão dele. É verba pública, é nosso.

O que cabe à UFBA fazer é sinalizar os serviços voltados à comunidade externa com intervenções que cheguem de fato à população. Seja com placas apontando abertura de cursos livres, panfletagem e cadastramento de adolescentes nos bairros próximos para concorrer a vagas no curso preparatório, ou até mesmo cartazes em postes informando onde, quando e como fazer exames laboratoriais que muitos aguardam por meses em filas de espera do SUS.

Milton Santos recebeu duas grandes homenagens próximas ao Alto de Ondina: ele leva o nome do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da UFBA, o IHAC e renomearam uma avenida famosa no Carnaval da cidade e agora se chama Avenida Milton Santos, onde se localiza o campus Ondina da UFBA.

Trouxe essa informação nada surpreendente para repensarmos o papel da Geografia nisso tudo. Como será que Milton Santos veria esse distanciamento socioespacial de um órgão público de educação e conhecimento ditado pela necropolítica perante um bairro negro? Não posso responder por ele, mas com os conceitos de território usado e psicosfera e considerando contexto histórico, as estruturas sociais e as relações de poder ao analisar os fenômenos urbanos, podemos concluir que existe a possibilidade disso mudar. O professor Milton Santos não deve ser somente uma referência acadêmica, mas sim prática no cotidiano da população, especialmente dos moradores do Alto de Ondina.

O conceito de território usado enfatiza como as pessoas se apropriam do espaço de maneira ativa, moldando-o conforme suas necessidades e cultura. Esse processo de apropriação também está ligado à construção de identidades individuais e coletivas. Ao compreender como isso configura a identidade territorial e, conseqüentemente o autoestranhamento de moradores de bairros negros no espaço público de ensino, podemos explorar como as dinâmicas sociais de exclusão influenciam essa apropriação e a construção de identidades em áreas marginalizadas.

Para que a UFBA ou qualquer universidade pública esteja presente e busque o envolvimento de moradores de bairros negros é extremamente necessário sair da zona de conforto e aplicar práticas decoloniais, atravessando o elitismo intelectual e caminhando junto à população, dialogando diretamente com a sociedade civil e construindo uma educação inclusiva, popular e democrática.

Se não encontramos moradores do Alto de Ondina na UFBA, que trabalhe para que eles saibam que aquele espaço também os pertence, independente do seu grau de escolaridade, da sua cor, da sua raça, do seu gênero e de onde você vem. Uma universidade tem que ser um espaço de acolhimento e a geografia decolonial pode ser uma ferramenta para que isso aconteça.

A educação há de ser libertadora para todos e todas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

ALMEIDA, Joana. *Desigualdade Urbana e Infraestrutura: Desafios e Perspectivas.* São Paulo: Editora CEDIC, 2021.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural.* São Paulo: Editora Pólen, 2019.

ANDRADE, M. F. *A filosofia e a razão na construção da autoimagem dos povos: uma visão eurocêntrica.* In: *Revista de Estudos Filosóficos*, v. 14, n. 3, p. 287-299, 2017.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade.* São Paulo: Editora 34, 1994.

BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography.* Washington, D.C.: Banco Mundial, 2009.

BARCELOS, Eduardo. *Povos e comunidades tradicionais, conflitos territoriais e lutas pela descolonização do saber, do poder e do território.* In: CRUZ, Valter do Carmo (Org.); OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico.* 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. 388 p. cap. 3, p. 261-271.

BENITES, Sandra. *Geografia da Segregação e Desigualdades Urbanas: Reflexões sobre Espaços Periféricos e Populações Vulneráveis.* São Paulo: Editora Urbanica, 2021.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón; MALDONADO-TORRES, Nelson. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BIÉ, Estanislau Ferreira; JUNIOR, Henrique Cunha. *Bairros negros cidades negras.* Fortaleza: Via Dourada, 2019.

BLUM, Gustavo Glodes. *A Geografia Política dos conflitos: Indicações para a análise das relações de poder e o uso da violência durante a Guerra do Contestado.* *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 3, n. 3, p. 173 - 183, 2017.

BRASIL. *Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia de Covid-19 (CPI da Covid-19).* Relatório Final. Brasília: Senado Federal, 2021.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.* Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em junho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Relatório de Acompanhamento das Políticas de Inclusão e Permanência no Ensino Superior.* MEC, 2022.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: Quando a Vida é Passível de Luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, Andrelino. *Do quilombo à favela: A produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 5ª edição, 2005.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil.* São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo e Sexismo: Uma Reflexão Sobre o Feminismo Negro.* São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2011.

CARVALHO, Vinícius; RIBEIRO, Ana Clara Torres; SCHIPPER, Ivy; SILVA, Cátia Antônia; PERUCCI, Luis. *Pensamento vivo de Ana Clara Torres Ribeiro: compreendendo contextos, abordagens, conceitos e proposta metodológica da Cartografia da Ação Social.* Projeto Redobra, nº 9, 2012.

CASTRO, Iná; CORRÊA, Roberto; GOMES, Paulo. *Geografia: Conceitos e Temas.* Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2ª edição, 2000.

CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da Violência 2019.* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE (CEM). *Evasão e Permanência na Educação Superior: Análise dos Contextos Socioeconômicos.* São Paulo: CEM, 2022.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES EM SAÚDE (Cepedes). *Impactos das secas no Nordeste do Brasil e a migração para os centros urbanos.* Relatório anual. Salvador: Cepedes, 1972.

CORRÊA, Gabriel Siqueira. *O branqueamento do território como dispositivo de poder da colonialidade: notas sobre o contexto brasileiro.* In: CRUZ, Valter do Carmo (Org.); OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico.* 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. 388 p. cap. 2, p. 117-131.

COSTA, Dioneia. *Geografia da Resistência: Espaços Negros e Práticas Urbanas de Reafirmação.* Salvador: EDUFBA, 2018.

CUNHA JUNIOR, Henrique. *Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil: Disciplina da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 10, n. 1, 2020.*

CUNHA JUNIOR, Henrique; RAMOS, Maria Estela. *Arte Hip Hop e a percepção do urbano autoconstruído.* I Seminário Arte e Cidade - Salvador, maio de 2006. Disponível em: http://www.artecidade.ufba.br/st4_hcj.pdf. Acesso em: setembro de 2024.

DA SILVA, Joselina. *A Produção do Espaço Urbano e a Exclusão Social: O Caso das Periferias em Cidades Brasileiras.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DANTAS, Geraldo. *Geografia da Resistência: O Espaço Urbano e a Segregação Racial no Brasil.* Recife: EdUFPE, 2016.

DIAS, Clímaco C. S. *Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador.* 2018. 286p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia.

ETCHEVARNE, Carla Maria Carvalho; FERNANDES, Vanda Ana Ramos. *De guerreiros a lavradores: os índios e a colonização no nordeste do Brasil.* Salvador: EDUFBA, 2011.

FILHO, Naomar. “A universidade precisa se recriar como Universidade Popular”. Entrevista concedida à Fundação Oswaldo Cruz, 2019. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/a-universidade-precisa-se-recriar-como-universidade-popular>. Acesso em: setembro de 2024.

FIGUEIREDO, Angela. *Geografia do Racismo em Salvador.* Salvador: EDUFBA, 2021.

FLÁQUER, Carlos Alberto. *Territórios Negros: A Geografia da Favelização e da Resistência Cultural.* São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FORSYTHE, J. et al. *Urbanização e Expansão Informal: O Caso das Grandes Cidades Brasileiras.* São Paulo: EdUSP, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Migração e Pobreza: O Êxodo Rural no Nordeste Brasileiro.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1974.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Qualidade de Vida em Salvador: Estudo sobre Infraestrutura e Percepção dos Residentes.* Belo Horizonte: FJP, 2023.

FUNAI. *Fundação Nacional do Índio: Povos Indígenas no Brasil..* 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em abril de 2024.

GARCÍA, R. *Urbanização e Favelização nas Capitais Brasileiras: Estudo de Caso Salvador.* Salvador: Editora UFBA, 2022.

GIL, Gilberto. *Lugar Comum.* Intérprete: Gilberto Gil. Álbum: *Refazenda.* Gravadora: Philips, 1975.

GIL, Gilberto. *Querem Meu Sangue.* Composição de Lloyd Robinson e Delroy Wilson, versão de Gilberto Gil. Álbum: *Expresso 2222.* Gravadora: Philips, 1972.

GONZALEZ, Lélia. *O Impacto da Marginalização Espacial na Saúde Mental das Comunidades Negras.* In: *Revista Brasileira de Psicologia e Sociedade*, v. 10, n. 2, p. 51-65, 1984.

GONZALEZ, Lélia. *Peço a Palavra: A Mulher Negra e a Sociedade Brasileira*. São Paulo: Editora XYZ, 1984.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Sobrevivendo no Inferno: A Realidade da População Negra*. Editora Record, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 1872: População e Condições de Vida*. Rio de Janeiro: IBGE, 1872. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: agosto de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 1970*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: agosto de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: agosto de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas – Resultados do Universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_indigenas_universo.pdf>. Acesso em: abril de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Educação: indicadores sociais e desigualdades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Acesso e Condições de Vida*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: agosto de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Relatório de Estudos Culturais Urbanos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DA BAHIA (IESB). *Relatório Anual sobre as Condições de Vida nos Bairros Populares de Salvador*. Salvador: IESB, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Desigualdade e Educação: Barreiras ao Acesso de Jovens de Periferias*. Brasília: IPEA, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Relatório Anual sobre Inclusão e Acesso à Educação Superior*. Brasília: IPEA, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Relatório sobre Pobreza e Desigualdade*. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: agosto de 2024.

KAÊ GUAJAJARA. *Território Ancestral*. Composição de Kaê Guajajara. Single independente, 2020. Disponível em: [Spotify](#).

KEHL, Maria Rita. *A Identidade na Era da Globalização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. São Paulo: Cobogó, 2012. 249 p.

KNAUSS, Paulo. *Kirimurê, o Grande Mar Interior: A História Indígena da Bahia*. São Paulo: Ed. Contexto, 2019.

KRENAK, Ailton. *A Vida Não é Útil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAZZO. *14 de Maio*. Composição de Jorge Portugal e Roberto Mendes. Álbum: Alegria da Cidade. Gravadora: Warner Music, 1981.

LIMA, Josélia B. Q.; SOUZA, Franciele F. ; NASCIMENTO, Késia ; OLIVEIRA, Tairine D. *Arquitetura Silenciosa da Violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências*. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura , v. 3, p. 186-207, 2021. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/350902293_Arquitetura_Silenciosa_da_Violencia_reflexoes_sobre_os_processos_de_naturalizacao_que_retroalimentam_violencias>

LOURO, Guacira. *Gênero e Diversidade na Escola: O Papel da Educação na Formação da Identidade*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LÚCIA, Mara. *Marginalização Urbana e Práticas Informais: Estudos de Caso*. Salvador: Editora UFBA, 2018.

MACALÉ, Jards. *Negro Gato*. Composição de Getúlio Cortes. Álbum: *Aprender a Nadar*. Gravadora: RGE, 1974.

MARTINS, J. *Assentamentos Irregulares e Risco Ambiental: Uma Análise das Favelas no Brasil*. Brasília: CNPq, 2020.

MARTINS, Sérgio. *A neutralização do direito à cidade na (re)produção da metrópole antiurbana*. CAMPOS, Andrelino; SILVA, Cátia Antônia da (Org.). *Metrópoles em mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. 1ª edição, Rio de Janeiro, Revan: FAPERJ, 2008. 292p. cap. 1, p. 55-81.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MIDDLEJ, Roberto. *Os primeiros soteropolitanos: índios Tupi habitavam aldeias onde hoje ficam bairros como Barra, Graça e Pirajá.* Jornal Correio. Salvador, 2021. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/os-primeiros-soteropolitanos-indios-tupi-habitavam-aldeias-onde-hoje-ficam-bairros-como-barra-graca-e-piraja/>>. Acesso em março de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Dados sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni).* Disponível em: [MEC](#). Acesso em junho de 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Relatório de Gestão 2015.* Brasília: Ministério da Educação, 2015.

MOORE, Carlos. *Racismo: Passado conflituoso, presente comprometido, futuro incerto.* In: MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o Racismo.* Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. Cap. 9. p. 279-294. Disponível em: <https://revistadesvioblog.files.wordpress.com/2018/08/carlos-moore-racismo-e-sociedade.pdf>. Acesso em maio de 2022.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala.* São Paulo: Anita Garibaldi, 1981.

MORAES, Mariana. *Aquilombamento urbano em Salvador: território, resistência e cultura.* In: *Revista Brasileira de Geografia*, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado.* São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga.* São Paulo: Editora Perspectiva, 2019

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL. *Impactos das Atividades Culturais na Inclusão Social.* São Paulo: Editora Observatório, 2021.

OLIVEIRA, Maria Clara. *Educação Inclusiva: Desafios e Perspectivas.* São Paulo: Editora Acadêmica, 2019.

OLIVER, M. *Espaços de Resistência: A Geografia dos Bairros Negros no Brasil.* São Paulo: Editora XYZ, 2019.

ONU-Habitat. *Relatório Mundial sobre Assentamentos Informais.* Nairóbi: ONU-Habitat, 2021. Disponível em: <https://unhabitat.org>. Acesso em: 1 set. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2020.* São Paulo: PNUD, 2020. Disponível em: [Atlas do Desenvolvimento Humano](#).

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder e Capitalismo Mundial.* São Paulo: Editora Cortez, 2015.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Movimentos Sociais e Espaço Urbano.* São Paulo: EdUSP, 2018.

RIBEIRO, Djamila. “*Não tem problema maior hoje no Brasil do que discutir racismo*”. Entrevista concedida ao Instituto Geledés, 2018. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/djamila-ribeiro-nao-tem-problema-maior-hoje-no-brasil-d-o-que-discutir-o-racismo/>>.

RODRIGUES, Carlos. *Desafios e Perspectivas da Educação Inclusiva*. Rio de Janeiro: Editora Educacional, 2018.

SAID, Edward W. *A Questão da Palestina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Boaventura De Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Revista Novos Estudos Cebrap 79, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. "A linguagem acadêmica e a realidade social". Entrevista ao Jornal do Brasil, 1996.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Ano 6 nº. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

SANTOS, Maria Inês. *A cidade como palco das desigualdades sociais*. In: Anais do VI Encontro Nacional da ANPEGE, 2017, p. 89-102.

SANTOS, R. E. *Racismo e desigualdade no Brasil: uma análise geográfica*. In: Revista Brasileira de Geografia, v. 12, n. 1, p. 56-78, 2017.

SANTOS, Sílvia. *Geografia e Infraestrutura nas Áreas Periféricas: Uma Perspectiva Crítica*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2020.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Ângelo (org). *Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais*. Salvador, EDUFBA, 1ª edição, 2007.

SERPA, Ângelo. *As redes sócioespaciais, os modos de comunicação e o enredo do lugar*. CAMPOS, Andreilino; SILVA, Cátia Antônia da (Org.). *Metrópoles em mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. 1ª edição, Rio de Janeiro, Revan: FAPERJ, 2008. 292p. cap. 2, p. 167-185.

SERVILHA, Mateus de Moraes. *Região, colonialidade e subdesenvolvimento*. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson (Org.). *Geografia e giro descolonial*:

experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1ª edição, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. 388p. cap. 4, p. 321-345.

SILVA, Denise Ferreira da. *Toward a Global Idea of Race*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

SILVA, João. *A Influência Cultural dos Bairros Negros em Áreas Urbanas*. Revista Brasileira de Estudos Sociais, v. 15, n. 2, p. 45-67, 2023.

SILVEIRA, María Laura. *Metrópoles do Terceiro Mundo: da história ao método, do método à história*. CAMPOS, Andreilino; SILVA, Cátia Antônia da (Org.). *Metrópoles em mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. 1ª edição, Rio de Janeiro, Revan: FAPERJ, 2008. 292p. cap. 1, p. 17-37.

SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. *Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil*. Educação Pública, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya, 2017.

SOUZA, Jilvana Ferreira da Silva. *Riscos socioambientais, racismo estrutural e deslizamentos em Salvador*. Salvador, 2021 Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador, 2021.

SOUZA, Tânia. *A Gestão dos Riscos e a Segregação Socioespacial: Uma Análise Contemporânea*. São Paulo: Editora CEDIC, 2021.

TAVARES, Márcia; ROSA, Luiz Carlos da. *O Estado de Exceção e a Biopolítica no Massacre do Carandiru*. In: Revista de Estudos Criminais, v. 11, n. 2, p. 115-136, 2003.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. (Tradução de Livia de Oliveira). Londrina: Eduel, 2012.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Qualidade de Vida em Bairros Periféricos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

UNICEF. *Violence Against Children: Global Report*. Nova York: UNICEF, 2017.

VENÂNCIO, Renato; REZENDE, Daniela Arbex. *Holocausto Brasileiro: Vida, Genocídio e 60 Mil Mortes no Hospital Colônia de Barbacena*. Rio de Janeiro: Geração Editorial, 2013.

WALSH, Catherine. *Interculturalidade crítica e decolonialidade: pensamento e práticas disruptivas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios da Resistência: Urbanização e Segregação na América Latina.* São Paulo: Editora Boitempo, 2018.